



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROPAGANDA E TURISMO

ANA CAROLINA MIWA IKEFUTI PARDIGNO

**Contribuições da Teoria Ator-Rede e das Cartografias das Controvérsias para a área de
Relações Públicas**

SÃO PAULO

2021

ANA CAROLINA MIWA IKEFUTI PARDIGNO

**Contribuições da Teoria Ator-Rede e das Cartografias das Controvérsias para a área de
Relações Públicas**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Relações Públicas,
Publicidade e Propaganda e Turismo da
Escola de Comunicações e Artes da
Universidade de São Paulo (ECA-USP) para a
obtenção do título de bacharel em
Comunicação Social com habilitação em
Relações Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Massimo Di Felice

SÃO PAULO

2021

PARDIGNO, Ana Carolina Miwa Ikefuti. **“Contribuições da Teoria Ator-Rede e das Cartografias das Controvérsias para a área de Relações Públicas”**. Monografia apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Nome _____

Instituição _____

Julgamento _____

Assinatura _____

Nome _____

Instituição _____

Julgamento _____

Assinatura _____

Nome _____

Instituição _____

Julgamento _____

Assinatura _____

DEDICATÓRIA

Para meus pais,
Suely e Euclides,
e meu único irmão, Aurélio (in memorian)
as razões do meu viver.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Deus por me dar a oportunidade de estudar e de concluir mais uma etapa da vida.

Agradeço imensamente aos meus pais, Suely e Euclides: por todos os sacrifícios, lutas, desafios enfrentados, companheirismo, amor, incentivos, longas conversas, apoio e suporte. Não conseguiria ter feito nada na vida se não fosse o amor de vocês.

Agradeço ao meu irmão, Aurélio, por me mostrar que devemos batalhar para conquistar os nossos sonhos. Você já não está mais aqui no mundo, mas essa é uma conquista nossa.

Agradeço ao Professor Doutor Massimo Di Felice por aceitar ser meu orientador e me orientar durante as etapas finais do curso e do Trabalho de Conclusão de Curso.

Agradeço à minha trajetória universitária, única e especial que me possibilitou chegar a esse momento.

Agradeço a todos os meus amigos e colegas que torceram por mim e sempre me apoiaram durante essa trajetória.

A essência da vida é andar para a frente;
sem possibilidade de fazer ou intentar marchar para trás.
Na realidade, a vida é uma rua de sentido único.

Agatha Christie

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar as contribuições da Teoria Ator-Rede e das Cartografias das Controvérsias para a área das Relações Públicas. Para isso, dedica-se a revisar as teorias de ambas, revisitando seus pensadores, suas metodologias e seus conceitos. No segundo momento, busca-se analisar uma controvérsia quente, como a “flexibilização do uso de máscaras” que vem sendo discutido na sociedade no ano de 2021. Aplicando as ferramentas e os princípios da teoria e da cartografia para poder descrever a controvérsia e depois relacionar com as atividades do relações públicas.

Palavras chave: Teoria Ator-Rede, Cartografia das Controvérsias, Relações Públicas, Covid-19, Flexibilização do uso de máscaras.

ABSTRACT

This course conclusion work aims to analyze the contributions of Actor-Network Theory and Controversies Cartographies for the Public Relations field. For this, it is dedicated to review the theories of both, revisiting their thinkers, their methodologies and their concepts. In the second moment, we seek to analyze a hot controversy, such as the “flexibilization of the use of masks” that has been discussed in society in the year 2021. Applying the tools and principles of theory and cartography to describe the controversy and then relate to public relations activities.

Key-words: Actor-Network Theory, Controversies Cartographies, Public Relations, Covid-19, Flexibilization of the use of masks.

Sumário

Introdução	10
1. A Teoria Ator-Rede	13
1.1. Sobre a Teoria Ator-Rede	14
1.2. Conceitos importantes	16
1.3. As incertezas	20
2. A Cartografia de Controvérsias	25
2.1. A escolha da controvérsia	28
2.2. Sobre a observação	29
2.3. Relevância do digital para a cartografia das controvérsias	31
2.4. A produção de uma cartografia das controvérsias	32
2.5. Resumo	33
3. Estudo de caso: Flexibilização do uso de máscaras	34
3.1. Identificação da controvérsia	34
3.2. Descrição da controvérsia	35
3.3. As ferramentas utilizadas	37
3.4. Discussão e relação com Relações Públicas	119
Considerações Finais	123
REFERÊNCIAS	125

Introdução

Durante a graduação, existem diversas teorias, metodologias, cases de sucesso, em diferentes áreas do conhecimento que se relacionam com a comunicação social e com as ciências sociais aplicadas que precisam ser aprendidas. Para qualquer profissional, saber e entender elas devem ajudar para que eles possam exercer seus papéis no ambiente de trabalho e também, na sociedade. Cada estudante, durante a sua trajetória, começa a ter as suas preferências por uma ou outra linha, se interessando mais por determinadas teorias em detrimento de outras.

Na minha experiência, estudar sobre a Teoria Ator-Rede (TAR, sigla que será utilizada no decorrer do trabalho) foi muito gratificante. O primeiro artigo que li foi da Organicom, escrito pela Vanessa Cardozo Brandão, com o título “Atravessamentos discursivos entre ONGs, empresas, grupos sociais e ativistas, na perspectiva da teoria ator-rede”. Ela fazia uma análise de postagens sobre as mulheres e a equidade de gênero, por ONGs, empresas, ativistas, baseando na teoria, então, observando os atores envolvidos. Embora ela não tenha utilizado de todas as ferramentas disponíveis para fazer sua análise e descrição, foi interessante ler e ver aplicado na área da comunicação, em específico, na de Relações Públicas.

O próximo contato com a teoria foi nas disciplinas de “Teoria da Opinião Pública” e “Práticas da Opinião Pública”, ambas ministradas pelo professor Massimo Di Felice. Nesse momento, pude ler mais sobre o assunto, conhecendo melhor Bruno Latour e André Lemos. Também fizemos uma apresentação de trabalho em que explicamos brevemente como deve ser o processo para construir uma Cartografia das Controvérsias (CC, sigla que será utilizada no decorrer do trabalho. Fazia sentido, portanto, para o último trabalho da graduação usar a TAR para encerrar essa fase.

Para o Trabalho de Conclusão de Curso, a metodologia usada foi uma pesquisa bibliográfica sobre a Teoria Ator-Rede e as Cartografias das Controvérsias, seguindo pela utilização da própria CC para finalizar o trabalho ao descrever e analisar a controvérsia da "flexibilização do uso de máscaras". Dentre os resultados encontrados foram que existem muitos atores envolvidos nessa rede, profissionais da saúde, prefeitos, hospitais, governadores, secretarias da saúde, covid-19, taxa de vacinação, etc., que geram muitas conexões possíveis alimentando ainda mais a polêmica.

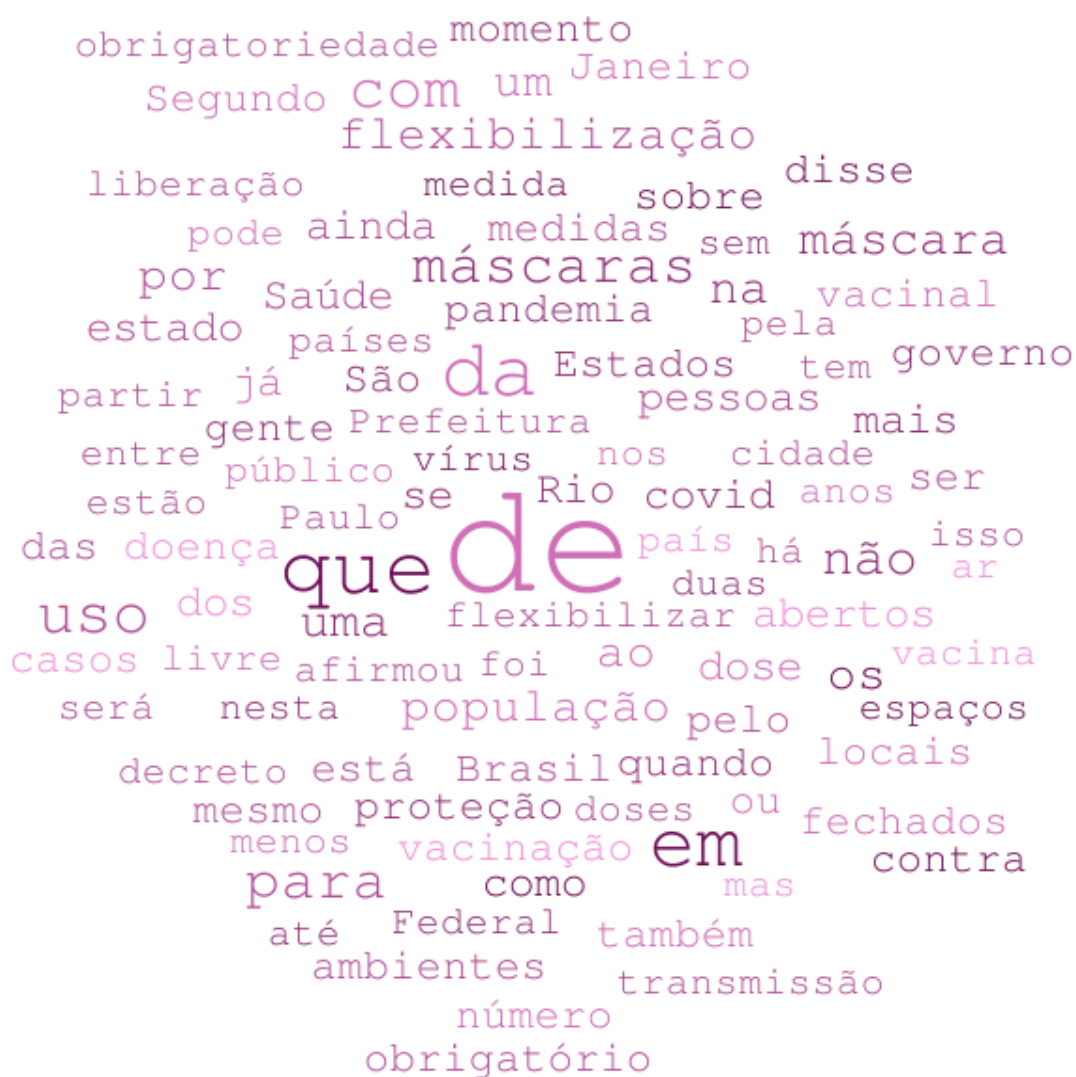


Figura 1. Nuvem de palavras. Fonte: elaborado pela autora.

É possível que ela demore para ser estabilizada em uma caixa-preta, devido a muitas cidades e estados ainda não estarem certos dos parâmetros e o momento adequados para se tomar essa decisão. Ainda cabe retomar que, como o mundo inteiro está passando pela mesma situação, não se sabe o que irá acontecer no amanhã. Uma nova onda de contaminações, mais variantes, pandemia por mais tempo, isolamento social, distanciamento físico, quarentena novamente?! É tudo uma incerteza. Não se pode saber como será o cotidiano novo das pessoas e da sociedade. A discussão é importante? Sua decisão, para qualquer dos lados, terão consequências? Qual é a escolha correta? Isso realmente existe? Algo certo e verdadeiro?

Para aproveitar os questionamentos, coloca-se que a temática do texto serão quais são as contribuições da Teoria Ator-Rede e da Cartografia das Controvérsias para a Comunicação Social? Em especial, para as Relações Públicas? Com isso em mente, é que a monografia terá a sua direção.

A tecnologia transformou a sociedade e a maneira como as pessoas se relacionam. O Covid-19 pode ter intensificado ainda mais essa transformação. E a área que estuda o relacionamento de organizações com os seus públicos também mudou. Possuir mais ferramentas que ajudem a entender essa interação organização-públicos, pode sim, contribuir para as atividades desses profissionais. Possibilita que eles tenham mapeamentos sobre controvérsias que estão em debate na sociedade, ou que digam respeito em específico à organização e podem dar a luz maneiras de enfrentar e de seguir nas suas decisões. Considerando, obviamente, o objetivo que se busca.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro irá tratar de explicar a Teoria Ator-Rede, sua origem, conceitos, como funciona, as incertezas as quais vão direcionar o olhar do pesquisador. Bruno Latour e André Lemos serão os principais pensadores embasando o capítulo.

O próximo capítulo discutirá a Cartografia das Controvérsias, como uma metodologia para aplicar a TAR, o que é, sobre as controvérsias adequadas, suas características, ferramentas utilizadas e como o digital auxilia nesse processo. Além de Lemos, Tommaso Venturini irá dar a sustentação para o texto.

O último, será para desenvolver uma cartografia das controvérsias sobre a "flexibilização do uso de máscaras" que vem sendo discutido no país e em estados e municípios. Percorre toda a trajetória da observação e descrição da controvérsia e expõe as ferramentas que foram criadas para ela. Nesse capítulo também será feita uma relação com a área de Relações Públicas, como a TAR pode auxiliar esses profissionais em suas atividades.

1. A Teoria Ator-Rede

A Teoria Ator-Rede é uma teoria que foi desenvolvida nos anos de 1980 por Bruno Latour, Michel Callon, Madeleine Akrich, John Law, Wieber Bijker, entre outros cientistas. Também conhecida como “sociologia da tradução” ou “sociologia da inscrição”. Ela nasceu entre os Estudos de Ciência e Tecnologia (LEMOS; 2013, p. 34). Bruno Latour (2012; p. 28) comenta sobre o nome da teoria:

O termo histórico é "teoria do ator-rede" tão deselegante, tão confuso, tão sem sentido que merece ser conservado. [...] Eu estava dispostos a trocar esse rótulo por outros mais elaborados como "sociologia da translação", "ontologia actante-rizoma", "sociologia da inovação", etc.; mas uma pessoa me observou que o acrônimo ANT (Actor-Network Theory) era perfeitamente adequado para um viajante cego, míope, viciado em trabalho, farejador e gregário. Uma formiga (ant) escrevendo para outras formigas, eis o que condiz com o meu projeto!

A TAR teve várias influências para ser construída, conforme cita André Lemos “o pós-estruturalismo, a ‘semiótica material’ de Foucault, os conceitos de agenciamento, rede e topologia de Deluze e Guattari, as ideias de tradução, sujeito, objeto, espaço e tempo de Michael Seres, a etnometodologia de Garfinkel e a sociologia de Gabriel Tarde” (LEMOS; 2013, p. 34). Latour acrescenta que outra pessoa que contribuiu para a sua existência, seria Gabriel Tarde, que diria que a divisão entre natureza e sociedade seria irrelevante para entender o mundo das interações humanas e, conforme menciona:

[...] na galeria de retratos dos predecessores eminentes, ele [Gabriel Tarde] é um dos poucos que, com Harold Garfinkel, acreditava na possibilidade de a sociologia tornar-se uma ciência apta a explicar como a sociedade é mantida, em lugar de usar a sociedade para justificar outra coisa ou ajudar a resolver os problemas sociológicos do social (LATOUR, 2012, p. 34).

Sobre as origens da teoria, Lemos menciona:

Nas visões de Bingham e Thrift (2003), a TAR teria três origens. A primeira é, como vimos, a sociologia da ciência, tratando as ciências naturais e sociais de forma mais simétrica. A segunda é a cultura intelectual francesa e sua epistemologia preocupada com o status social da ciência. Para os autores, Latour vai fazer uma pequena rebelião, produzindo uma linguagem que tensiona essa epistemologia com uma empiria qualificada. E, por fim, a terceira fonte de inspiração seria o trabalho idiossincrático do filósofo Michel Serres [...] de onde Latour teria herdado algumas ideias e atitudes fundamentais para compreender a TAR (LEMOS; 2013, p. 38).

Desde a sua origem, a TAR sofreu diversas críticas da comunidade acadêmica, sobre a análise limitada das estruturas sociais vigentes, a falta de uma moral por não estudar questões que tivessem cunho político ou moral, a não distinção de humanos e não-humanos em sua análise, entre outras. Mas apesar dessas críticas, a teoria ainda é muito estudada e pertinente para ser aplicada nas áreas de conhecimento.

1.1. Sobre a Teoria Ator-Rede

É a teoria que “coloca em questão a noção de social e de sociedade, de ator e de rede” (LE MOS, 2013, p. 31). Ela procura abandonar conceitos tradicionais da sociologia, baseados em categorias sociais pré-estabelecidas e na rígida divisão entre social e natural.

A TAR postula que o social ocorre durante as associações entre atores humanos e não-humanos, no movimento das ações e dos agenciamentos, que formam a rede sociotécnica. O social não seria um adjetivo de gênero para classificar alguma coisa ou fenômeno. O social seria o resultado momentâneo das ações que estão em curso. Nas palavras de Bruno Latour:

Ainda que a maioria dos cientistas sociais prefira chamar “social” a uma coisa homogênea, é perfeitamente lícito designar com o mesmo vocábulo uma série de associações entre elementos heterogêneos. Dado que, nos dois casos, a palavra tem a mesma origem - a raiz latina *socius* -, podemos permanecer fiéis às instituições originais das ciências sociais redefinindo a sociologia não como a “ciência do social”, mas como a busca de associações. Sob este ângulo, o adjetivo “social” não designa uma coisa entre outras, como um carneiro negro entre carneiros brancos, e sim um tipo de conexão entre coisas que não são, em si mesmas, sociais (LATOUR; 2012, p. 23).

Para a TAR, a definição da palavra “social” não é a que é apreendida comumente, mas “é antes o nome de um movimento, um deslocamento, uma transformação, uma translação, um registro. É uma associação entre entidades de modo algum reconhecíveis como sociais no sentido corriqueiro, exceto durante o curto instante em que se confundem” (LATOUR; 2012, p. 99). Como uma associação momentânea de atores e suas ações.

Conforme relata André Lemos, a TAR:

Nesse sentido, ela é uma sociologia da mobilidade (já que de fato tudo está a ser refeito, remontado, reagrupado) que busca descrever e analisar os entrelaçamentos em via de se fazer, a circulação da agência antes das estabilizações, compreendendo os atores (humanos e não-humanos) neles mesmos como mônadas, redes, eventos dinâmicos. Esses eventos, mediações, inscrições e delegações são analisados e descritos em suas controvérsias, momentos polêmicos em que as associações estão se fazendo e que o “social” pode aparecer e mostrar às suas facetas (ética, moral, política, cultural, econômica, científica, tecnológica...) (2013; p. 25).

A sociologia da tradução não procura dar respostas, mas sim, mostrar as incertezas quanto à natureza dos grupos, dos fatos, da ação, das coisas e sobre a maneira de como conhecer e escrever sobre o social. Não existe uma substância a priori do social, a sua existência precisa ser constantemente reafirmada para que possa continuar a existir. Como menciona Lemos:

O elemento fundamental é a “subsistência” das coisas e não a sua “substância”. Latour sustenta uma visão ontológica que considera os seres como plurais, como trajetórias se realizando enquanto movimentos de alteração em busca de sua manutenção. O ser é visto como entidade que tem a capacidade de “passar por outros”, como multiplicidade de “outros”. Não estamos aqui tratando de um ser pela sua “substância” que seria imóvel, vista sempre por diferentes visões que, a posteriori a “construirão”. O ser aqui não é o da imobilidade, mas o da trajetória e da sobrevivência (2013, p. 32).

Na TAR, existe o princípio de simetria ou de ontologia plana que rompe com a separação do sujeito e objeto, natureza e cultura, ciência e sociedade. Isso significa que deve-se dar uma importância igual às ações de humanos e não-humanos. Como coloca Michel Callon (2008; p. 5; apud LEMOS; 2013, p. 53):

Assim, em lugar de haver uma grande dicotomia entre humanos e não-humanos, apreciam-se muitíssimas diferenças de agências e ação. A grande vantagem deste enfoque é que não temos que escolher entre duas categorias de agência (humana ou instrumental), mas simplesmente observar a decolagem de uma multidão de agências diferentes que estão ligadas ao fato de que há numerosos agenciamentos possíveis que atuam diferentemente.

É nessa mistura de agenciamentos que o social está sendo feito, construindo uma rede na qual as associações podem ser vistas de todos os sujeitos, humanos e não humanos, que compõem uma determinada controvérsia. Mas é claro que, para que algo seja considerado um

ator, ele precisa estar de fato fazendo a diferença na rede em que ele está inserido. De outra maneira, ele estaria apenas sendo um intermediário e não um mediador.

É necessário que o cientista e observador faça o rastreamento das conexões entre as controvérsias, as ações, as associações, os atores e não procurem solucioná-las, mas observá-las e anotá-las para compor o relato da controvérsia. A tarefa de ordenar e definir o social fica a encargo dos atores. Como expõe Latour:

A tarefa de definir e ordenar o social deve ser deixada aos próprios atores, não ao analista. E por isso que para recuperar certo senso de ordem a melhor solução é rastrear conexões entre as próprias controvérsias e não tentar decidir como resolvê-las. A busca de ordem, rigor e padrão não é de modo algum abandonada, apenas reposicionada um passo à frente sob a forma de abstração, para que os atores possam desdobrar seus próprios e diversos cosmos, pouco importa quão irracionais pareçam (LATOUR; 2012, p. 44).

Sobre o hífen utilizado na expressão “ator-rede”, é uma forma de estudar a relação do nível ator e o nível rede, entre o micro e o macro, entre o indivíduo e a sociedade. Latour ainda comenta que:

Um ator-rede é rastreado sempre que, no curso de um estudo, se toma a decisão de substituir atores de qualquer tamanho por sítios e locais e conectados, em vez de inseri-los no micro e no macro. As duas partes são essenciais, daí o hífen. A primeira parte (o ator) revela o minguado espaço em que todos as grandiosos ingredientes do mundo começam a ser incubados; a segunda (a rede) explica por quais veículos, traços, trilhas e tipos de informação o mundo é colocado dentro desses lugares e depois, uma vez transformado ali, expelido de dentro de suas estreitas paredes. Eis por que a “rede” com hífen não está aí como presença sub-reptícia do Contexto, e sim como aquilo que conecta os atores (LATOUR; 2012, p. 260).

1.2. Conceitos importantes

Neste tópico, serão discutidos conceitos importantes para compreender a Teoria Ator-Rede.

Actante

Actante é tudo aquilo que gera uma ação, podendo ser humano ou não-humano. Ele é o mediador, o articulador, o que “faz fazer” (LEMOS; 2013, p. 42). Ele pode ser uma pessoa, um computador, um software, um animal, uma molécula química, etc. Lemos coloca que:

Ele é o mediador, o articulador que fará a conexão e montará a rede nele mesmo e fora dele em associação com outros. Ele é que “faz fazer”. E actante é tanto o governante, o cientista, o laboratório, a substância química, os gráficos e tabelas... Ou seja, humanos e não-humanos em um mesmo terreno, sem hierarquias definidas a priori (2013, p. 42).

Cada actante é sempre resultado de outras mediações e cada nova associação age também como um actante (CALLON e LAW, 1986). A diferença dessa abordagem em relação a outras francamente construtivistas é, definitivamente, a de não colocar o humano em lugar de destaque, prestando atenção na circulação da agência. Actantes (humanos e não-humanos) atuam sem hierarquias previamente determinadas e o objetivo é descrever e analisar o social a partir de seus rastros. O que interessa é a ação já que “essence is existence and existence is action” (LATOUR, 1994b, p.33). E quem age é o actante (LEMOS; 2013, p. 44).

Intermediário

Os intermediários são aquilo que transporta, mas sem modificar. Pode tornar-se um actante. Mas não está mediando ou produzindo uma diferença naquele dado momento. O mediador é o que transforma, traduz, modifica o significado daquilo que veicula.

Veja que a noção de intermediário, e a diferença em relação ao mediador (actante) são sempre problemáticas, já que não existe transporte que não implique em alguma transformação. Latour afirma isto na entrevista no último capítulo. Entendemos que o intermediário faz parte da ação, mas que ele fica em um fundo. O que ele “transporta” não faz outros fazerem coisas. Ele não é, portanto, um mediador, já que não mobiliza outros. O actante é o ator principal, ele está na frente da cena, se inscreve em outros e faz a ação acontecer. Continuando na metáfora teatral, em um teatro, os intermediários estão lá quando entramos e nos sentamos. Mas a peça só começa quando mediadores tomam a cena. A questão é que como não há essência, um pode virar o outro, a depender de como se constitui a rede, as associações (LEMOS; 2013, p. 47).

Ou como coloca Bruno Latour: "Um intermediário, em meu léxico, é aquilo que transporta significado ou forma sem transformá-los: definir o que entra já define o que sai" (2012; p. 65).

Tradução ou mediação

A tradução ou mediação é a ação principal que transforma, comunica. É a ação que um actante faz a outro.

É a ação principal e, por isso, a TAR é chamada também de "sociologia da tradução". Tudo é mediação. O tempo, o espaço, ou o ser, como vimos no início deste capítulo. O conceito vem dos trabalhos de Michel Serres e significa relações que implicam sempre em transformação, comunicação, comunidade, no sentido principal dessa palavra, como causa, como o comum, a política. Ela não pode ser reduzida, nem à interação causal dos objetos, nem às intenções autônomas dos sujeitos. Ou há mediação, ou não há nada (LEMOS; 2013, p. 48).

Inscrição

Já a inscrição é uma forma de tradução, na qual a associação é definida através de um script, manuais, protocolos, regras, leis, padrões, etc, que é materializado em uma entidade de qualquer suporte, e faz com que a ação seja fruto de hibridismo e da produção de resultados (LEMOS; 2013, p. 50).

A inscrição é de fato a produção de ficção, a produção dos fatos científicos (e podemos expandir para o fato jornalístico, como veremos mais adiante ainda neste capítulo) em diversos dispositivos de leitura e de escrita. Sem eles não há "realidade". Assim, para se diferenciar, Latour propõe substituir o termo "construtivismo" por "instauração". A inscrição é a instauração da realidade. Ela é o "script" que está por trás de cada categoria de análise (que Latour chama agora de "pre-posição"). O trabalho para revelar as associações e a verdade de um "fato" (seja ele jornalístico, científico, econômico, cultural...) é o da "descrição" ou da "des-scriptação", abrindo as caixas pretas da instauração (LEMOS; 2013, p. 51).

Rede

É importante mencionar que a rede é um conceito chave para entender a teoria. Rede é o que se forma pelas associações feitas pelos actantes. A rede é o movimento das associações. Não tem nada a ver com redes sociais ou rede de internet. É o lugar dos fluxos, das circulações, onde os atores envolvidos podem interferir e sofrem interferências. É o centro das ações, o local de relacionamento e de articulação. Como coloca Latour (2012; p. 192):

[...] rede é uma expressão para avaliar quanta energia, movimento e especificidade nossos próprios relatos conseguem incluir. Rede é conceito, não coisa. É uma ferramenta que nos ajuda a descrever algo, não algo que esteja sendo descrito. Mantém com o tópico à mão a mesma relação que uma grade de perspectiva mantém com uma pintura baseada na perspectiva tradicional, de ponto único: traçadas antes, as linhas permitem projetar um objeto tridimensional numa tela plana - mas não são aquilo que será pintado, apenas ensinam ao pintor dar a impressão de profundidade antes de serem apagadas. Do mesmo modo, a rede não é aquilo que está representado no texto, mas aquilo que prepara o texto para substituir os atores como mediadores.

Ou como coloca Lemos, rede é o espaço e o tempo em movimento que são criados nas associações:

É o próprio “espaço-tempo”. É, ou era até recentemente (LATOUR, 2012a), o conceito-chave que remete às formas de associações entre os actantes e intermediários definindo a relação (ou mediação, ou tradução ou inscrição) entre eles. A rede é o próprio movimento associativo que forma o social. Ela é circulação, a inscrição de influências de actantes sobre actantes, tradução, mediação até a sua estabilização como caixa-preta. A rede constitui o espaço e o tempo na mobilidade das traduções e na fixação das estabilizações e pontualizações (LEMO; 2013, p. 53-54). .

Controvérsia

As controvérsias são as questões em que os atores não concordam com um ponto de vista. André Lemos comenta que é na controvérsia que é possível visualizar a rede (2013, p. 55).

A controvérsia é o momento ideal para revelar a circulação da agência, a mediação, as traduções entre actantes, a constituição de intermediários, as relações de força, os

embates antes de suas estabilizações como caixas-pretas. Na controvérsia, negociações se estabelecem e engajamentos são desenhados para futuras resoluções. Como uma sociologia da mobilidade, à TAR tem nas controvérsias o momento e o lugar privilegiados para observar a circulação, a criação e o término das associações, para observar a “agregação social” (LEMOS; 2013, p. 106).

Caixa-preta

A caixa-preta é o momento quando a controvérsia é estabilizada e o problema foi solucionado. Ela pára no fundo e desaparece até que uma nova associação surja e faça a caixa-preta se abrir novamente. Como Lemos menciona:

Toda associação tende a virar uma caixa-preta, a se estabilizar e cessar a controvérsia. O interesse é sempre abrir as caixas-pretas, colocar de novo em causa (enquanto “matters of concern”, como prefere Latour) os elementos estabilizados, ressaltando a necessidade de olhar para as controvérsias (a construção das associações) e as suas novas e futuras estabilizações (em outras caixas-pretas) (2013, p. 56).

As associações tendem a virar uma caixa-preta que, como intermediários, estão transportando sem modificar o que é transportado. É o momento em que as coisas estão trabalhando bem e que não chama a atenção para o que está acontecendo. Mas quando rompe, uma nova ação é feita, ela deixa de ser uma caixa-preta e se torna novamente um ator.

Um aparelho de ar condicionado, por exemplo, é uma caixa-preta se está funcionando sem nos chamar a atenção. Parece uno, indivisível, compacto. Quando quebra, vemos os diversos mediadores estabilizados que o compõe: peças, regras de garantia, disponibilidade de técnicos ou serviços especializados, problemas de engenharia ou de projeto etc (LEMOS; 2013, p. 55)

1.3. As incertezas

No livro *Reagregando o Social: uma introdução à teoria Ator-Rede*, Bruno Latour menciona que é necessário examinar cinco incertezas: dos grupos, das ações, dos objetos, dos fatos e dos tipos de estudos. São importantes por questionar a maneira como a sociologia tradicional estuda o social. Latour recomenda que elas devem ser empilhadas umas sobre as

outras para que cada uma delas torne a anterior ainda mais intrigante até que se alcance algum sentido comum.

A primeira incerteza diz que não existem grupos, apenas a formação de grupos. Ele coloca que os sociólogos do social estão muito mais preocupados em agrupar os atores sociais do que perceber as associações que ocorrem. Da formação de grupos têm-se que seus laços são incertos, controversos, frágeis e mutáveis a todo instante. Como Latour afirma: “a primeira fonte de incerteza com a qual devemos aprender é que não há grupo relevante ao qual possa ser atribuído o poder de compor agregados sociais, e não há componente estabelecido a ser utilizado como ponto de partida incontestado.” (LATOUR; 2012, p. 51).

Ele ainda acrescenta que a formação de grupos deixa muito mais rastros a serem descobertos:

Embora, à primeira vista, possa parecer mais fácil para os sociólogos estabelecer um grupo, em vez de mapear as controvérsias em torno da formação de grupos, ocorre exatamente o contrário e por boas razões empíricas. As formações de grupos deixam muito mais traços em sua esteira do que as conexões já estabelecidas, as quais, por definição, devem permanecer mudas e invisíveis. Se um dado conjunto aí está puro e simplesmente, então é invisível e nada se pode dizer a seu respeito. O conjunto não deixa rastros e, portanto, não gera nenhuma informação; se é visível, está se fazendo e gerará dados novos e interessantes. A solução é substituir a lista de agrupamentos compostos de agregados sociais - tarefa impossível - pela de elementos sempre presentes em controvérsias a respeito de grupos - tarefa bem mais simples. Essa segunda lista é sem dúvida mais abstrata, pois envolve o trabalho necessário para delinear qualquer agrupamento; ao mesmo tempo, porém, gera muito mais dados, porque toda vez que um novo agrupamento é mencionado, o mecanismo de fabricação responsável por mantê-lo vivo se torna visível e, portanto, passível de ser rastreado (LATOUR; 2012, p. 54).

A segunda fonte de incerteza diz respeito à ação, que como relata Latour “A ação não ocorre sob o pleno controle da consciência; a ação deve ser encarada, antes, como um nó, uma ligadura, um conglomerado de muitos e surpreendentes conjuntos de funções que só podem ser desemaranhados aos poucos.” (2012; p. 72). A ação não é local, ela pode ser deslocada, emprestada, distribuída, sugerida, influenciada, dominada, traída, traduzida (LATOUR; 2012 p. 76).

Ele ainda comenta que as ações “são parte de um relato: possuem uma figura qualquer; opõem-se a outras ações rivais; e, por fim são acompanhadas por uma teoria

explícita da ação.” (LATOUR; 2012, p. 84). Para poder mencionar uma ação, é preciso apresentar o relato dela, com as provas e os traços que ela deixou registrado.

A próxima fonte de incerteza é a dos objetos, que eles também agem, como os humanos. Os objetos “Além de ‘determinar’ e servir de ‘pano de fundo’ para a ação humana, as coisas precisam autorizar, permitir, conceder, estimular, ensinar, sugerir, influenciar, interromper, possibilitar, proibir etc.” (LATOUR; 2012, p. 108-109). Para ele, os objetos são capazes da agência, assim como os humanos, e não podem ser descartados quando analisando uma ação.

Segundo a ANT, se quisermos ser um pouquinho mais realistas, em relação aos vínculos sociais, que os sociólogos “razoáveis”, teremos de aceitar isto: a continuidade de um curso de ação raramente consiste de conexões entre humanos (para as quais, de resto, as habilidades sociais básicas seriam suficientes) ou entre objetos, mas, com muito maior probabilidade, ziguezagueia entre umas e outras. (LATOUR; 2012, p. 113).

André Lemos também comenta sobre as coisas se comunicarem e agirem:

Humanos se comunicam. E as coisas também. E nos comunicamos com as coisas e elas nos fazem fazer coisas, queiramos ou não ... Cada vez mais não-humanos agora “inteligentes”, comunicativos, conectados e sensíveis ao ambiente, nos fazem fazer coisas, alterando a nossa forma de pensar e de agir, em todos os domínios da cultura (família, trabalho, escola, lazer) (LEMOS; 2013, p.19-20).

A natureza dos fatos são a quarta fonte de incerteza. Para Latour, a verdade dos fatos é um processo de construção de uma rede de argumentos, proposições e inscrições obtidas pela tradução de métodos e técnicas específicas. Essas inscrições seriam as traduções dos dados consultados em outras fontes, dos relatos de informantes ou porta-vozes autorizados e dos fatos observados. Ele ainda acrescenta que:

quando dizemos que um fato é construído, queremos dizer simplesmente que explicamos a sólida realidade objetiva mobilizando entidades cuja reunião poderia falhar; construtivismo social significa, por outro lado, que substituímos aquilo de que essa realidade é feita por algum outro material – o social de que ele “realmente” é feito. Uma explicação sobre a gênese heterogênea de um edifício é substituída por outra que trata da matéria social homogênea da qual ele é construído. Para reconduzir o construtivismo às suas bases, basta ver que, como social significa novamente associação, a ideia de uma construção feita de matéria social desaparece. Para ocorrer qualquer construção, as entidades não humanas têm de desempenhar

um papel maior, e é exatamente isso que queríamos dizer desde o começo com esse termo um tanto inócuo. (LATOUR; 2012, p. 135-136).

Para Latour, além das questões de fato, é preciso olhar para as questões de interesse, pois com elas “deve permitir-nos renovar de cima a baixo a própria cena do empirismo - e, portanto, a divisão entre “natural” e “social” (2012; p. 168). Ele ainda acrescenta que:

As questões de fato podem permanecer silenciosas, podem permitir-se serem simplesmente descartadas, mas não vai nos faltar dados sobre as questões de interesse porque hoje os seus traços são encontrados em toda parte. Se há uma coisa desanimadora para os sociólogos de associações, não é o profundo silêncio de uma “Natureza” muda que tornaria suas investigações impossíveis e os forçaria a ater-se ao reino humano “simbólico”, mas sim a inundação de informações sobre os diversos modos pelos quais as questões de interesse existem no mundo contemporâneo (LATOUR; 2012, p. 169).

A quinta e última incerteza diz respeito à natureza do tipo de estudos. Latour coloca que “A ideia é simplesmente trazer para o primeiro plano o próprio ato de compor relatos” (2012; p. 180). Ele comenta que esses relatos não estariam completos, porque nunca de fato, entendemos tudo sobre aquilo que estudamos, nem conseguimos captar tudo o que aconteceu. Latour menciona que:

Os relatos textuais são laboratório do cientista social; e, se a prática laboratorial pode servir de guia, e em virtude da natureza artificial do lugar que a objetividade consegue ser alcançada, desde que artefatos sejam detectados graças a uma atenção contínua e obsessiva. Assim, encarar um texto de ciência social como relato textual não enfraquece sua pretensão à realidade, mas constitui uma extensão do número de precauções que precisam ser tomadas e das habilidades exigidas dos pesquisadores (2012; p. 187).

Esses relatos precisam ser escritos para que possam ser ou não transmitidos posteriormente. É preciso pensar também na possibilidade dele falhar com o seu objetivo. Latour acrescenta ainda que:

Em palavras mais simples: um bom relato ANT é uma narrativa, uma descrição ou uma proposição na qual todos os atores fazem alguma coisa e não ficam apenas observando. Em vez de simplesmente transportar efeitos sem transformá-los, cada um dos pontos no texto pode se tornar uma encruzilhada, um evento ou a origem de uma nova translação. Tão logo sejam tratados, não como intermediários, mas como mediadores, os atores tornam visível ao leitor o movimento social. Assim, graças a inúmeras invenções textuais, o social pode se tornar de novo uma entidade

circulante não mais composta dos velhos elementos que antes eram vistos como parte da sociedade. O texto, em nossa definição de ciência social, versa portanto sobre quantos atores o escritor consegue encarar como mediadores e sobre até que ponto logra realizar o social (2012; p. 189).

2. A Cartografia de Controvérsias

Nesse capítulo será explicado o que é uma Cartografia de Controvérsias, como é o processo, quais elementos fazem parte dela e o que os analistas precisam fazer nesse processo. A TAR é operacionalizada por meio da Cartografia de Controvérsias (sigla CC que será utilizada no trabalho), é uma metodologia para ser aplicada quando se quer estudar através da Teoria Ator-Rede. Uma controvérsia, como já definido no capítulo anterior, é o momento adequado para se ver a circulação das ações dos actantes agindo sobre um determinado tema, no qual esses actantes não concordam sobre um mesmo ponto de vista.

As controvérsias são resistentes às reduções, apontando sempre para inúmeros fatores. Elas existem justamente por haver desestabilização, quando as coisas que estavam no fundo, despercebidas e estabilizadas, passam para a frente da cena, colocando o problema em evidência e gerando novas mediações. Abrem-se as caixas-pretas. Logo, podemos ver as controvérsias como mundos que entram em conflito, como “modos de existência” em embate antes das estabilizações e da “agregação social”. Dessa forma, as controvérsias seriam a melhor ferramenta para ver o social. (LEMOS; 2013, p. 109).

Quem escreveu e demonstrou a maneira como deve ser feito uma cartografia da controvérsia, foi Tommaso Venturini. Ele publicou dois artigos a esse respeito “Diving in Magma” (Nadando no magma, tradução livre) e “Building on Faults” (Construindo em falhas, tradução livre) que foram publicados em 2010 e 2012, respectivamente. Os trabalhos são como um guia para ajudar na tarefa de identificar, escolher, traçar e desenhar a rede em torno de uma polêmica. O primeiro texto apresenta a cartografia e a sua base, assim como as técnicas para tal tarefa e o segundo, a forma de representar essa controvérsia.

Lemos cita Michel Callon que coloca que as controvérsias apresentam quatro características:

- 1) Diz respeito a um objeto técnico, que é social e deve ser visto pelas suas relações;
- 2) Não existe uma solução única, mas múltiplas, por envolver a negociação entre os diferentes actantes envolvidos;
- 3) “Os grupos implicados têm interesses variados, cosmovisões que entram em conflito e que revelam forças e hierarquias diferenciadas” (LEMOS; 2013, p. 109);
- 4) No decorrer da controvérsia, as forças acabam se equilibrando que, eventualmente, se torna uma caixa-preta.

Já Tommaso Venturini (2010) menciona que as controvérsias possuem alguns elementos em comum:

- 1) Controvérsias envolvem diferentes e variados atores, entre humanos e não-humanos;
- 2) As controvérsias mostram o social na sua forma mais dinâmica;
- 3) Controvérsias são redução e resistência;
- 4) Controvérsias são debatíveis;
- 5) Controvérsias são conflitos.

Ou seja, as controvérsias são os lugares mais complexos que existem, o que é mais complicado com a recomendação de Latour de que se deve “apenas observar e descrever uma controvérsia” (LATOURE; apud VENTURINI; 2010, p. 2).

Em poucas palavras, quando você procura por controvérsias, procure onde a vida coletiva fica mais complexa: onde existe maior e mais diversa seleção de atores envolvidos; onde alianças e oposições transformam imprudentemente; onde nada é simples como parece; onde todos estão gritando e brigando; onde conflitos crescem mais duramente. Ali, você irá encontrar o objeto da cartografia de controvérsias. (VENTURINI; 2010, p. 5, tradução nossa).

Venturini demonstra que a utilização das palavras “apenas” e “controvérsia” são um tanto problemáticas. O “apenas” gera três consequências. A primeira diz respeito a não requerer o uso de uma teoria ou metodologia específica para se estudar a controvérsia. A segunda, que os observadores não podem se dizer serem imparciais durante as análises. A última, é a necessidade de reconsiderar a atitude perante o objeto de estudo e não deixar as próprias presunções interferirem nos estudos (ouvir os atores).

A cartografia pode ser definida como a arte e a ciência empregada para a construção de mapas, geralmente utilizada dentro da área da Geografia e de estudos da Ciência da Terra. Aqui, entretanto, ela vem acompanhada da palavra “controvérsias” e por isso, esse mapa não seria uma representação física de uma área terrestre, mas um mapa que mostra as ações dos atores sobre uma determinada temática.

As “cartografias de controvérsias” (CC), propostas por Venturini e Latour, nada mais são do que formas de “desenhar” a distribuição das ações, de seguir os actantes, de visualizar os diagramas da mediação, agenciamentos e de revelar cosmogramas. São os mapas gerados pela sociologia da mobilidade. Podemos dizer que a CC é um conjunto de técnicas para explorar e visualizar polêmicas, questões emergentes em determinados agrupamentos, o movimento, a circulação da ação e a

fluidez das mediações, revelando as diversas dimensões que compõem uma rede sociotécnica (LEMOS; 2013, p. 110).

A CC, como já mencionado, é a forma pela qual a TAR é operacionalizada. Ela ainda conta com algumas facilidade já que não é tão complexa e cheia de teorias e metodologias quanto a TAR:

Desde a sua introdução, a cartografia das controvérsias serviu de alguma forma como uma versão educacional da Teoria Ator-Rede. Como a TAR, é um método “para viver, para conhecer e para praticar nas complexidades das tensões” (LAW; HASSARD; 1999, p. 12). Diferentemente da TAR, ela evita complicações conceituais e é desse modo mais acessível aos estudantes. Com alguma aproximação, podemos descrever a cartografia de controvérsias como a prática da TAR livre de todas as sutilezas teóricas. Como tal, a cartografia das controvérsias podem agradar àqueles que estão intrigados pela TAR, mas desejam ficar longes de problemas conceituais. (VENTURINI; 2010, p. 1, tradução nossa).

Como podemos ver, a cartografia das controvérsias seria uma forma simplificada de aplicar a Teoria Ator-Rede, fugindo de problemas teóricos e metodológicos. É uma maneira de ver as polêmicas que ocorrem e de organizar as ações que são perpetradas pelos atores sobre esse mesmo tema.

A cartografia das controvérsias foi concebida como um kit de ferramentas para lidar com o aumento da hibridização, como um esforço para seguir disputas quando elas cortam entre os limites disciplinares. Cartógrafos sociais devem estar preparados para empurrar as suas investigações para longe dos limites da sociologia e não apenas para as ciências humanas vizinhas, mas também para os demais domínios das ciências naturais. [...] Se quiserem compreender os debates modernos, os cartógrafos não têm escolha a não ser mergulhar nos detalhes tecnocientíficos. (VENTURINI; 2010, p. 8, tradução nossa).

Há ainda que se acrescentar que a cartografia das controvérsias nasce de uma necessidade dentro de estudos que envolviam a ciência, a tecnologia e a sociologia:

A cartografia de controvérsias foi desenvolvida, em grande parte, por causa da crescente dificuldade em separar ciência e tecnologia de outros domínios sociais. Considere as grandes controvérsias que perturbam sociedades modernas: os desequilíbrios da industrialização, a destruição dos recursos naturais, a crise ecológica, os dilemas bioéticos, etc. Todas estas disputas giram em torno de questões tecnocientíficas, borrando as fronteiras entre ciência e política, cultura e tecnologia, moral e economia (VENTURINI; 2010, p. 8).

A cartografia das controvérsias irá trabalhar para reagrupar o social a partir dos rastros que são deixados pelos actantes no decorrer de suas ações. Dessa forma, o analista encarregado de fazer esse mapeamento irá precisar se dedicar para observar e descrever, da melhor maneira que puder, a polêmica que está a estudar. Ele deve estar atento ao “movimento de passagem de actantes-redes a rede de actantes, construindo então uma nova rede que é a rede descrita na controvérsia” (LEMOS; 2013, p. 114-115).

Observar as controvérsias é estar atento às redes que se fazem e se desfazem a todo momento, aos mediadores, aos fluxos de traduções. E como não há essência, e o atributo de um actante em uma dada associação é dado pela relação com outros actantes, deve-se abandonar uma das crenças fundamentais da civilização ocidental, a saber: de que sob o magma das controvérsias haveria uma realidade objetiva, uma essência, a serem descobertas que revelaria para sempre o status ontológico dos atores envolvidos. O mapeamento é assim uma coleção de rastros deixados pelos actantes, sendo irredutíveis a eles mesmos ou à rede então formada. (LEMOS; 2013, p. 116).

No próximo tópico serão apresentados os critérios para a escolha de uma boa controvérsia para ser mapeada.

2.1. A escolha da controvérsia

Mas sobre qual controvérsia seria interessante se fazer uma cartografia? Venturini menciona quatro recomendações para evitar a escolha de uma controvérsia ruim. A primeira recomendação é a de evitar controvérsias frias, pois as melhores são as que estão em um ponto quente, onde as ações estejam acontecendo e vários atores estão envolvidos. A próxima seria a de evitar controvérsias passadas, pois elas podem ter sido resolvidas e já estariam transformadas em uma caixa-preta. A terceira seria evitar controvérsias sem limites, pensando na quantidade de recursos de tempo e trabalho, já que essas seriam ainda mais complexas de serem estudadas. Por último, evitar controvérsias secretas, pois elas devem estar abertas para o público poder observá-las. Ele ainda acrescenta que seria melhor escolher uma controvérsia que diga respeito à ciência e a tecnologia.

Tão estranho quanto parece, a didática da cartografia social tem sido provada repetidamente que quanto mais técnico for a controvérsias é, mais fácil será sua observação. Várias razões contam para esse aparente paradoxo: questões científicas são geralmente mais restritas, melhor documentadas e mais abertas e

ordenadamente discutidas. Mesmo o formalismo científico, uma vez dominado, se torna uma ajuda muito mais do que um obstáculo. É por isso que recomendamos escolher uma controvérsia que seja diretamente centrada na ciência e na tecnologia. Como não há uma maneira de evitar complicações tecnocientíficas, pesquisadores podem focar suas investigações neles. (VENTURINI; 2010, p. 8, tradução nossa).

Lemos (2013, p. 111) ainda indica que:

As ações que merecem ser escolhidas para serem estudadas são aquelas em que os actantes ainda não estão harmonizados. São aquelas em que as traduções estão vivas, quentes, em andamento, onde a circulação é mais intensa e inacabada. É aqui que podemos ver o social se formando, revelando questões de diversas ordens (poder, política, direito à voz, força...). Por isso, o trabalho da TAR é descrever as controvérsias a partir do maceramento dos seus rastros.

A controvérsia escolhida deve, portanto, ser quente, atual, limitada e pública e ainda, ser algo dentre os domínios da ciência e da tecnologia. Obedecendo esses parâmetros, a controvérsia escolhida será um bom objeto de estudo e boa para se produzir uma cartografia das controvérsias. Na próxima seção será abordado a forma de se observar a controvérsia.

2.2. Sobre a observação

Após vários anos de ensino, Venturini elaborou que o observador precisaria de cinco lentes de observação que serviriam como forma de comando para essa tarefa de mapear uma controvérsia. Isso por causa do fato de que a cartografia das controvérsias está aberta a múltiplas interferências. São elas:

- da declaração para a literatura, deve-se mapear as referências para revelar os discursos dispersos e o entrelaçamento com a literatura articulada;
- da literatura para os atores, deve-se observar os atores independente do que sejam eles, humanos ou não-humanos;
- de atores para as redes, os atores nunca estão isolados, mas estão conectados com outros em redes, observar a controvérsia é observar o trabalho de atar e desatar essas conexões;
- de redes para os cosmos, embora seja complexa, os que disputam dentro da existência tem o desejo de simplificar as coisas, esses desejos são ideologias e as ideologias são

cosmos, o observador precisa estudar essas circulação de cosmos para poder compreender a extensão da controvérsia;

- de cosmos para as cosmopolíticas, nesse caso, é preciso abandonar a ideia que por baixo das ideologias e controvérsias existiria uma realidade objetiva que independe do que os atores fazem.

A prática da cartografia social implica que observar e descrever tem diferentes propósitos e consequências. Enquanto a observação deve ser complexa, as descrições devem ser simples. Quando Venturini diz que se deve permanecer aberto a todas as perspectivas, ele não quer dizer que deva ser concedido a todos os atores o mesmo status.

A objetividade de segundo grau não procura dar o mesmo peso às perspectivas ou buscar um equilíbrio nos espaços de discussão. Essa objetividade, na verdade, quer atribuir a cada ator uma representação que corresponda à sua posição e relevância. Proporcionalidade, para a cartografia das controvérsias, seria dar visibilidade diferente aos diferentes pontos de vista. Para poder ajustar a proporcionalidade dos objetivos de pesquisa, Venturini coloca que é necessário levar três critérios em consideração:

- 1) Representatividade: esse ponto depende de quantos atores compartilham esse mesmo ponto de vista. A visibilidade, portanto, deve ser adequada ao peso de cada ator.
- 2) Influência: nem todos os atores possuem a mesma influência, alguns podem influenciar as ações de outros atores. Os que possuem maior influência merecem uma atenção especial, pois eles têm maiores chances de moldar a controvérsia.
- 3) Interesse: os espaços da representação não devem ser totalmente preenchidos por aqueles que detêm a representatividade ou a influência, os que são minorias e possuem pontos de vistas considerados marginais também precisam de seus espaços

Levando esses critérios em consideração, o observador poderá ajustar a proporcionalidade com os seus objetivos de pesquisa. Para mapear as controvérsias, Venturini levanta a necessidade de três precauções a serem tomadas: adaptação, redundância e flexibilidade. A adaptação significa conseguir cobrir a maior quantidade de representações nativas e sobrepor o mínimo possível de camadas interpretativas. Já a redundância seria devido a quantidade de informações que podem ser repetidas, já que o recomendado é projetar mais de um mapa para dar conta da quantidade de representações que serão mostradas, cada mapa iria captar um aspecto do fenômeno. A flexibilidade é necessária para

que os mapas sejam capazes de se assentar no dinamismo da polêmica. O próximo tópico irá comentar os benefícios do ambiente digital para a CC.

2.3. Relevância do digital para a cartografia das controvérsias

A internet trouxe vários benefícios para a sociedade e para os indivíduos. Ela também é de grande valia para as cartografias das controvérsias, especificamente por dois recursos: rastreabilidade e agregabilidade. O digital permite que tudo seja rastreado. E o ato de rastrear permite colocar em ordem e ser capaz de escrever sobre o que está sendo pesquisado.

Agora, a coisa interessante sobre a mídia digital é que tudo que eles mediam é automaticamente rastreável. Para ser alimentado em um computador (ou ser transmitido por uma rede de computadores) o fenômeno precisa receber uma forma lógica ou matemática. Não há nada de extraordinário nessa observação e ainda assim poucos parecem perceber suas consequências. [...] Tudo o que você disser ou fizer no ambiente digital é rastreável e geralmente, na verdade, é rastreado. Esse fato tem um grande impacto nas ciências sociais. Antes do advento da mediação digital, a rastreabilidade social era limitada pela quantidade de recursos que poderiam ser dedicados ao empreendimento. (VENTURINI; 2012, p. 5-6, tradução nossa).

O rastro são os indícios de ocorrência de uma determinada ação. Toda ação realizada deixa rastros, e se não deixar, é capaz dela nem ter sido realizada em primeiro lugar.

O outro recurso, de agregar, significa transformar a informação de uma maneira consistente para que alguns elementos sejam representativos de vários outros. Isso também requer que seja possível reverter o processo, voltar aos dados brutos e refazer o processo, mudando a forma de agregar.

Exposto isso, fica claro que para a área das ciências sociais, a internet e o digital contribuíram de grande maneira para que ficasse mais fácil a observação e o monitoramento de fenômenos coletivos que acontecem no cotidiano. A capacidade de rastrear e agregar informações são gigantescas, sem adentrar nas ferramentas que permitem fazer esses processos. A próxima seção irá descrever como deve ser a produção de uma CC.

2.4. A produção de uma cartografia das controvérsias

O que deve acompanhar uma cartografia das controvérsias? Existem algumas ferramentas que foram identificadas e testadas, que serão descritas abaixo. Foi uma contribuição deixada pelo projeto MACOSPOL (MApping COntroversies on Science for POLitics, traduzido como Mapeando controvérsias em ciências para política) realizado pela União Européia. Ele estava no ar, mas atualmente é possível acessar apenas o registro de como ficou pelo link <http://www.mappingcontroversies.net>. Essas ferramentas precisam estar conectadas e coordenadas umas com as outras, e são nove descritas no artigo “Building on faults” de Tommaso Venturini:

- 1) Glossário de elementos não controversos - são os elementos que fazem parte de uma controvérsia, mas que eles por eles mesmo não são controversos, existe um consenso e não precisam de explicações.
- 2) Repositório de documentação - ligado a necessidade de reversão da agregação, é necessário manter um repositório que contenha todos os documentos que foram coletados para o mapeamento. Devem ser guardados para que possam ser acessados e reanalisados, caso se queira.
- 3) Análise da literatura científica - por ser analisada uma controvérsia dentro da ciência e da tecnologia, é preciso que se conheça sobre os artigos científicos que foram produzidos dentro daquela temática.
- 4) Revisão da mídia e da opinião pública - é preciso fazer uma revisão do que aparece na mídia e de como anda a opinião pública sobre a determinada controvérsia escolhida. Com o ambiente digital é muito mais fácil rastrear essas coisas.
- 5) A árvore do desacordo - as polêmicas não estão resumidas em uma disputa binária, mas em uma pluralidade de pontos de vista diferentes. O intuito da árvore é poder conectar e estruturar os discursos feitos, organizando-os em uma árvore hierárquica que possa representar a controvérsia.
- 6) Escala da controvérsia - uma controvérsia nunca está sozinha, mas dentro dela existem numerosas sub-controvérsias. Não que todas elas devam ser exploradas, mas deve-se saber aonde a polêmica estudada se encontra e saber ordenar essa complexidade.
- 7) O diagrama ator-redes - “o princípio básico da TAR é que cada ator pode ser decomposto em uma rede e que cada rede pode ser conectada com firmeza o suficiente para se tornar um único ator” (VENTURINI; 2012, p. 11).

- 8) A cronologia da disputa - a controvérsia ocorre sobre o tempo e é importante ter uma cronologia que conte a história dessa controvérsia, onde os fatos estejam encadeados numa sequência temporal.
- 9) A tabela de cosmos - uma tabela que mostre os cosmos que estão envolvidos na controvérsia, suas divergências

Com todas essas ferramentas é possível ter uma cartografia das controvérsias, na qual se poderá observar a polêmica por completo. O próximo tópico fará um resumo da CC.

2.5. Resumo

Para ficar claro como deve ser essa trajetória de produção de uma cartografia da controvérsia, será elaborado um diagrama com as fases a serem percorridas pelo analista.

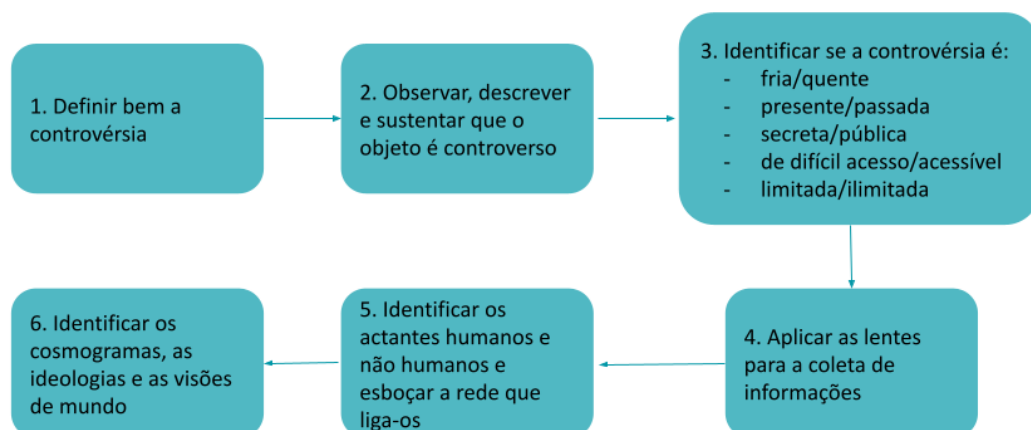


Figura 2. Diagrama do roteiro da CC. Elaborado pela autora.

3. Estudo de caso: Flexibilização do uso de máscaras

Para o presente trabalho, foi escolhida a flexibilização do uso de máscaras como a controvérsia a ser estudada. Desde o começo da pandemia de COVID-19, foi instituído mundialmente que as pessoas deveriam utilizar esse equipamento de prevenção para ajudar a conter a transmissão do vírus. Mais de um ano e meio depois, existem iniciativas em cidades e estados de deixar de obrigar a utilização da máscara em ambientes abertos e nos ambientes fechados, depois de um certo padrão (não concordado) ser atingido.

Cientistas, políticos, médicos e funcionários públicos discordam sobre se esse seria o momento adequado de começar a flexibilizar as medidas preventivas contra o coronavírus. A máscara, assim como outros equipamentos de prevenção individuais (EPIs), são os únicos que não são farmacológicos que podem auxiliar nesse contexto.

Neste capítulo será feito a descrição da controvérsia analisada, compilado as ferramentas que foram utilizadas e os resultados obtidos.

3.1. Identificação da controvérsia

A controvérsia sobre a “flexibilização do uso de máscaras” é uma controvérsia quente, visto que desde o mês passado, Outubro, começaram a haver movimentos para flexibilizar essa medida de proteção. Até o momento (13 de novembro de 2021), o Rio de Janeiro, o Distrito Federal e o Maranhão se posicionaram para permitir que, em ambientes abertos, não exista a necessidade da pessoa utilizar a máscara, que ela pode escolher se usa ou não. Outros estados estão em discussão sobre essa possibilidade. Também mostra que é uma controvérsia presente por suas discussões começarem há pouco tempo e estarem ainda em discussão e implementação.

Ela é pública pois são direcionadas à população e as suas discussões são compartilhadas com a sociedade, até que a medida seja oficializada e comunicada. As pessoas comuns não participam do debate e quem decide são aqueles que foram eleitos pela sociedade. Pode ser considerada limitada, por ser nova e, para o trabalho em questão, abranger apenas o Brasil. E por envolver vírus, doença, pandemia, entre outros, é pertencente ao domínio das ciências e da tecnologia.

3.2. Descrição da controvérsia

No começo do ano de 2020, aproximadamente em março, os países declararam estarem vivendo em uma pandemia. Momento no qual existe uma epidemia de uma doença infecciosa, contaminando as pessoas em determinada localidade, no caso, devido à globalização, ao ir e vir de pessoas, o mundo inteiro se viu com pessoas doentes pelo Coronavírus.

Para tentar controlar a transmissão do vírus, países e estados decretaram o *lockdown*, ou confinamento, em português. Medida severa que não permitia movimentação de pessoas pelas cidades, elas deveriam permanecer em suas casas e evitar sair, exceto aquelas que trabalhavam em lugares essenciais. Com as empresas e o comércio fechado, a maior parte das pessoas passou a trabalhar de casa, o famoso *home office*.

E sair seria apenas para ir ao mercado, farmácia ou ao hospital. Limitado à uma pessoa por família. Para essas que saíam de suas casas, tornou-se obrigatório o uso de máscara cobrindo boca e nariz. Algumas cidades até estipularam multas para aqueles que estivessem sem o equipamento de segurança. E o álcool em gel era necessário em diversos locais, assim como manter um frasco no bolso ou mochila. A era do isolamento social, distanciamento físico, máscara e álcool em gel.

Começou a busca por conseguir produzir vacinas que fossem capaz de proteger as pessoas e desenvolver no sistema imunológico dela, células aptas a combater o Covid-19. Em 2003, ocorreu um surto de um coronavírus, iniciando o processo para desenvolver imunizantes para prevenir a doença, que não acabou sendo finalizado, por conta da pandemia ter se encerrado mais rapidamente (INSTITUTO BUTANTAN; 2021). Já em 2012, o vírus reapareceu, reconhecido como Síndrome Respiratória do Oriente Médio, e a vacina deu mais passos sem ser terminada pelo mesmo motivo (INSTITUTO BUTANTAN; 2021).

Então, quando o novo coronavírus ressurgiu no final de 2019, já existia pesquisas dentro da área, o que possibilitou maior agilidade para a produção das vacinas. No Brasil, a primeira vacina aprovada para uso emergencial foi a CoronaVac, produzida em parceria do Instituto Butantan e a farmacêutica chinesa Sinovac, em meados de janeiro de 2021 (JORNAL USP; 2021). Depois vieram as vacinas da Pfizer em parceria com BioNTech e a da AstraZeneca em parceria com a Universidade de Oxford, no Reino Unido, e a Fundação Oswaldo Cruz (JORNAL USP; 2021).

Com a vacinação ocorrendo em todo o território nacional, começaram as pressões pelas flexibilizações: da quarentena, da abertura de estabelecimentos comerciais e de serviços, do uso de máscaras, de eventos, etc. Mas a taxa de vacinação precisaria subir um pouco mais para poder serem liberadas determinadas medidas.

Qual a taxa de vacinação adequada para fazer essa flexibilização foi muito debatida, seria 60%, 65%, 70% ou 80%, o número adequado? Quando o total de vacinados atingiu a porcentagem de 65%, a prefeitura do Rio de Janeiro decidiu flexibilizar o uso de máscaras. Depois foi a vez do Distrito Federal e do Maranhão tomarem a decisão. Muitos especialistas da área da saúde acreditam que esse ainda não é o momento certo para liberar o uso de máscaras, ainda que seja apenas em lugares abertos. Para eles, mais pessoas deveriam estar imunizadas para poder retirar esse acessório.

Eles também observam o nível de transmissão do vírus, a ocupação de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), números de casos diários e números de óbitos. Para eles, a situação precisa melhorar um pouco mais para tomar essa decisão. Alguns poucos acreditam que já é possível flexibilizar, desde que se mantenha o distanciamento físico e evite as aglomerações.

A maioria dos governadores e prefeitos continuam esperando que os números melhorem para poderem decidir a flexibilização do uso de máscaras. Eles e os profissionais da saúde e pesquisadores acreditam que deixar de obrigar o uso de máscaras irá passar a mensagem de que a pandemia já se encerrou, assim a população iria aproveitar o momento e não tomar as precauções necessárias.

A taxa de contaminação também tem um papel fundamental, enquanto houver contaminação a níveis preocupantes, liberar poderia fazer com que mais pessoas tenham a doença e poderia vir uma nova onda. Então, secretários da saúde e profissionais da área esperam que o número se abaixe para ser uma possibilidade. Essa taxa se relaciona com o número de casos diários.

A ocupação de leitos da UTI precisa estar baixa, para que os hospitais tenham a capacidade de aguentar caso, novos casos surjam e mais pessoas precisem ser internadas. A variante Delta se mostrou ainda mais forte e alarmante. Pessoas com esse vírus apresentam condições ainda piores, mesmo na população mais jovem. Foi em parte devido ao seu

surgimento e uma nova onda ter começado, que o Estados Unidos voltaram com a flexibilização do uso de máscaras, tornando-a obrigatório novamente.

3.3. As ferramentas utilizadas

Para poder fazer a análise e a descrição da controvérsia a respeito da flexibilização do uso de máscaras, as ferramentas que foram descritas no tópico 2.4. A produção de uma cartografia das controvérsias estão incluídas aqui.

1) Glossário de elementos não controversos

Neste item, serão apresentados os conceitos de elementos envolvidos na controvérsia.

- A. Covid-19: doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2. Pode ser transmitida por partículas presentes em uma superfície contaminada, tocando depois no nariz, boca ou olhos, ou através do ar.
- B. Virus: organismos vivos que não possuem célula, formada por proteínas e ácido nucleico.
- C. Máscara: equipamento de proteção individual, confeccionado de tecido, descartável ou não, que deve ser usado no rosto cobrindo o nariz e a boca. Foi muito incentivado o uso, até tornado obrigatório por meio de decretos e leis como medida preventiva contra o coronavírus. Elemento não farmacológico.
- D. Taxa de vacinação: porcentagem que mostra a quantidade de pessoas vacinadas com duas doses, ou dose única no caso da Jansen, de um determinado município, estado ou federação.
- E. Esquema vacinal: a maneira como a vacina é distribuída pela população por meio dos governos.
- F. Taxa de leitos: cada estado e município possuem um certo número de leitos nas Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) disponíveis para a população. Essa taxa mostra quantas estão disponíveis naquele determinado local.
- G. Número de casos: número de pessoas que foram diagnosticadas com Covid-19 em um determinado dia.
- H. Número de óbitos: quantidade de pessoas que faleceram em decorrência da Covid-19.

- I. Pandemia: é quando existe uma epidemia de uma doença infecciosa que se espalha para a população de uma área.
- J. Variantes: são mutações genéticas que ocorrem em vírus e outros materiais biológicos.
- K. Dose de reforço: dose a mais para reforçar a vacina recebida, devido a perda da efetividade depois de um período de tempo.

2) Repositório de documentação

Para que possa ser seguido os rastros deixados, nesse espaço será compilado todas as notícias e releases que foram analisados, seguindo uma ordem cronológica.

Governo minimiza uso de máscaras e Estados aproveitam para flexibilizar isolamento

Boletim da Rede de Pesquisa Solidária reforça importância do uso de máscaras como medida de baixo custo e eficiente para conter a transmissão da covid-19

25/08/2020 - Publicado há 1 ano Atualizado: 26/08/2020 as 17:43

Jornal USP

Até julho, Brasil não contava com política nacional sobre uso de máscaras para prevenção do contágio da covid-19; governo federal não coordena nem controla medidas de uso obrigatório de máscaras, que ficam a cargo dos Estados – Foto: Rovená Rosa/Agência Brasil

O Brasil não contou com uma política nacional sobre o uso de máscaras para a prevenção do contágio da covid-19 até julho e as medidas para seu uso obrigatório não foram coordenadas nem controladas pelo governo federal, aponta a nota técnica 21, produzida pela Rede de Pesquisa Solidária. No final de abril, 13 Estados haviam adotado alguma medida para obrigar o uso de máscaras em público e, em fins de maio, 24 Estados haviam decidido pela obrigatoriedade. Os autores da nota apontam que a maior parte dos Estados adotou medidas de incentivo ao uso de máscaras no mesmo momento em que flexibilizou as medidas de fechamento de comércio, de serviços e de restrição às aglomerações. Dessa forma, a falta de fiscalização, de programas e a massificação de ações, além da desinformação, rebaixaram

a importância do uso de máscaras e reduziram a capacidade de proteção da população mais vulnerável.

De acordo com a nota, as disputas entre o presidente Jair Bolsonaro, o Congresso Nacional e os Estados se voltaram para a obrigatoriedade do uso de máscaras como método de contenção da propagação e da contaminação pela covid-19. A partir de abril, vários governadores e Assembleias Legislativas decretaram a obrigatoriedade do uso e acompanharam as recomendações das autoridades sanitárias mundiais. No plano federal, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1.562 em maio de 2020. Em 6 de julho, o presidente Jair Bolsonaro vetou 25 dispositivos da lei que tornavam obrigatório o uso de máscaras (Lei 14.019/2020), seguido de forte contestação por parte do Congresso e do Supremo Tribunal Federal. No dia 3 de agosto, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, derrubou um dos vetos, e tornou obrigatório o uso mesmo em unidades prisionais. Por fim, no dia 18 de agosto, a Câmara dos Deputados e o Senado derrubaram os demais vetos presidenciais.

Os autores da nota apontam que somente a partir de 18 de agosto tornou-se legalmente obrigatório o uso de máscaras em “estabelecimentos comerciais e industriais, templos religiosos, estabelecimentos de ensino e demais locais fechados em que haja reunião de pessoas” em todo o território nacional, passados mais de cinco meses da primeira morte registrada pela covid-19. Apesar das oscilações, é importante registrar a atuação do Judiciário e do Legislativo federal na contestação do Executivo em sua sistemática atuação para minimizar a pandemia e deixar de proteger a população, mesmo com instrumentos de baixo custo.

A nota analisa o nível de rigidez das políticas sobre o uso obrigatório de máscaras em cada Estado da federação. A análise cobre o período do início da pandemia até 20 de agosto. Diante da ausência de coordenação do governo federal, mesmo a atuação importante dos governos estaduais no distanciamento físico mostrou sua fragilidade no incentivo ao uso de máscaras como meio de proteção e de contenção da pandemia. Frequentemente, os Estados adotaram medidas de incentivo ao uso em conjunto com a flexibilização de medidas de isolamento físico. Essa combinação ocorreu em contexto de elevado nível de risco, de acordo com os critérios de classificação do Instituto de Saúde Global de Harvard.

Como resultado, as máscaras foram reduzidas em seu potencial de proteção, deixaram de salvar vidas e geraram impacto limitado no controle das taxas de infecções e óbitos no

Brasil. A produção da nota foi coordenada por Lorena Barberia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP e Tatiane Moraes de Sousa, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Participaram da elaboração do texto os pesquisadores: Luiz Guilherme Roth Cantarelli (FFLCH), Maria Letícia Claro (FFLCH e FGV), Isabel Seelaender Costa Rosa (FFLCH), Pedro de Santana Schmalz (FFLCH e FGV) e Marcela Mello Zamudio (FFLCH e FGV). A íntegra do boletim pode ser lida neste link.

Combate à pandemia

Os autores da nota salientam que políticas bem-sucedidas no enfrentamento da covid-19 se pautaram por um conjunto de medidas: a priorização da testagem, o isolamento de pessoas em fase de transmissão do vírus, o rastreamento de contatos, o tratamento de pessoas infectadas e a adoção de medidas de distanciamento físico, o desenvolvimento de antivirais, novos medicamentos e as pesquisas por vacinas. As máscaras integram o conjunto de medidas não farmacológicas que são fundamentais para a diminuição da transmissão da covid-19.

Como indica o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos, o uso de máscaras funciona como uma barreira para a propagação de gotículas respiratórias no ar que podem conter o vírus e contaminar pessoas. Esse controle de origem permite que seja reduzida a propagação do vírus quando alguém fala, tosse ou espirra, principalmente quando o distanciamento social não é possível, como no transporte público. O uso de máscaras é especialmente importante quando se considera a transmissão do novo coronavírus por pessoas assintomáticas que, entre os infectados, podem representar 70%, segundo o CDC .

No início de abril, a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou uma diretriz específica sobre a importância das máscaras e de seu uso, reconfirmada em sucessivos posicionamentos. Ao analisar a proteção gerada pelas máscaras no nível individual, pesquisadores identificaram que elas eram eficientes para filtrar partículas menores e maiores. Quando as máscaras possuem mais de uma camada de tecido, a eficiência é ainda maior, cerca de 80% em partículas maiores e 90% em partículas menores. O Institute of Health Metrics Evaluation, vinculado à Universidade de Washington (Estados Unidos), realizou diferentes projeções sobre o aumento de casos e mortes por covid-19 em vários países. Para o Brasil, o instituto indicou que o uso de máscaras por 95% da população poderia impedir cerca de 25.000 mortes pela doença até 1º de dezembro. Mesmo com esses

benefícios projetados, o uso de máscaras pelos países variou tanto em sua obrigatoriedade quanto à existência de dispositivos legais e aos espaços destinados ao uso.

A tabela abaixo compara os índices de adesão ao uso de máscaras pelas populações de cinco países, em quatro momentos diferentes. Entre os países analisados, o Brasil se destaca pela ausência de uma política nacional sobre o uso de máscaras. Segundo os autores da nota, os dados sugerem que a adesão ao uso de máscaras no País acompanhou o aumento do número de mortos e infectados após o mês de abril, quando as medidas sobre seu uso obrigatório foram editadas. O salto na adesão em abril aproximou o Brasil de países como os EUA e a Alemanha. Outros países, como China e Índia, ao contrário, apresentaram taxas altas e mais homogêneas em relação ao uso de máscaras em todo o período observado.

Adesão ao Uso de Máscaras na Alemanha, Brasil, China, EUA e Índia, de acordo com a % de entrevistados que afirmaram usar máscaras em público – Fonte: YouGov, Datafolha, Ipsos e Petherick, Kira, Goldszmidt e Barberia (2020)

Obrigatoriedade nos Estados

A obrigatoriedade do uso de máscaras nos Estados esteve ligada à preparação do processo de flexibilização das Políticas de Distanciamento Social, apontam os autores da nota. A Rede avaliou decretos e leis estaduais desde o início do ano até 20 de agosto. Os Estados que não decretaram nenhuma restrição sobre o uso de máscaras receberam um escore de 0, aqueles que recomendaram a utilização de máscaras ao sair de casa (ou em estabelecimentos) receberam um escore de 1. Já os Estados que determinaram para parte da população o uso obrigatório de máscaras (funcionários e clientes de estabelecimentos e serviços em funcionamento, transporte público) receberam um escore de 2. E os Estados que definiram para toda a população o uso obrigatório de máscaras ao sair de casa receberam nota 3. Cada medida também foi classificada geograficamente. Classificou-se como rígidas as medidas definidas para as capitais e ainda mais rígidas quando se aplicaram a todo o Estado. Para esta nota, o índice foi redimensionado para uma medida que varia de 0 (ausência de rigidez) a 100 (maior rigidez possível).

O indicador para monitorar o uso de máscaras integra o Índice de Rigidez das Políticas de Distanciamento Social (RPDS) do banco de dados Covid-19 Government Response Tracker for the Brazilian Federation, que tem o objetivo de acompanhar, em tempo real, as medidas adotadas por cada Estado no enfrentamento da pandemia do novo

coronavírus e seu nível de controle sobre a mobilidade das pessoas e as atividades econômicas. A metodologia é inspirada no banco de dados desenvolvido pelo observatório da Blavatnik School of Government da Universidade de Oxford. A tabela abaixo mostra os meses em que os Estados adotaram medidas rígidas sobre o uso de máscaras. De maneira geral, os Estados orientaram o uso de máscaras a setores e grupos específicos, como trabalhadores expostos ao contato intenso com o público. Os primeiros Estados a adotar as medidas de uso obrigatório de máscaras foram: Roraima, Sergipe e Tocantins.

Quando os Estados adotaram a Política de Uso de Máscaras? – Fonte: CGRT-BRFED

Até o final de abril, 13 Estados haviam adotado alguma medida para obrigar o uso de máscaras em público. Até o final de maio, 24 Estados haviam decidido pela obrigatoriedade de máscaras. A maior parte dos Estados adotou medidas de incentivo ao uso de máscaras no mesmo momento em que flexibilizou as medidas de fechamento de comércio, de serviços e de restrição às aglomerações.

Data em que cada Estado atingiu Maior Rigor no Uso de Máscaras em relação ao Nível de Risco de covid-19 – Fonte: CGRT-BRFED/nível de risco baseado nos critérios do Harvard Global Health Institute (HGHI)

A falta de fiscalização, de programas e a massificação de ações, além da desinformação, rebaixaram a importância do uso de máscaras e reduziram a capacidade de proteção da população mais vulnerável, observam os autores da nota. Com essas características, as máscaras no Brasil, em contraste com a experiência de outros países, deixaram de ser eficazes, apesar de seu baixo custo, e mostraram impacto limitado na contenção das taxas de infecções e óbitos por conta da covid-19.

A tabela abaixo compara a mudança no índice de rigidez dentro dos grupos de Estados que adotaram a obrigatoriedade do uso de máscaras no mesmo período. Nota-se que a média do Índice de Rigidez das Políticas de Distanciamento Social (RPDS) diminuiu após a implementação das medidas do uso de máscaras.

Índice de Rigidez das Políticas de Distanciamento Social (RPDS) e fechamento de comércio e serviços, antes e após a adoção das máscaras – Fonte: CGRT-BRFED

Para o grupo que decretou a obrigatoriedade das máscaras até o final de abril houve uma diminuição do índice de rigidez em cerca de 8%; já o grupo que adotou a

obrigatoriedade entre maio e junho teve uma diminuição de cerca de 3,5% na média do RPDS. Ao analisar apenas as flexibilizações do comércio, o grupo que implementou políticas relativas ao uso de máscaras com maior antecedência teve uma diminuição de 13,1% e o grupo que deixou para implementar a medida a partir de maio reduziu em 16,6% às medidas de fechamento do comércio e serviços. Na realidade, os Estados adotaram o uso das máscaras mais como um fator necessário para a reabertura do comércio. Dos 24 Estados que tinham políticas de fechamento de comércio e adotaram obrigação do uso de máscaras, 16 flexibilizaram as políticas relativas ao comércio.

Conscientização necessária

Os autores da nota destacam que as justificativas para a flexibilização das medidas de contenção da covid-19 nos Estados procuram transmitir a ideia de que a pandemia está chegando ao fim. O boletim aponta a ampla desinformação a respeito do uso de máscaras, principalmente pela ausência de programas e campanhas promovidas pelas autoridades. Sua utilização ocasional e circunscrita a setores não obedeceu a uma estratégia integrada de combate à pandemia e, dessa forma, teve sua eficácia comprometida.

O vírus que provoca a covid-19 veio para ficar. A humanidade vai conviver com sua presença por um longo período, mesmo com vacina, e as máscaras tendem a fazer parte da vida normal das sociedades. O Brasil ultrapassou a trágica marca de 110 mil mortes pela doença. Ultrapassou, assim, a taxa de mortalidade dos Estados Unidos em casos e em óbitos, medidos em relação a 100 mil pessoas. Os autores da nota defendem que está mais do que na hora de as autoridades e gestores públicos assumirem plenamente suas responsabilidades, a começar por não minimizarem o grau de proteção das máscaras, estimularem a conscientização da população e não desprezarem o uso desse equipamento de baixo custo, para reduzir o risco da covid no País.

A Rede de Pesquisa Solidária é uma iniciativa de pesquisadores para calibrar o foco e aperfeiçoar a qualidade das políticas públicas dos governos federal, estaduais e municipais que procuram atuar em meio à crise da covid-19 para salvar vidas. O alvo é melhorar o debate e o trabalho de gestores públicos, autoridades, congressistas, imprensa, comunidade acadêmica e empresários, todos preocupados com as ações concretas que têm impacto na vida da população. Trabalhando na intersecção das Humanidades com as áreas de Exatas e Biológicas, trata-se de uma rede multidisciplinar e multi-institucional que está em contato com centros de excelência no exterior, como as Universidades de Oxford e Chicago.

A coordenação científica está com a professora Lorena Barberia, da FFLCH. No comitê de coordenação estão: Glauco Arbix (FFLCH e Observatório da Inovação), João Paulo Veiga (FFLCH), Graziela Castello, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), Fábio Senne (Nic.br) e José Eduardo Krieger (Incor). O comitê de coordenação representa quatro instituições de apoio: o Cebrap, o Observatório da Inovação, o Nic.br e o Incor. A divulgação dos resultados das atividades está sendo feita semanalmente através de um boletim, elaborado por Glauco Arbix, João Paulo Veiga e Lorena Barberia. São mais de 40 pesquisadores e várias instituições de apoio que sustentam as pesquisas voltadas para acompanhar, comparar e analisar as políticas públicas que o governo federal e os Estados tomam diante da crise. As notas anteriores estão disponíveis neste link.

Por que Brasil ainda não pode relaxar uso de máscaras como os EUA fizeram

Mariana Alvim - @marianaalvim

Da BBC News Brasil em São Paulo

10 junho 2021

Uma mulher com máscara, e outra sem, olhando produtos na área externa

Nos EUA, foi desobrigado o uso de máscara na maior parte dos lugares, mas situação lá é 'absolutamente incomparável' ao Brasil, diz médico.

Amplamente recomendada por cientistas e alvo de desdém do presidente ao longo da pandemia, a máscara facial contra a covid-19 poderá ter seu uso flexibilizado no Brasil, segundo anunciou Jair Bolsonaro nesta quinta-feira (10/6).

No mesmo dia em que o país registrou mais 2.504 mortes pela doença nas últimas 24 horas, chegando a um total de 482.019 óbitos, Bolsonaro afirmou em um evento: “Nosso ministro (da Saúde) vai ultimar um parecer visando a desobrigar o uso de máscara por parte daqueles que estejam vacinados ou que já foram contaminados.”

Horas depois, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, afirmou que o presidente pediu um estudo sobre a flexibilização do uso de máscaras, conforme avança a vacinação no país.

O presidente já apareceu em diversas ocasiões sem ele próprio usar a máscara, inclusive em aglomerações e viagens pelo Brasil, e já deu declarações questionando os benefícios do item.

Outras partes do mundo que já chegaram a um controle da doença e percentual de vacinados bem maiores do que o Brasil estão discutindo o relaxamento do uso de máscaras para quem foi imunizado — e mesmo assim tais medidas estão sendo alvo de debates e críticas por boa parte da comunidade científica.

O Centro de Controle de Doenças (CDC) dos Estados Unidos anunciou em abril que pessoas com a vacinação completa podem deixar de usar máscaras na maioria dos lugares — com exceção por exemplo da rede de transportes, hospitais e prisões. O governo britânico também está conduzindo alguns estudos para avaliar a possível flexibilização de medidas preventivas contra a covid-19, incluindo a exigência de máscaras.

“Os Estados Unidos e a Europa começaram a discutir isso com baixos níveis de contágio, mortes e variantes circulantes. É outra realidade, absolutamente incomparável com o Brasil”, diz o médico Estevão Urbano, diretor da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI).

Bolsonaro aparece atrás de bandeira do Brasil e ao lado de segurança com máscara

Na pandemia de coronavírus, Bolsonaro já apareceu sem máscara em diversas ocasiões

O médico epidemiologista Antônio Augusto Moura da Silva, professor do Departamento de Saúde Pública da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), compartilha da perplexidade do colega.

“Lá fora, a decisão foi tomada baseada na alta eficácia das vacinas, uma cobertura vacinal que já chegou a 50%, e a circulação viral baixa. Há um controle muito maior do que o nosso. No Brasil, a doença está solta”, diz Silva, acrescentado que a medida anunciada pelo presidente “não faz sentido do ponto de vista técnico”.

Vamos aos indicadores citados pelos médicos.

'Doença solta': alta mortalidade, contágio e circulação de variantes

Nesta quinta-feira (10), o Brasil registrou uma média de 1.804 mortes diárias pela covid-19 na última semana. É um número abaixo do recorde já registrado nesse indicador — média móvel de 3.124 óbitos, registrado em 12 de abril de 2021 —, mas em um patamar nunca atingido em 2020, o primeiro ano da pandemia.

O mais recente Boletim Observatório Covid-19, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), publicado no dia 9, afirmou que a pandemia no Brasil “se configura como de alto risco”, com ligeira queda no número de óbitos, mas manutenção da transmissão do vírus e taxa de ocupação de leitos muito elevada na maioria dos Estados e capitais: “Vinte estados e o Distrito Federal, bem como 17 capitais, encontram-se com taxas de ocupação iguais ou superiores a 80%.”

A taxa de transmissão do vírus no país também teve uma ligeira queda, segundo a universidade Imperial College. Ela está em 0,99, e há duas semanas, era de 1,02. Quando essa taxa é maior do 1, significa que o vírus está se espalhando de maneira exponencial, mas a pandemia só é considerada controlada quando o índice é mantido abaixo de 1 por algumas semanas — o que não foi atingido pelo Brasil ainda. Ainda há também vários Estados com taxa acima de 1.

Soma-se a esses fatores preocupantes a circulação de variantes no país.

“O Brasil tem particularmente hoje infecções por variantes. Elas representam de 85 a 90% das novas infecções”, aponta Estevão Urbano, da SBI.

O presidente Bolsonaro afirmou que seu governo estuda desobrigar o uso de máscaras entre pessoas que já tiveram a infecção ou que já foram vacinadas. Os fatores acima mencionados influenciariam em ambos os casos.

No primeiro, uma pessoa que já teve covid-19 e deixa de usar máscara, em um cenário de circulação significativa do vírus e suas variantes, está sujeita à reinfecção — e potencial transmissão a outras pessoas.

“A gente sabe que ter tido covid diminui a probabilidade mas não elimina o risco de ter a doença de novo. E a gente já sabe que a variante P.1 é capaz de reinfetar quem já foi infectado. Existem estimativas de que no surto em Manaus do fim do ano, e início do atual, cerca de 30% das infecções com a P.1 eram reinfecções”, aponta Antônio Augusto Moura da Silva.

“Todo mundo que está infectado corre o risco de transmitir. E há os assintomáticos, que têm risco de menor de transmitir, mas podem transmitir”, lembra o epidemiologista, acrescentando que o uso de máscaras no Brasil hoje já deixa a desejar entre a população.

Grando movimentação em rua de comércio popular em Manaus

Rua de comércio popular em Manaus; epidemiologista lembra que, mesmo obrigatória, máscara tem adesão insatisfatória da população

Baixa cobertura vacinal

O CDC flexibilizou o uso de máscaras depois que cerca de metade dos americanos recebeu a primeira dose da vacina. Até 19 de maio, cerca de 37% da população dos EUA tinha recebido a vacinação completa, e cerca de 60% dos adultos americanos, pelo menos a primeira dose.

Já no Brasil, segundo um consórcio de veículos de imprensa a partir de dados das secretarias estaduais de Saúde, 11% da população recebeu a imunização completa, e 24,9% ao menos a primeira dose.

Os médicos entrevistados pela BBC News Brasil lembram que as vacinas administradas no Brasil, principalmente a CoronaVac, a mais numerosa no país, têm percentuais altos de proteção contra gravidade e mortalidade pela covid-19. Já a margem de proteção contra a infecção é menor, então mesmo vacinadas, é previsto que um número importante de pessoas ainda vá ter a doença.

Por isso, desobrigá-las a usar a máscara seria mais uma vez imprudente.

“Você tem uma parcela importante de vacinados que ainda pode se infectar e transmitir. Liberar a ausência de máscara para esses grupos vai facilitar muito a perpetuação da circulação viral, isso não vai acabar nunca”, diz Estevão Urbano. “E tem também a questão de qual é a eficácia da vacina contra as variantes.”

“Não tem a mínima chance dessa ser uma medida embasada cientificamente”, completa o infectologista.

Discussões no exterior

Os especialistas acrescentam que, no exterior, autoridades e cientistas estão começando a testar na vida real a validade da ideia de “imunidade coletiva”, conhecida também como de rebanho — quando o número de pessoas com imunidade contra um patógeno chega a um patamar tal que a doença é controlada.

Isso porque alguns países estão atingindo um número considerável de pessoas vacinadas e de baixa circulação do vírus, uma oportunidade para verificar a hipótese da imunidade coletiva.

Os que chegaram lá, como os EUA, também estão lidando com problemas práticos. Por exemplo, como saber se um cliente ao seu lado no supermercado realmente tomou as duas doses de vacina, ou simplesmente deixou de usar a máscara por outro motivo, mesmo não imunizado?

Autoridades americanas afastaram a proposta de um "passaporte de vacina" para provar a imunização de uma pessoa, argumentando que isso representaria uma violação de privacidade.

Com isso, governos e empresas locais estão decidindo se e como vão exigir alguma forma de comprovação. Redes importantes, como Walmart e Target, têm permitido que os clientes fiquem sem máscara sem este requisito. Já alguns shows e eventos têm sim exigido o histórico de vacinação.

Há também a preocupação de que o relaxamento com a máscara gere um sentimento de liberação geral, incluindo outras medidas preventivas contra o coronavírus.

“Pode haver uma interpretação equivocada ou uma sensação de liberdade do tipo 'não preciso fazer nada disso’, afirmou à BBC Gabor Kelen, chefe do departamento de medicina de emergência da Universidade Johns Hopkins, nos EUA.

“Mas acho que o CDC percebeu que, se não adotassem medidas que parecessem razoáveis para as pessoas, eles meio que perderam a influência nas regras fazem sentido.”

“Se as regras não fizerem sentido, as pessoas não seguirão mais o que o CDC diz”, completou Kelen.

Minas planeja flexibilizar o uso de máscaras; especialistas discordam

Secretário de Saúde havia dito que o uso obrigatório do item poderia ser não mais necessário em ambientes abertos a partir deste mês

Por LETÍCIA FONTES

02/10/21 - 03h00

O Tempo

A diminuição dos índices da Covid-19 em Minas Gerais faz uma possível volta à normalidade se tornar cada vez mais imaginada. Com o número de novos casos, internações e mortes caindo a cada dia, medidas como a flexibilização do uso de máscara de proteção individual passaram a ser avaliadas por governos em todo o mundo.

Em Minas, o governo estadual estima que vai completar a aplicação da segunda dose em todos os adultos entre novembro e dezembro. Com isso, segundo o Secretário de Estado de Saúde, Fábio Bacherreti, a previsão inicial era que o uso obrigatório de máscaras não fosse mais necessário em ambientes abertos a partir deste mês, quando pelo menos 70% da população adulta deve concluir o esquema vacinal. Atualmente, 51,10% dos moradores com mais de 18 anos tomaram as duas doses ou a dose única em Minas.

A Secretária de Estado de Saúde (SES-MG), no entanto, em resposta à reportagem, agora adota postura comedida e afirma que não existe nenhuma definição sobre o fim da obrigatoriedade do item de segurança no Estado. Em nota, a pasta informou que, caso o cronograma de entrega de doses por parte do Ministério da Saúde se mantenha, a expectativa é que o Estado adquira a chamada “imunidade de rebanho” no fim do ano. Com isso, o não uso das máscaras pode se tornar facultativo em lugares abertos, arejados, como parques, praças e ruas, “conforme experiências observadas em alguns países”.

Na cidade do Rio de Janeiro, a prefeitura estuda liberar a população do uso de máscaras parcialmente em novembro, quando 75% da população estiver com esquema vacinal completo. O item seria obrigatório apenas em hospitais e transportes públicos. No Rio Grande do Norte, a governadora Fátima Bezerra (PT), também avalia decretar o fim da obrigatoriedade para o uso de máscara em determinadas situações a partir de dezembro.

Porém, de acordo com especialistas, o uso do item ao menos em espaços fechados para determinados grupos (idosos, obesos, portadores de comorbidades e imunossuprimidos) será uma realidade que ainda irá persistir por muitos anos. “Não temos, por hora, um

horizonte seguro para circulação sem máscaras, sobretudo para as pessoas de maior risco de contrair formas graves da doença. Além disso, não seria aconselhável abandono das máscaras por qualquer cidadão em espaços fechados, como aeroportos, aviões, ônibus e repartições”, analisa o médico infectologista Guilherme Lima, do Hospital Lifecenter.

Segundo o também infectologista, Leandro Curi, ainda é cedo para propor o abandono, uma vez que não existe o conceito de imunidade rebanho para o coronavírus. “Esse foi um termo muito utilizado no ano passado pelas autoridades, mas é uma falácia. Vimos que para a Covid, ele não funciona. Uma pessoa que já foi contaminada pode adoecer várias vezes, diferentemente de outras doenças, como a catapora. A Suécia tentou fazer essa experiência de se atingir imunidade rebanho e não deu certo, porque estamos falando de um vírus que se multiplica rapidamente e altamente infectante e letal. Não existe remédio ou outra solução que não seja a vacina aliada a máscara”, pontua.

Para o infectologista Adelino de Melo Freire, do Hospital Felício Rocho, é preciso que o número de casos por dia da doença esteja abaixo de 20 a cada 100 mil habitantes para se começar a cogitar em abandonar as máscaras. Atualmente, em Belo Horizonte, essa taxa está em 113. “Não importa se tiver 70%, 80% ou 90% da população vacinada e continuar havendo transmissão. Temos variantes, como a delta, que escapa da proteção da vacina. A verdade é que não existe um número mágico. Só não teremos transmissão comunitária quando a taxa de transmissão não representar mais riscos”, ressalta.

62% dos prefeitos querem manter uso obrigatório de máscara

Seis a cada dez gestores municipais pretendem manter o uso obrigatório da máscara mesmo com toda a população vacinada. De acordo com um levantamento realizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), em setembro, 62,3% dos prefeitos pretendem continuar com o item de segurança, enquanto 32,7% ainda não decidiram sobre a manutenção da obrigatoriedade. Apenas 69 (3,2%) municípios devem flexibilizar o equipamento de proteção individual. Atualmente, o uso de máscaras em locais públicos é obrigatório em 96,1% dos municípios brasileiros.

No entanto, ainda de acordo com a pesquisa, 59,6% das prefeituras não instituíram infrações para o não uso de máscaras nos locais obrigatórios. Em Belo Horizonte, o uso de máscaras em espaços públicos é obrigatório desde 22 de abril de 2020. A multa para quem

não usar o item de segurança é de R\$ 100. Porém, a pena começou a valer somente em julho, quando a lei foi sancionada.

Até o momento, segundo a prefeitura da capital, 425 multas foram aplicadas contra pessoas que transitavam sem o item de segurança na cidade, sendo que apenas 32 foram pagas. As demais ou foram inscritas em dívida ativa no município ou estão sendo contestadas.

De acordo com a PBH, as multas são aplicadas somente para aquelas pessoas que se recusaram a utilizar as máscaras disponibilizadas pelos fiscais ou pelos guardas municipais até mesmo durante as abordagens. No caso das pessoas em situação de rua, segundo o município, a multa é dispensada, mas o acessório é oferecido.

Em nota, a Prefeitura destacou ainda que não há previsão de dispensar o uso da máscara na cidade. “A pandemia não acabou. As equipes estão atuando em todas as regiões da capital, fazendo abordagens à população voltadas para a conscientização sobre a importância do uso do artigo cobrindo o nariz e a boca, para evitar a disseminação do Coronavírus”, pontuou.

Uso de máscaras pelo mundo

Com o avanço da vacinação contra a Covid-19, diversos países têm flexibilizado a obrigatoriedade no uso de máscaras. Nos Estados Unidos, no Canadá, na China, e em alguns países europeus, como Espanha, Itália e França, desde de junho, já não é mais necessário o item em locais ao ar livre.

O último país a retirar a obrigatoriedade foi a Argentina, que na última semana deixou de exigir o uso de máscaras em espaços abertos devido à queda do número de infecções diárias pela doença. Atualmente, o país já vacinou 67% da população com ao menos uma dose e 44,44% com as duas. Nos últimos dois meses, a média móvel de mortes pela doença caiu 39% no país.

Na Nova Zelândia, o não uso de máscara também já é realidade desde o ano passado. O item é sugerido apenas no transporte público e nos aviões. No país já são permitidos, inclusive, festivais ao ar livre com pessoas sem o item de segurança.

O assunto, porém, é controverso. Há cientistas e médicos que discordam dessa orientação por julgarem ser cedo demais para as pessoas deixarem a máscara de lado,

inclusive, nesses países. O infectologista, Adelino de Melo Freire, reforça que a maioria dos governos que seguiram essas medidas, voltaram atrás. Esse foi o caso dos Estados Unidos, da Austrália, da Suécia, da Hungria e da Alemanha, que em um primeiro momento permitiram a desobrigatoriedade para todos os lugares. No entanto, atualmente, esses países obrigam o uso de tapa-bocas em lugares fechados ou onde o distanciamento de 1,5m não seja viável.

“Foi precoce. Não existe um parâmetro de número de população vacinadas para que se tenha segurança ou até mesmo redução de casos. O primordial é que se tenha baixa circulação do vírus, só assim não se terá transmissão comunitária sustentável”, explica o médico.

O médico intensivista, Guilherme Lima, destaca o caso de Israel, onde a experiência da não obrigatoriedade da máscara foi um desastre. “Exemplos como de Israel são pedagógicos neste sentido. Cerca de 65% da população foi amplamente vacinada e o país suspendeu algumas das medidas preventivas como o uso de máscaras. O resultado foi uma nova onda com cerca de 10.000 novos casos/dia”, pontua.

MINIENTREVISTA

Guilherme Lima

Médico intensivista e infectologista

- Quando será possível atingir a imunidade rebanho em Minas Gerais?

É importante esclarecer o conceito de imunidade de rebanho. Quando uma doença viral se dissemina em uma população, os sobreviventes podem se tornar imunes, é o caso da gripe, do sarampo, da rubéola, da caxumba e da catapora. Mas para o coronavírus isso não é verdade, uma vez que a mesma pessoa pode adoecer mais de uma vez, comprovadamente. Logo, o conceito de imunidade de rebanho não se aplica, é uma falácia. Esse conceito, de deixar o vírus se disseminar e esperar que os sobreviventes estejam imunes e que, então, isso proteja os indivíduos restantes, não deve nunca ser confundido com efeito da vacina. A vacina é a única ferramenta eficaz e que reduz as mortes diante o coronavírus, e imuniza ativamente as pessoas para quando (e se) houver contato com o vírus o indivíduo já possua defesas e não adoça, ou adoça e tenha formas leves.

- Quando seria seguro, então, para não se usar mais máscaras?

Não temos, por hora, um horizonte seguro para circulação sem máscaras, sobretudo para as pessoas de maior risco para formas graves da doença (obesos, idosos, imunossuprimidos, portadores de comorbidades), há as variantes, sobretudo a Delta. O SarsCov2, assim como outros vírus respiratórios, possui enorme capacidade de se adaptar, sofrer mutações, e surgir novas variantes. Logo, enquanto o vírus estiver em circulação esse risco existe. Para suspender a orientação do uso de máscaras, precisaríamos documentar a queda acentuada da circulação viral e por conseguinte do número de novos casos de Covid-19.

- Por que se fala tanto em um cenário seguro com 70% da população imunizada? O que esse patamar representa?

Acredita-se que com uma imunização completa de pelo menos 70% de toda a população passaríamos a ter uma baixa circulação do vírus SarsCov2. Quando chegarmos a esse grau de imunização a tendência é de forte queda na circulação do vírus, e então poderíamos discutir a circulação em espaços abertos, ao ar livre, para pessoas de boa saúde e sem comorbidades sem máscaras.

'É um despropósito', diz médico sobre flexibilizar uso de máscara

Governantes começam a pensar em desobrigar proteção em lugares abertos, mas especialistas não aprovam decisão

SAÚDE | Carla Canteras, do R7

06/10/2021 - 02H02 (ATUALIZADO EM 06/10/2021 - 10H30)

Especialistas indicam que flexibilização de máscara só é possível com mais vacinados

A evolução da vacinação contra a Covid-19 no país levanta mais uma vez a discussão sobre a flexibilização ou não do uso de máscara. O infectologista Carlos Fortaleza, professor da Faculdade de Medicina de Botucatu, da Unesp, é taxativo quando perguntado sobre o assunto.

“Neste momento, é um despropósito. Nós estamos conseguindo diminuir a Covid por uma combinação do uso de máscara com aplicação de vacinas. Mas ainda não temos a segunda dose para uma parte maciça da população, temos muitos idosos sem a terceira dose. No caso, tirar o uso de máscara é um risco de aumentar o número de casos e mortes desnecessariamente”, ressalta o médico, que também é coordenador do estudo da Fiocruz (Fundação Osvaldo Cruz) sobre os impactos da vacinação em massa em Botucatu, na cidade de São Paulo.

Soraya Smaili, professora de farmacologia da Unifesp (Universidade Federal do Estado de São Paulo), reitora na gestão 2013-2021 e coordenadora do Centro SOU_Ciência, concorda que o momento não é indicado. “Eu considero que é precoce a decisão. Não atingimos ainda 50% da população com esquema vacinal completo. É necessário atingirmos entre 70 % e 80% da vacinação. Além disso, temos a necessidade de continuar a primeira dose, para chegarmos a 100% da população”, orienta a professora.

Na última segunda-feira (4), o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, afirmou que a cidade pode desobrigar o uso da proteção em ambientes abertos a partir da metade deste mês, quando a cidade deve chegar a 65% da população local vacinada. O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, também estuda essa possibilidade.

Uma vez que as cidades já voltaram a funcionar com comércio, restaurantes e bares abertos e com o retorno das atividades presenciais nas empresas, Fortaleza acredita que a questão da máscara passou a ter um valor mais simbólico para parecer o fim da pandemia.

“Quando as pessoas falam em abrir o comércio, bares e restaurantes, eu entendo, porque são questões econômicas. Mas não consigo entender qual é o dano de usar máscara. As pessoas começaram a criar uma implicância, uma necessidade para tirar o uso de máscara, no meu modo de ver, como um triunfalismo: vencemos a pandemia”, diz o infectologista.

E acrescenta: “É uma medida populista para passar a ideia de que a pandemia acabou, e ela não acabou. Não sabemos se na África, onde as pessoas não estão vacinadas, não vai surgir uma nova variante”.

Soraya salienta, ainda, que a utilização dá segurança à população. “Entendemos que o uso de máscara não faz mal nenhum à população. É uma de segurança, é higiênico e possibilita que as pessoas interajam mais, de uma forma segura.”

Alguns países da Europa, como Portugal, Hungria, Itália, Espanha, Bélgica e Áustria, que apresentam altos índices de vacinação, já aboliram a máscara em locais públicos e abertos.

Nos Estados Unidos, no entanto, onde pouco mais de 56% da população está completamente imunizada, o presidente Joe Biden chegou a liberar a proteção, mas voltou atrás com o surgimento da variante Delta.

“Ainda é difícil dizer quando poderemos tirar a máscara. Nós, cientistas, teremos que nos aprofundar em estudos que levem em consideração o número de casos, de mortes e por quanto tempo esses dados precisam estar estáveis ou diminuindo, qual é o número aceitável. E pensar o que significa a retirada da máscara em determinado ambiente ou cidade, cada um deles tem uma especificidade diferente”, explica a professora da Unifesp.

Carlos Fortaleza indica algumas possibilidades. “Talvez até o fim do ano, quando tivermos toda a população com duas doses, todos os idosos com três doses e o número de casos e mortes bem baixo, isto é, menos de 100 mortes por dia, possamos deixar de usar a máscara”, explica o infectologista.

Mesmo assim, não será possível abrir mão da proteção em ambientes fechados até que a pandemia tenha acabado efetivamente. “Acredito que será possível flexibilizar, não flexibilização completa. Em espaços fechados ainda teremos de manter [o uso], [liberando-o] só nos espaços abertos. Não está em tempo de tirar a máscara”, conclui o infectologista.

Governo de SP mantém uso obrigatório de máscara e acompanha indicadores para possível flexibilização

Apesar de melhora dos indicadores, governo destaca necessidade de acompanhar dados após novas mudanças no Plano São Paulo

Por Mariana Zonta d'Ávila

20 out 2021 14h10

InfoMoney

SÃO PAULO – O governo do estado de São Paulo anunciou nesta quarta-feira (20) que não deve flexibilizar o uso obrigatório de máscara no momento. A informação foi dada por João Gabbardo, coordenador executivo do Comitê Científico, durante coletiva de imprensa no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo.

“Entendemos que não é o momento, mesmo com os números positivos. Estamos passando por transições do Plano São Paulo importantes, como a volta às aulas, a presença de público em espetáculos e eventos esportivos, e com redução das medidas de distanciamento social. Agora, precisamos acompanhar qual será o impacto dessas modificações nos nossos indicadores”, afirmou.

Segundo ele, o Comitê Científico está estudando um conjunto de indicadores relacionados à transmissibilidade da Covid-19, como número de novos casos e internações, indicadores que vão ajudar a decidir quando será possível flexibilizar o uso obrigatório de máscara.

“Eles não vão indicar uma data [específica] para a flexibilização, mas, no momento em que atingirmos esses indicadores, haverá a possibilidade de tornar não obrigatório o uso de máscara em algumas situações, iniciando pelos ambientes externos, ao ar livre, sem aglomerações”, disse.

Há duas semanas, Gabbardo havia informado que o tema estava sendo discutido pelo Comitê Científico e que uma decisão final deveria ser divulgada nos dias seguintes. Na data, João Doria, governador de São Paulo, afirmou que o horizonte de curto prazo era “otimista em relação a São Paulo” e que haveria uma coletiva de imprensa na semana do dia 18 de outubro para anunciar novas medidas com relação à deliberação do uso de máscaras.

No Rio de Janeiro, Daniel Soranz, secretário municipal de Saúde, disse nesta segunda-feira (18) que a prefeitura planeja tirar a obrigatoriedade do uso de máscaras em ambientes ao ar livre a partir da próxima terça-feira (26). Segundo dados da prefeitura, cerca de 61,3% da população do Rio já completou o esquema vacinal e a expectativa do secretário é de que esse número suba para 65% até o início da semana que vem.

Nesta quarta, Gabbardo disse ainda que o governo tem recebido manifestações de setores da economia, como o de eventos, pedindo para que não seja flexibilizado o uso de máscara no momento, dado o receio de um retrocesso, como o fechamento de estabelecimentos por conta de um aumento no número de casos da doença, por exemplo.

“Sempre avançamos com muita segurança, não queremos o retrocesso. Por isso, vamos fazendo um avanço gradativo para que não tenhamos que repetir aquilo que alguns países fizeram”, afirmou.

Gabbardo disse ainda que o Comitê Científico vai pedir ao governo para que, mesmo após a pandemia, algumas situações exijam o uso obrigatório de máscara, como em ambientes hospitalares.

De acordo com o “Vacinômetro” do estado de São Paulo, já foram aplicadas 69,3 milhões de doses de vacinas contra o coronavírus. Quando analisado o público acima de 18 anos, cerca de 84% da população já tomou as duas doses do imunizante. Com relação à dose adicional, já foram aplicadas 1,9 milhão de doses no estado.

Após avaliação, comitê científico de SP mantém uso de máscaras

Quando viável, fim do uso compulsório deverá ser feito gradualmente

Publicado em 20/10/2021 - 15:29 Por Elaine Patricia Cruz – Repórter da Agência Brasil - São Paulo

Atualizado em 20/10/2021 - 17:10

O Centro de Contingência do Coronavírus em São Paulo, que auxilia o governo de São Paulo nas decisões relacionadas à pandemia, concorda que este ainda não é o momento de retirar a obrigatoriedade do uso de máscara no estado paulista.

Em entrevista coletiva hoje (20), o coordenador executivo do centro, João Gabbardo, disse que, apesar dos indicadores de morte, casos e internações por covid-19 estarem em queda no estado devido ao avanço da vacinação, os integrantes do comitê concordam que o momento exige cautela.

“A posição do comitê científico de São Paulo é que não é o momento de flexibilizarmos a utilização das máscaras, apesar dos números estarem muito positivos. Ainda não é o momento porque estamos passando por momento de transição no Plano São Paulo, com flexibilização importante como volta às aulas [presenciais], frequência obrigatória dos alunos, presença de público nos eventos esportivos culturais e esportivos como nos estádios,

redução de distanciamento. Temos que acompanhar qual será o impacto dessas modificações nos indicadores”, disse ele.

Segundo Gabbardo, o Centro de Contingência continua analisando o assunto, mas ainda não definiu uma data para a suspensão do uso de máscara. Isso, continuou, vai depender de uma análise de fatores relacionados à transmissibilidade da doença e à cobertura vacinal. Mas a ideia é que o fim da obrigatoriedade do equipamento de proteção seja feito gradualmente, começando pela retirada do uso de máscara em lugares abertos, ao ar livre, e sem aglomeração.

“O governo tem recebido pedidos de setores, como o de eventos, para não flexibilizarmos. Todos têm receio de ter que retroceder - e nós não queremos retroceder”, afirmou. Uma das ideias do comitê é estabelecer metas para os indicadores de forma que, ao atingir uma dessas metas, poderia ser liberado o uso de máscara em algumas situações, tal como ao ar livre.

O Centro também analisa a possibilidade de, no futuro, continuar exigindo o uso de máscara em ambiente hospitalar, mesmo com o fim da pandemia. “Nos hospitais, as UTIs [unidades de terapia intensiva] e principalmente os centros cirúrgicos, a máscara é obrigatória para evitar a transmissão de doenças. Então vamos propor ao governo que em ambiente hospitalar o uso da máscara seja obrigatório mesmo depois da pandemia”, explicou.

Dados

Segundo o secretário estadual da Saúde de São Paulo, Jean Gorinchteyn, a taxa de ocupação de leitos de unidades de terapia intensiva (UTI) do estado de São Paulo está hoje em 28,5%, com 1.841 pessoas internadas em estado grave. “Para se ter uma ideia, este número significa 2,6 mil pessoas a menos do que no pico da primeira onda [entre junho e julho do ano passado] e 9,2 mil a menos do que no pico da segunda onda [entre março e abril deste ano]”, disse ele, reforçando que essa queda nas internações é resultado do avanço da vacinação.

Nos hospitais privados, a ocupação de leitos é ainda menor do que nos públicos. De acordo com o secretário, 80% dos hospitais privados de São Paulo têm hoje uma ocupação de 20% de seus leitos.

*Matéria atualizada às 17h10 para alteração do título.

Edição: Valéria Aguiar

Flexibilização do uso de máscaras contra a Covid em SC é discutida pela Secretaria de Saúde

Superintendente de Vigilância em Saúde de Santa Catarina afirma que cobertura vacinal deve estar adequada para que a decisão seja tomada.

Por g1 SC e NSC TV

25/10/2021 16h32 Atualizado há 2 semanas

Secretaria de saúde de SC estuda flexibilização do uso de máscaras contra a Covid-19

Nesta segunda-feira (25), o superintendente de Vigilância em Saúde de Santa Catarina, Eduardo Macário, informou que a Secretaria de Estado da Saúde tem estudado a possibilidade de flexibilização do uso de máscaras contra a Covid-19 no estado. Atualmente, normas federais e estaduais obrigam o uso do equipamento de segurança em ambientes internos e externos.

“Nós temos discutido isso internamente. Outros estados também têm discutido, o momento em que a gente possa dar o próximo passo que seria desobrigar o uso de máscaras para aqueles locais que apresentam menor risco. [...] Aquele momento que nós tenhamos uma cobertura vacinal adequada e que possamos fazer uma comunicação correta entre todos os municípios e cidadãos sobre quais momentos ele deve usar a máscara, para segurança própria e a dos outros”, declarou o superintendente de Vigilância em Saúde.

A declaração ocorre após a cidade de Criciúma, no Sul catarinense, tornar facultativo o uso de máscaras de proteção em ambientes externos por pessoas que tenham o esquema vacinal completo contra a Covid-19, na sexta-feira (22).

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) informou nesta segunda-feira (25) que segue avaliando a decisão municipal. Segundo o órgão, o município não pode ser mais permissivo do que determinações estaduais e federais no controle da doença.

Flexibilização de uso de máscaras é discutido em SC — Foto: Diórgenes Pandini/Arquivo NSC

Decisão de Criciúma

Decreto de Criciúma libera pessoas vacinadas de usarem máscara em ambiente externo

A decisão municipal consta no decreto nº 1532/21, publicado no Diário Oficial da cidade. Conforme o documento “o cidadão, que esteja com o esquema vacinal contra a Covid-19 completo, com mais de 14 dias da imunização com a segunda dose, ou dose única, fica desobrigado do uso de máscara de proteção individual em ambientes externos, tais como parques, praças e ruas”. A normativa está em vigor desde sexta.

De acordo com o decreto, o uso das máscaras em ambientes fechados segue sendo obrigatório assim como a exigência de distanciamento social, ainda que em ambientes abertos, como meio de evitar a proliferação da doença.

A fiscalização, segundo a prefeitura, deve ocorrer após denúncias. A Vigilância Sanitária local vai verificar se o esquema vacinal contra a Covid-19 está completo.

A lei federal nº 14.019 regulamenta que é obrigatório o uso de máscara, cobrindo o nariz e a boca, para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos coletivos.

E o decreto estadual nº 1.027 também prevê o uso obrigatório em espaços públicos e privados

Parque municipal Altair Guidi, em Criciúma. Segundo decreto municipal, quem estiver com ciclo vacinal completo, não precisa usar máscara em parques — Foto: Reprodução/NSC TV

O que diz Ministério da Saúde

O Ministério de Saúde de manifestou por meio de nota neste sábado (23), após ser procurado pelo g1.

“O Ministério da Saúde esclarece que realiza um estudo para avaliar a flexibilização do uso de máscara com o avanço da vacinação no Brasil assim como já ocorre em outros países. Cabe destacar que a pasta encomendou à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) a revisão sistemática do estudo, ainda em elaboração”, informa a pasta federal.

Covid em SC

Há 1.211.401 casos confirmados de infecção pelo novo coronavírus em Santa Catarina, segundo o boletim divulgado pelo governo do estado na sexta.

Desde o início da pandemia, 19.572 óbitos foram causados pela Covid-19. Cerca de 1.185.557 pessoas são consideradas recuperadas e 6.272 continuam em acompanhamento contra a doença.

Até as 15h47 desta segunda-feira (25), segundo o governo do Estado, cerca de 5.524.951 pessoas haviam recebido a 1ª dose da vacina contra a doença, o que representa 76,18% da população catarinense.

Ao todo, 4.107.605 receberam também a segunda dose e dose única, o que representa 56,64% da população catarinense.

Governador do DF prevê desobrigar uso de máscara em ambientes abertos em novembro

Ibaneis Rocha (MDB) não deu data para flexibilizar a proteção em locais fechados; infectologista vê medida como precoce

Julia Affonso

25 out 2021 20h51

Terra

BRASÍLIA - O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), prevê que o uso de máscaras contra a covid-19 não seja mais obrigatório em ambientes abertos a partir de 15 de novembro. Ibaneis disse nesta segunda-feira, 25, porém, que não há data para flexibilizar a proteção em locais fechados. O uso de máscaras é obrigatório no DF desde abril do ano passado.

“Nós sabemos que está avançando muito, os índices de transmissão estão caindo bastante. Isso já nos dá um horizonte no sentido de liberar o uso de máscara pelo menos em ambientes abertos”, afirmou o governador. “Mais adiante, quando a gente atingir em torno de

70%, 80% de pessoas vacinadas, a gente pensa - tudo isso com base técnica - na retirada de máscaras em ambientes fechados.”

Ibaneis Rocha, governador do Distrito Federal

Foto: José Cruz/ Agência Brasil / Estadão

O número de vacinados com a 2ª dose ou dose única havia alcançado a taxa de 59,96% da população acima de 12 anos até hoje. Um total de 86,84% tomou a 1ª dose da imunização contra a covid.

A taxa de transmissão da doença no DF está em queda há cerca de duas semanas. Neste domingo, 24, o boletim epidemiológico apontou que o índice marcou 0,80. Isso significa que 100 pessoas podem transmitir a covid para 80. Uma taxa acima de 1 aponta que a pandemia está avançando.

A flexibilização do uso de máscaras tem sido discutida por Estados e Prefeituras. No Rio, o prefeito Eduardo Paes (PSD), afirmou que a cidade pode desobrigar totalmente o uso de máscara no meio de novembro, 75% da população total estiver com a vacinação completa. A tendência é que seja permitido não usá-la ao ar livre a partir desta semana.

Em São Paulo, o governo descartou, por ora, que a obrigatoriedade do uso de máscaras seja suspensa no Estado, “apesar de os números estarem muito positivos”. O governo do Estado estuda manter o uso obrigatório de máscara facial para situações específicas mesmo após o fim da pandemia.

Na avaliação do infectologista Leonardo Weissmann, consultor da Sociedade Brasileira de Infectologia, ainda não é o momento de desobrigar o uso de máscaras, principalmente porque o País está passando por um período de flexibilização em outras frentes, como teatros, cinemas e estádios de futebol.

“Ainda é muito cedo, muito precoce para se pensar em excluir o uso de máscaras”, disse ele ao Estadão. “Embora a gente esteja observando uma tendência de queda no número de casos e de óbitos, não podemos afirmar que a pandemia está controlada. Temos o vírus circulando, as variantes circulando.”

De acordo com Weissmann, é importante que flexibilizações aconteçam, mas não o uso de máscaras. “Nós já tivemos o cenário de países com tendência de queda. Ficou nessa

tendência por bastante tempo e depois tiveram uma subida. No Brasil pode acontecer isso também.”

O médico-infectologista Jamal Suleiman, do hospital Emílio Ribas em São Paulo, afirmou que a retirada das máscaras precisa obedecer a diferentes fatores, entre eles a taxa de transmissão, que deve ficar abaixo de 0,50. Suleiman lembrou que não basta haver, em metrópoles como Brasília, São Paulo e Rio, índices de vacinação, casos, óbitos e transmissão em baixa.

“O entorno também precisa ser semelhante. São Paulo recebe mineiros, goianos, tocantinenses. Se essas pessoas não estiverem vacinadas, você vai continuar circulando o vírus nesse lugar”, observou. “A marcha da vacinação precisa ser rápida em todos os lugares, assim você consegue desmascarar todo mundo numa velocidade maior.”

Uso de máscaras no Paraná pode ser flexibilizado no Verão, avalia Beto Preto

3 minutos de leitura

Leonardo Coletto

por Leonardo Coletto

25/10/21 09h25 - Atualizado: 25/10/21 09h25

Tribuna PR

A flexibilização do uso de máscaras no Paraná pode ser avaliada pelo governo entre dezembro e janeiro de 2022.

O secretário de saúde do Paraná, Beto Preto, afirmou que a flexibilização do uso de máscaras ainda não tem data para ocorrer efetivamente no estado. Com a triste marca de 40 mil paranaenses mortos pela covid-19 alcançada neste final de semana, o secretário destacou que a “guerra ainda não acabou” e que 900 paranaenses seguem internados atualmente na luta contra a covid-19. Porém, dependendo do andar da pandemia, pode haver uma avaliação para a flexibilização do uso das máscaras entre o começo do verão e o começo do ano.

Segundo Beto Preto, a máscara é um filtro importante contra a covid-19, uma medida não-farmacológica que ajuda muito nesse momento em que o vírus, mesmo circulando menos, ainda está presente de maneira indistinta.

“No momento em que tivermos uma queda dos números mais abrupta, por algumas semanas, de maneira mais consolidada, fatalmente nós também vamos tomar medidas que visem liberar a população do uso das máscaras, principalmente em ambientes abertos”, disse o secretário em entrevista ao Bom Dia Paraná, Na RPC, desta segunda-feira (25).

O secretário de saúde destacou que o Paraná pode avaliar uma possível flexibilização entre o final de 2021 e começo de 2022, dependendo do andar dos números da pandemia, da vacinação e dos cuidados da população.

“Claro que temos que levar tudo isso em conta. Aumentando o quantitativo de paranaenses com o esquema vacinal completo, consolidado, isso nos leva a crer que no Verão, início do ano, teremos a possibilidade de flexibilizar. Nossa função aqui é analisar diariamente os números. Paciência, cautela e colaboração”, destacou. “A vacina nos tirou daquele momento mais dramático, mas os cuidados precisam continuar”, completou.

Foco nas doses!

Para o secretário o momento atual do combate à pandemia no Paraná é de focar na segunda dose dos paranaenses, bem como em possíveis doses de reforço. “Estamos num momento em que é preciso consolidar aquilo que temos na mão: a vacina, que nos tirou de um momento grave e turbulento”, disse. Segundo ele, a meta de vacinar 100% dos paranaenses acima dos 18 anos está alcançada. “Nosso foco agora é fazer com que os paranaenses tomem a 2ª dose. Quem está no grupo pra terceira dose que realmente tome a dose de reforço. Isso tudo é o que temos na mão atualmente, além do uso das máscaras, distanciamento social e higienização das mãos / álcool gel”, destacou.

RJ vota projeto que autoriza a flexibilização do uso de máscaras nesta terça (26)

Prefeitura da capital alcançou 65% da população imunizada contra a Covid-19

Da Redação - UOL

26/10/2021 14h06

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro vota, nesta terça-feira (26), o projeto que autoriza a flexibilização do uso de máscaras no estado e nas prefeituras. Até agora, a obrigatoriedade é lei.

A prefeitura da capital alcançou 65% da população imunizada contra a Covid-19, porcentagem estabelecida para desobrigar o uso da máscara ao ar livre. Mesmo assim, a decisão ainda depende da aprovação da Assembleia.

No Distrito Federal, o governador Ibaneis Rocha (MDB) pretende dispensar o uso de máscaras em lugares abertos a partir do dia 15 de novembro. Cerca de 60% da população local foi vacinada contra a Covid-19.

No Brasil, cerca de 52% da população completou o esquema vacinal.

Assembleia do RJ aprova flexibilização do uso da máscara

Por Reuters

26/10/2021 - 18:40

Coronavírus

Segundo especialistas, com o atual nível da pandemia na cidade, já é possível flexibilizar o uso da máscara, mas com cautela (Imagem: Pixabay)

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou, nesta terça-feira, a flexibilização do uso da máscara no Estado, e a medida será encaminhada à Secretária Estadual de Saúde para definição dos parâmetros para o fim da obrigatoriedade de uso da proteção facial.

Pelo projeto aprovado, que será encaminhado para sanção do governador Cláudio Castro, caberá às autoridades sanitárias definir o momento adequado para a flexibilização. Desde o ano passado, estava em vigor uma lei que obriga o uso do equipamento de proteção facial no Rio de Janeiro.

“Vamos flexibilizar vinculando parâmetros epidemiológicos e vacinais. Não vemos risco para a flexibilização para locais abertos. Vamos liberar essa flexibilização somente em cenários considerados baixos e moderados de risco de transmissão ou com 65% da população

total ou alvo (acima de 12 anos) com cobertura vacinal”, disse o secretário de Saúde do Estado, Alexandre Chieppe.

Um emenda ao projeto votado nesta terça que sugeria que a flexibilização só pudesse acontecer com ao menos 80% da população com ciclo vacinal completo foi rejeitada.

A aprovação do projeto dividiu opiniões entre os parlamentares.

“Estamos passando a péssima impressão de liberou geral. Liberar em locais abertos é um convite para não usarem máscara em locais fechados“, disse à Reuters o deputado Luiz Paulo Corrêa da Rocha (Cidadania).

A deputada Adriana Baltazar (Novo) disse que muitas pessoas já não estão usando máscara, uma vez que há uma grande parcela da população vacinada. “Já não estou vendo mais muita gente usando máscara e já temos muitos vacinados. Falar o contrário é hipocrisia“, emendou.

A cidade do Rio, que tem 65% da população com ciclo de vacinação completo, apenas aguardava a aprovação da Alerj para editar um decreto com a flexibilização das máscaras.

Segundo especialistas, com o atual nível da pandemia na cidade, já é possível flexibilizar o uso da máscara, mas com cautela.

“Pode se pensar sim, mas mesmo em locais abertos se juntar gente tem que usar máscara para se proteger“, disse a pesquisadora em saúde pública Chrystina Barros, da UFRJ.

Uso de máscaras é flexibilizado ao ar livre a partir desta quarta

Medida passa a valer a partir desta quarta (3). Proteção facial segue obrigatória em ambientes fechados, como no transporte público e em escolas

26/10/21 19:39 ATUALIZADO EM 2/11/21 ÀS 10:41

CATARINA LIMA, DA AGÊNCIA BRASÍLIA | EDIÇÃO: RENATA LU

“Com relação à covid não existe receita preestabelecida. A flexibilização está sendo feita com muita cautela, tanto que apenas em ambientes públicos ao ar livre que estamos liberando” Divino Valero, subsecretário de Vigilância Epidemiológica

A partir desta quarta-feira (3), o uso de máscaras de proteção individual não será mais obrigatório em ambientes abertos no Distrito Federal. É o que diz o Decreto nº 42.656, do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, publicado na última terça (26), em edição especial do Diário Oficial. No entanto, a proteção facial e respiratória continua sendo obrigatória em locais fechados, como transporte público coletivo, estabelecimentos comerciais, industriais, áreas comuns em condomínios, entre outros.

O subsecretário de Vigilância à Saúde, Divino Valero, afirma que a medida será monitorada pela saúde pública. “Com a flexibilização vamos fazer uma avaliação técnica do comportamento do vírus na população. Vamos analisar como vai se comportar a taxa de transmissão e o índice de casos graves da infecção, que hoje estão em queda no DF”, explicou.

Segundo ele, como a doença ainda é muito nova, as contemporizações também são necessárias. “Com relação à covid não existe receita preestabelecida. A flexibilização está sendo feita com muita cautela, tanto que apenas em ambientes públicos ao ar livre que estamos liberando”, completa o subsecretário.

Educação

Os protocolos e medidas de segurança previstos no novo decreto não se aplicam às escolas da rede pública de ensino. Para elas, o regramento continuará sendo definido por ato próprio da Secretaria de Educação, como já acontece desde o início da pandemia.

Quanto às escolas da rede privada, o novo decreto estabelece que não seja mais necessário o distanciamento de dois metros entre as cadeiras dos alunos e acaba com a obrigatoriedade de que as atividades esportivas ocorram apenas em ambientes abertos.

Os novos protocolos orientam para que as atividades sigam acontecendo “preferencialmente” em ambientes abertos. O decreto também reforça que os estabelecimentos comerciais funcionem conforme seus alvarás preveem.

Alerj aprova flexibilização do uso da máscara no Rio de Janeiro

Medida será encaminhada à Secretária Estadual de Saúde para definição dos parâmetros para o fim da obrigatoriedade de uso da proteção facial

Por Estadão Conteúdo

Publicado em: 26/10/2021 às 18h43

Alterado em: 26/10/2021 às 18h46

RJ: cidade do Rio tem 65% da população com ciclo de vacinação completo. (Fabio Teixeira/Anadolu Agency/Getty Images)

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou, nesta terça-feira, a flexibilização do uso da máscara no Estado, e a medida será encaminhada à Secretária Estadual de Saúde para definição dos parâmetros para o fim da obrigatoriedade de uso da proteção facial.

Pelo projeto aprovado, que será encaminhado para sanção do governador Cláudio Castro, caberá às autoridades sanitárias definir o momento adequado para a flexibilização. Desde o ano passado, estava em vigor uma lei que obriga o uso do equipamento de proteção facial no Rio de Janeiro.

“Vamos flexibilizar vinculando parâmetros epidemiológicos e vacinais. Não vemos risco para a flexibilização para locais abertos. Vamos liberar essa flexibilização somente em cenários considerados baixos e moderados de risco de transmissão ou com 65% da população total ou alvo (acima de 12 anos) com cobertura vacinal“, disse o secretário de Saúde do Estado, Alexandre Chieppe.

Um emenda ao projeto votado nesta terça que sugeria que a flexibilização só pudesse acontecer com ao menos 80% da população com ciclo vacinal completo foi rejeitada. A aprovação do projeto dividiu opiniões entre os parlamentares.

“Estamos passando a péssima impressão de liberou geral. Liberar em locais abertos é um convite para não usarem máscara em locais fechados“, disse à Reuters o deputado Luiz Paulo Corrêa da Rocha (Cidadania).

A deputada Adriana Baltazar (Novo) disse que muitas pessoas já não estão usando máscara, uma vez que há uma grande parcela da população vacinada. "Já não estou vendo mais muita gente usando máscara e já temos muitos vacinados. Falar o contrário é hipocrisia", emendou.

A cidade do Rio, que tem 65% da população com ciclo de vacinação completo, apenas aguardava a aprovação da Alerj para editar um decreto com a flexibilização das máscaras.

Segundo especialistas, com o atual nível da pandemia na cidade, já é possível flexibilizar o uso da máscara, mas com cautela.

“Pode se pensar sim, mas mesmo em locais abertos se juntar gente tem que usar máscara para se proteger”, disse a pesquisadora em saúde pública Chrystina Barros, da UFRJ.

Rio de Janeiro decide hoje sobre flexibilização do uso de máscaras

Publicado em 26/10/2021 - 13:26 Por Solimar Luz - Repórter da Rádio Nacional - Rio de Janeiro

Agência Brasília

65% da população da cidade do Rio de Janeiro está imunizada com a dose única da Jansen ou as duas das outras vacinas contra a covid-19. Com isso, deve ser cumprida a projeção da prefeitura de flexibilizar o uso de máscaras em locais abertos e sem aglomeração, já a partir de amanhã.

O tema tem dividido opiniões, entre quem apoia a medida e aqueles que questionam se este é o momento adequado, já que municípios da Região Metropolitana ainda não atingiram a cobertura vacinal segura.

Entre os opositores, está o deputado estadual Waldeck Carneiro, presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa. Ele avalia que ainda é cedo para flexibilizar o uso de máscaras..

Já o infectologista Alberto Chebabo, membro do Comitê Científico de enfrentamento à Covid, que assessora a Prefeitura nas medidas de enfrentamento à doença, avalia que a flexibilização é possível.

A derrubada parcial do uso de máscaras esbarra, no entanto, em lei estadual, que mantém a obrigatoriedade do equipamento de proteção no Rio de Janeiro. E para deliberar sobre o tema, a Assembleia Legislativa deve votar, hoje à tarde, projeto de lei que autoriza o governo fluminense e as prefeituras a flexibilizarem o uso de máscara.

A proposta altera lei de junho do ano passado, que definiu a obrigatoriedade da máscara para prevenção do contágio pelo coronavírus no Rio de Janeiro

O balanço oficial de vacinação no estado aponta quase 21,5 milhões de pessoas com o esquema de imunização completo. Na capital fluminense, o total de doses aplicadas chegou perto de 10,8 milhões, com a maioria da população vacinada.

Edição: Vitória Elizabeth / GT Passos

Governador sanciona e publicará na quinta-feira lei que flexibiliza uso de máscaras no RJ

Decreto da prefeitura, publicado na terça, passa a ter validade na quinta, quando regulamentação do governo for publicada no DO. Na capital, máscaras serão liberadas em áreas abertas, boates abrirão com 50% da capacidade, e estádios podem ter 100% do público, com critérios.

Por g1 Rio

27/10/2021 14h57 Atualizado há 2 semanas

Rio aguarda estado para desobrigar máscaras ao ar livre

O Governo do Rio de Janeiro informou que o governador Cláudio Castro sancionou nesta quarta-feira (27) a lei que flexibiliza e regula o uso de máscaras de proteção facial contra a Covid no estado.

Segundo a assessoria de imprensa do governo, a decisão será publicada no Diário Oficial de quinta-feira (28). A aprovação do projeto de lei pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), em discussão única, foi na terça (27).

Após a sanção, a Secretaria de Estado de Saúde (SES) publicará, em edição extra do Diário Oficial na própria quinta-feira, uma recomendação aos municípios. Para a flexibilização da máscara, as prefeituras deverão seguir os critérios de distanciamento social, ambiente aberto e fechado, percentual de vacinação da população, realização de eventos-teste, além de outros critérios.

Castro sanciona lei que regulamenta o uso de máscaras no RJ — Foto: Divulgação/Governo do Rio

“Mais de um ano e meio após o decreto de calamidade pública no Brasil em razão da pandemia, esta medida representa um importante salto para a vitória do estado e do povo fluminense sobre o vírus”, disse Castro.

Na capital, já há um decreto publicado, desde terça, que passará a valer assim que a regulamentação do estado for publicada no Diário Oficial.

O que passa a valer na capital

A regulamentação municipal decretada na terça (veja a íntegra do decreto) depende da regulamentação do estado para valer. Portanto, assim que o texto do estado for publicado no Diário Oficial, na quinta, passarão a valer as seguintes medidas na capital:

- máscaras deixam de ser obrigatórias em áreas abertas;
- boates, casas de show e pista de dança podem funcionar com 50% da capacidade;
- estão liberadas competições esportivas em ginásios e estádios com 100% do público, com apresentação de passaporte de vacina ou teste PCR feito, no mínimo, 48 horas antes;
- quando 75% da população estiver com o esquema vacinal completo, as máscaras serão obrigatórias apenas no transporte público e em unidades de saúde.

Critérios para abolir o uso de máscara na capital

Alberto Chebabo, infectologista e integrante do Comitê Científico da Prefeitura do Rio — Foto: Reprodução/TV Globo

Integrante do Comitê Científico da Prefeitura do Rio, o infectologista Alberto Chebabo, da UFRJ, explicou ao g1 que o órgão se baseou em dois critérios para chegar ao percentual de 65% da população adulta com esquema vacinal completo para abolir o uso de máscaras em locais abertos:

- Que a capital estivesse com um cenário epidemiológico favorável — com menos casos graves, mortes e internações;
- Estudos técnicos de outros países, como Inglaterra e Estados Unidos, que aboliram o uso do acessório até com um percentual menor.

“Houve uma discussão interna para definir o parâmetro ideal. A Secretaria Municipal de Saúde tinha sugerido um percentual até menor, se não me engano de 60%, mas consideramos que o valor precisava ser mais rígido. Decidimos, então, por 65%”, explicou Chebabo.

Ainda é cedo para flexibilizar o uso de máscaras, opinam especialistas

Medida foi aprovada no Rio de Janeiro e pode entrar em vigor também em Santa Catarina

27/10/2021 - 16h44min

Camila Kosachenco

GZH

Com o avanço da vacinação e a estabilização no número de mortes no país por covid-19, alguns Estados e municípios brasileiros já anunciaram planos de flexibilização do uso das máscaras. Na opinião de especialistas, a medida é precipitada.

A decisão mais recente sobre a flexibilização no uso do equipamento de proteção individual (EPI) vem do Rio de Janeiro. Na terça-feira (26), a Assembleia Legislativa desse Estado aprovou o projeto de lei que torna opcional a utilização da proteção em ambientes

abertos. A capital fluminense, por sua vez, já previa a liberação quando o município atingisse 65% da população completamente vacinada, marca que foi alcançada na terça.

A vizinha Santa Catarina também planeja desobrigar o item a partir de novembro, a depender dos números da vacinação e do cenário epidemiológico. Por lá, isoladamente, alguns municípios já se mobilizam para afrouxar as restrições da pandemia.

Florianópolis, por exemplo, anunciou que liberaria o uso do EPI quando atingisse 80% da população com esquema vacinal completo. De acordo com o painel de vacinação da capital catarinense, atualizado na manhã desta quarta-feira (27), 72,37% da população total completou o esquema vacinal — entre os maiores de 18 anos, o percentual é de 90,52%.

Mesmo sem autorização na esfera estadual, Criciúma, no sul catarinense, publicou no seu Diário Oficial, na última sexta (22), um decreto desobrigando as máscaras em ambientes abertos e para pessoas com o esquema vacinal completo. A medida, no entanto, foi suspensa na terça, depois que o Ministério Público ingressou com uma ação civil pública contrária à norma.

São Paulo é outro Estado que estuda essa liberação. Questionada sobre possíveis debates e estudos sobre o tema, a Secretaria Estadual da Saúde (SES), responsável pelo assunto no Rio Grande do Sul, respondeu, por e-mail, que “segue o que determina a Lei Federal 13.979/2020, que obriga uso de máscaras em ambiente aberto e é isto que está em vigência”, sem confirmar se já existe alguma discussão em andamento.

O que dizem os especialistas

Embora o Brasil esteja avançando na vacinação e reduzindo o número de óbitos diários, a situação ainda não pode ser considerada tranquila a ponto de liberar o uso de máscaras, avalia Lorena de Castro Diniz, coordenadora do Departamento Científico de Imunização da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia (Asbai). Para a especialista, mesmo que a imunização tenha alcançado bons números nas primeiras doses, ainda há uma parcela grande da população sem completar o esquema vacinal, requisito fundamental para garantir mais segurança às pessoas. Outro ponto destacado por Lorena é que mesmo os vacinados podem se contaminar e transmitir a covid-19.

— Aí somos vetores de transmissão, principalmente, para pessoas que não se vacinaram por alguma razão. Por isso, na opinião dos especialistas, ainda não é momento de flexibilizações do uso de máscaras e de aglomerações — defende a coordenadora da Asbai.

Aos moldes da situação nacional, o Rio Grande do Sul também vive um momento menos crítico da pandemia, com redução nas hospitalizações e óbitos. Contudo, pondera o infectologista Alexandre Zavascki, membro da Sociedade Rio-Grandense de Infectologia (SRGI), com o avanço da imunização, o esperado seria ter uma redução ainda maior nos índices.

— Há um equilíbrio entre avanço de vacinação e de flexibilizações. Nessa subtração, tem um número zero: não vou nem para frente nem para trás. Ainda temos uma taxa de transmissão considerada alta — diz Zavascki, complementando que a redução no número de casos seria um balizador mais confiável para se iniciar as conversas sobre esse tipo de flexibilização.

Além disso, acrescenta o infectologista, a máscara é simples e efetiva na proteção:

— É algo com tão pouca consequência individual, permite que se faça atividades sem ver o aumento no número de casos como vemos na Europa e nos Estados Unidos, que aboliram o uso.

Ainda que as liberações em outros Estados tratem do uso de máscara em ambientes abertos, Lorena alerta para locais que, mesmo ao ar livre, não dispensam a proteção, como é o caso dos estádios de futebol:

— Em ambientes abertos, é preciso manter o distanciamento físico, principalmente, quando houver diálogo. Praticar atividades físicas ao ar livre ou ficar em praia cumprindo a distância mínima, teoricamente, têm segurança razoável. Agora, dentro do transporte coletivo, em shows ou estádios de futebol, onde há aglomeração, é importante manter o EPI.

As flexibilizações no uso de máscaras em espaços abertos no país

Estêvão Bertoni

27 de out de 2021(atualizado 28/10/2021 às 12h40)

Rio de Janeiro e Distrito Federal anunciam fim da exigência. Na Europa, países estudam retomar obrigatoriedade com nova alta nos casos de covid-19, apesar de avanço na vacinação

Estados e municípios brasileiros decidiram flexibilizar o uso de máscaras em espaços abertos diante da queda de casos, internações e mortes por covid-19, que tem acompanhado o avanço da vacinação em todo o país. Na cidade do Rio de Janeiro, o uso do item de proteção não será mais exigido ao ar livre a partir de quinta-feira (28). No Distrito Federal, medida semelhante começa a valer no começo de novembro.

A flexibilização divide a opinião de especialistas, que concordam com o baixo risco de transmissão em áreas abertas, mas pedem cautela aos governos por causa da existência de uma quantidade ainda grande de pessoas não totalmente imunizadas e pela ausência de outras medidas importantes, como a testagem da população. O uso de máscaras é considerado uma medida simples, barata e eficaz contra a covid-19, e seu abandono vem sendo associado a novos picos da doença, como no Reino Unido, onde há pressão por sua retomada em espaços fechados e abertos.

Neste texto, o Nexo mostra por que os governos locais estão optando pela flexibilização e o que dizem os especialistas sobre os riscos e os cuidados a serem tomados.

A flexibilização no Rio de Janeiro

Na cidade do Rio de Janeiro, 65% da população já recebeu as duas doses da vacina, o que motivou a prefeitura a afrouxar as regras sobre as máscaras. Decreto municipal publicado na quarta-feira (27) mantém a exigência apenas em ambientes fechados e no transporte público. A medida também permite eventos em locais abertos com até 1.000 pessoas. Nesse caso, porém, as máscaras são necessárias.

“Se a gente sentir uma piorazinha que seja, a gente volta as regras”, afirmou o prefeito Eduardo Paes (PSD), na quarta-feira (27), durante uma transmissão na internet ao lado do secretário municipal de Saúde do Rio, Daniel Soranz. O secretário usou os números da pandemia na cidade para justificar a decisão.

“A gente está na nona semana com redução do número de casos. Temos 2% somente dos leitos ocupados. Há uma redução do número de casos e uma taxa de transmissão,

replicação da doença, muito baixa, a menor desde o início da pandemia. Isso vai dando confiança para a gente tomar atitudes” Daniel Soranz, secretário municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

O decreto da prefeitura também prevê o fim da obrigatoriedade das máscaras em espaços fechados quando 75% da população for completamente imunizada. O item de proteção será mantido, a partir desse estágio, apenas no transporte público e em “áreas hospitalares sensíveis”.

Na terça-feira (26), a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro já havia aprovado uma lei que desobriga o uso em espaços abertos em todo o estado. A secretaria estadual de Saúde irá publicar recomendações sobre os critérios a serem seguidos pelas prefeituras em relação a temas como distanciamento social, ambiente aberto e fechado, percentual de vacinação da população e realização de eventos-teste.

As regras no Distrito Federal

No Distrito Federal, onde 51% da população foi totalmente imunizada, a flexibilização do uso de máscaras ao ar livre também passa a valer a partir de 3 de novembro, segundo determinação do governador Ibaneis Rocha (MDB). A proteção facial continua obrigatória em espaços públicos fechados, no transporte público, em estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços e em áreas de uso comum dos condomínios.

Na segunda-feira (25), em entrevista à imprensa, o governador já havia citado a queda nos índices de transmissão no país como justificativa para a medida. “Estamos tentando voltar à normalidade o mais rápido possível”, disse.

O abandono das máscaras em outros locais deve ocorrer, segundo ele, quando algo entre 70% e 80% da população estiver totalmente vacinada.

A posição do governo federal

O Ministério da Saúde prepara um parecer sobre o tema. A flexibilização já foi cobrada pelo próprio presidente Jair Bolsonaro, que se opõe ao uso obrigatório das máscaras. O documento estava previsto para ser entregue até o final de outubro, mas atrasou e não há previsão para sua conclusão.

A pasta decidiu criar um grupo de trabalho para avaliar indicadores que possam servir de base para uma orientação aos governos locais sobre o tema. Serão analisados o cenário epidemiológico, os índices de vacinação e o número de leitos disponíveis no país.

No começo de outubro, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, afirmou à imprensa defender a flexibilização o mais breve possível. “Quando cheguei, falei em ‘pátria de máscara’. Hoje, temos uma situação bem mais equilibrada e já podemos pensar, desde que o contexto vá a cada dia melhorando e que a campanha [de vacinação] vá ampliando, em flexibilizar o uso de máscara ao ar livre”, disse.

As máscaras pelo mundo

ESTADOS UNIDOS

Em maio, com o rápido avanço da vacinação no país, o CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças) anunciou que pessoas totalmente vacinadas não precisavam mais usar máscaras mesmo em ambientes fechados. Apenas dois meses depois, com o aumento dos casos devido à chegada da variante delta, mais contagiosa, o órgão voltou atrás e passou a recomendar o uso de máscaras em escolas e em ambientes fechados. No país, 66% receberam ao menos uma dose, e 57%, as duas.

REINO UNIDO

A obrigatoriedade de usar máscaras caiu em julho e passou a ser apenas uma recomendação. O uso não tem sido observado em museus, supermercados, cinemas, teatros e tampouco no transporte público, onde é exigido — quem se recusar pode ser retirado do local. O país passa por uma nova onda de casos, e a associação dos funcionários do sistema público de saúde cobrou o governo a retomar a obrigatoriedade das máscaras em qualquer situação, inclusive em espaços abertos, recomendar o trabalho remoto e impor um passaporte da vacina. A Europa é o único continente com alta de casos e mortes da doença. No Reino Unido, 73% receberam ao menos uma dose, e 67%, as duas.

RÚSSIA

Apesar da obrigatoriedade das máscaras, elas são pouco usadas em espaços públicos. Com a vacinação estagnada — apenas 36% tomaram ao menos uma dose, e 33%, as duas —, o país enfrenta uma nova onda de casos de covid-19 e se viu forçado a adotar medidas mais drásticas, como o fechamento de escritórios e escolas e restrições de funcionamento do

comércio e serviços. O governo decretou feriado nacional de 30 de outubro a 7 de novembro para tentar conter o vírus.

BÉLGICA

O ministro da saúde, Frank Vandenbroucke, afirmou que o país passa por uma quarta onda da doença e pediu ao governo que volte a exigir o uso de máscaras em espaços públicos e torne obrigatório o trabalho em casa em todo o país. Ao todo, 75% receberam ao menos uma dose da vacina, e 73%, as duas.

As máscaras e os espaços abertos

As máscaras são comprovadamente eficazes em reduzir o contágio pelo novo coronavírus, como mostram pesquisas sobre o tema. No início de setembro de 2021, um estudo conduzido por pesquisadores das universidades de Yale e Stanford com mais de 340 mil pessoas, em 600 vilas rurais de Bangladesh, mostrou que no grupo que recebeu incentivos para usar máscaras (178 mil pessoas), a adesão ao item aumentou em 30%, o que causou uma redução de cerca de 12% nos casos sintomáticos da doença.

Em espaços abertos, porém, elas não são tão necessárias, pois os aerossóis se dispersam facilmente com o vento. Uma revisão de estudos sobre a transmissão do vírus publicada em novembro de 2020, na revista da Sociedade Americana de Doenças Infecciosas, concluiu que o risco de contágio é 19 vezes maior em ambientes fechados do que abertos.

As chances de transmissão ao inalar partículas virais ao passar rapidamente por uma pessoa na rua, mesmo que sem máscara, são mínimas. Se uma pessoa tossir ou espirrar em ambiente aberto, a probabilidade de se infectar com uma quantidade suficiente de vírus expelido é também muito baixa, segundo a professora de engenharia Linsey Marr, da Universidade da Virgínia, nos Estados Unidos, que estuda a transmissão de vírus, em entrevista ao jornal The New York Times, em abril de 2021. Os relatos de transmissão ao ar livre geralmente envolvem longas conversas cara a cara ou gritos (quando uma quantidade maior de aerossóis é emitida).

O que dizem os especialistas

Especialistas em saúde têm defendido cautela sobre o tema. A infectologista Ana Helena Germoglio disse ao site G1, na terça-feira (26), que as máscaras deveriam ser uma das “últimas medidas” retiradas ao longo da pandemia. “É uma medida não farmacológica

comprovadamente eficaz, que permite a flexibilização de praticamente todas as atividades econômicas, de implementação de custo muito baixo e facilmente utilizada”, afirmou.

Segundo ela, é preciso distinguir diferentes cenários em lugares abertos para evitar “erros de interpretação”. “Mesmo locais abertos podem ter aglomeração. Por exemplo, eu não posso comparar uma ida a um estádio de futebol lotado, onde a transmissão é considerada de alto risco, a um passeio no parque somente com a família”, disse.

Em entrevista ao jornal O Globo, em meados de outubro, o físico Vitor Mori, que integra a rede de pesquisadores Observatório Covid-19 BR e estuda o tema, ressaltou ser possível flexibilizar o uso da máscara em “local aberto em alguns contextos, principalmente quando não tem muita gente”. Ele defendeu que, ao mesmo tempo, haja uma maior “rigidez e a exigência de usar máscaras em espaços fechados”, além de fiscalização e distribuição de máscaras melhores.

“Essa medida de flexibilização de um lado e restrição de outro é um incentivo e uma mensagem muito clara para as pessoas de que os riscos são diferentes”, disse.

Em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo em meados de outubro, o professor de infectologia Claudilson Bastos, da Universidade Estadual da Bahia, defendeu que a flexibilização ocorra com uma cobertura maior da vacinação, com 80% da população totalmente vacinada.

“A situação é mais segura quando chega a esse percentual e atinge a imunidade coletiva. Isso significa que o vírus circula menos, há menos risco de transmissão da doença e, consequentemente, de mutação e o surgimento de novas variantes”, disse.

“52,65% da população brasileira estava totalmente vacinada contra a covid até quarta-feira (27), segundo o consórcio de veículos da imprensa”

Ao jornal O Globo, na terça-feira (26), o infectologista Júlio Croda, que é pesquisador da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), defendeu o uso facultativo das máscaras em espaços abertos em estados com maior cobertura vacinal e redução expressiva de casos, de hospitalizações e de mortes. Mas lembrou dos riscos em locais fechados.

“A estratégia tem que ser feita por estado, no mínimo, porque existe muita variação entre as cidades e muito fluxo [entre elas]. Locais fechados, só quando 90% da população

acima de 12 anos estiver vacinada e não tivermos nova variante e nem perda de efetividade da vacina ao longo do tempo”, disse.

Também ao jornal, a professora de saúde coletiva Alexandra Boing, da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), disse ser preciso considerar também o número de pessoas não vacinadas, com a segunda dose atrasada e a queda na eficácia das vacinas ao longo dos meses. Cerca de 20 milhões de pessoas estavam com a segunda dose atrasada até o final de outubro.

“Nesse contexto, o que pode ocorrer ao abolir o uso de máscaras é o aumento substancial de casos novos de infecção e o aumento de risco de casos graves. Isso foi o que se observou em países que aboliram o uso de máscaras precocemente”, disse.

Segundo ela, o Brasil não implementou tão bem outras camadas de proteção, como a testagem em massa da população, que permite o monitoramento da situação, e “ações para melhorar a qualidade do ar em espaços fechados”. Ela diz considerar precipitada qualquer flexibilização, considerando que o aumento da circulação do vírus entre os não vacinados pode “favorecer o aparecimento de novas variantes”.

Três capitais brasileiras estudam flexibilizar o uso de máscaras

Da Redação

A Tarde

Qui , 28/10/2021 às 14:22 | Atualizado em: 28/10/2021 às 14:26

São Paulo (SP), Campo Grande (MS) e Curitiba (PR) estudam a possibilidade de flexibilizar o uso de máscaras em locais abertos. Com o avanço da vacinação, a capital paulista organiza um novo estudo para analisar como está a pandemia no município.

Em Campo Grande, a partir da próxima semana, deverá ocorrer uma reunião com o comitê que delibera a respeito das ações da prefeitura sobre as medidas de flexibilização, incluindo o uso de máscaras.

Já as autoridades de Curitiba dizem que estão estudando critérios para autorizar a retirada do uso do item de forma progressiva.

O governo do Rio de Janeiro vai publicar nesta quinta-feira (28) uma lei que flexibiliza o uso de máscara contra a Covid-19 ao ar livre.

Com a mudança, a capital fluminense será a primeira do país a desobrigar o equipamento em locais abertos.

Governo de Santa Catarina estuda flexibilização do uso de máscaras

Publicado: 28 Outubro 2021 Última Atualização: 28 Outubro 2021

Santa Catarina Release

Diante da melhora nos índices da pandemia em Santa Catarina, o Governo do Estado estuda a publicação de decreto que flexibiliza a utilização de máscaras de proteção individual. As regras estão sendo elaboradas e deverão ser levados em conta, principalmente, os índices de vacinação.

O decreto somente será editado a partir da revogação da Lei Federal nº 14.019/2020, que obriga o uso do equipamento de proteção em todo o território nacional, tanto em ambientes fechados quanto abertos.

A Secretaria de Estado da Saúde está desenvolvendo os regramentos de acordo com as indicações epidemiológicas. “Compreendemos que estamos em um novo momento de enfrentamento à pandemia. O uso de máscaras mostrou sua eficácia. Com a o avanço da vacinação e com nossa população cada vez mais protegida, porém, percebemos que a flexibilização seja possível”, afirmou o secretário de Estado da Saúde, André Motta Ribeiro.

Santa Catarina é o segundo estado no ranking de vacinação do país: 76,51% de sua população receberam pelo menos uma dose da vacina e 57,72% têm o esquema vacinal completo. O estado se aproxima da marca de 10 milhões de vacinas aplicadas, sendo que, dessas, 239.762 são doses de reforço.

Flexibilização da máscara no Rio considera total de vacinados, taxa de transmissão e análise de outros países, explica Soranz; entenda

Moradores do Rio já podem andar sem máscara em locais abertos. Secretário de Saúde acredita que medida seja segura por conta dos indicadores: 65% da população totalmente vacinada, baixo índice de transmissão e queda no número de casos graves da doença.

Por Cristina Boeckel e Raoni Alves, g1 Rio

28/10/2021 17h18 Atualizado há 2 semanas

Rio desobriga máscaras ao ar livre, sem aglomeração

Os moradores da cidade do Rio foram liberados nesta quinta-feira (23) do uso de máscara em locais abertos na cidade. Com a regulamentação do governo do estado, passou a valer um decreto da prefeitura da capital, publicado na quarta-feira, que flexibiliza o uso da proteção contra a Covid.

Quais os critérios para flexibilizar as máscaras?

O Comitê Científico da Prefeitura do Rio, que se reúne semanalmente para discutir medidas contra a pandemia, estipulou em outubro alguns critérios para a flexibilização. Entre eles, que a vacinação atingisse 75% do público-alvo (indivíduos com 12 anos ou mais) e/ou 65% da população total.

Além da vacinação, são levados em conta também fatores como a taxa de transmissão do vírus, o número de casos graves da doença, a comparação com outros países e a imunidade de grupo (ou de rebanho).

Como foram definidos os critérios?

O secretário municipal de saúde do Rio, Daniel Soranz, explica que foram apresentados estudos no comitê, que estipulou os critérios a partir de debates e análises dos números do Rio e da situação em outros lugares.

“A primeira variável que a gente coloca nesse cálculo é que 99% dos cariocas já tomaram a primeira dose da vacina, que traz para esse modelo de previsão um certo grau de proteção. Outra coisa é que 83% dos cariocas que mais circulam, que são os adultos, já tomaram as duas doses. E 65% da população total está completamente vacinada”, pontuou o secretário de Saúde.

O g1 questionou a Secretaria de Saúde para saber quais seriam os estudos sugeridos por Soranz. A pasta informou que são estudos do próprio comitê.

Números da vacinação no Rio:

- 99,8% da população com mais de 18 anos com pelo menos a 1ª dose;
- 99,5% dos cariocas maiores de 12 anos com pelo menos 1ª dose
- 87,5% de toda a população com pelo menos 1ª dose;
- 84,2% da população com mais de 18 anos com duas doses da vacina ou dose única;
- 76,9% dos cariocas maiores de 12 anos com duas doses da vacina ou dose única;
- 65,9% de toda população do município com o ciclo vacinal completo.

Índice de transmissão do vírus

Daniel Soranz também informou que as avaliações do Comitê Científico da prefeitura consideraram a taxa de reprodução dos casos. Esse indicador é identificado como 'R'. Sempre que o índice for 'R0' (R-zero) significa que a taxa de reprodução é igual a zero.

“No início da Covid, se achava que a gente ia manter um R de 2, e aí os primeiros cálculos mostravam que a imunidade de grupo iria acontecer com 50% da população vacinada. Depois, se mudou para um número base de 3. E isso jogava esse número para 67%. Esse é um cálculo super complexo porque ainda veio a variante delta. Só que a gente está acompanhando há 9 semanas na cidade do Rio de Janeiro um R abaixo de 1. Hoje, a gente tem um R de 0,7. É um índice de reprodução extremamente baixo quando a gente compara com o início da Covid”, disse.

Redução de casos graves

Outro ponto importante para determinar a flexibilização do uso de máscaras no município é a queda do número de pacientes com a doença que precisaram ser internados. Segundo Soranz, há nove semanas o Rio tem menos de 10% de sua rede hospitalar ocupada com casos graves de Covid.

“O número de casos graves vem caindo gradativamente. A gente está há nove semanas com menos de 10% dos leitos da cidade ocupados com casos de Covid-19. Hoje, a

gente chega há 2% dos casos de Covid ocupando leitos na rede do Rio de Janeiro. São 156 pacientes internados com a Covid-19”, disse o secretário.

Segundo Soranz, essa redução no total de internações já era prevista pelo Comitê Científico.

“A gente vai avançando no nosso cenário de proteção e os números vão falando por si. A vacina já provou que tem uma proteção fundamental”, argumentou.

Comparação com outros países

Durante todo o debate no Comitê Científico do município sobre a liberação das máscaras em locais abertos, os especialistas observavam o que estava acontecendo em outros países. Segundo Soranz, a definição pela flexibilização das máscaras no Rio é mais conservadora do que em todos os locais analisados.

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde do Rio

Soranz comentou sobre o aumento de casos em outros lugares do mundo:

“É importante a gente não confundir a população. Teve aumento do número de casos na Rússia, e a Rússia tem uma baixa cobertura vacinal, eles têm menos de 30% de cobertura vacinal. A gente também tem problemas em países que vacinaram há mais tempo e que não fizeram a dose de reforço”, disse o secretário.

Dose de reforço em 2022

“Então essa é outra preocupação do nosso comitê. Para manter esse nível de proteção é necessário que a gente faça a dose de reforço”, completou.

Segundo o secretário, após seis meses, o nível de proteção da vacina tem uma queda expressiva. Por isso, Soranz acredita que é importante a campanha pela dose de reforço nos idosos.

“Para manter esse nível de proteção é necessário que ano que vem a gente inicie o ano vacinando a dose de reforço no grupo de 50 anos ou mais”, alertou Soranz, que entende que todas as idades deverão receber a dose extra do imunizante em 2022.

“As regras devem ser alinhadas de acordo com o panorama epidemiológico de cada momento. E o momento agora dá muita segurança para caminhar com as etapas de abertura que estão previstas”, concluiu Daniel Soranz.

Liberação

De acordo com o cronograma do município, a próxima fase, com a liberação quase total do uso de máscaras, em locais abertos e fechados (exceto em transporte público e unidades de saúde), acontecerá quando 75% de toda a população estiver com o ciclo vacinal completo, ou quando 90% dos adultos atingirem esse índice.

“O Rio é mais cauteloso que todos esses países e fizemos isso em duas escalas, a maioria deles abriu de uma vez. A gente escalou em dois momentos: um com 65% de toda a população e outro com 75% ou 90% dos adultos”, disse Soranz.

Flexibilização do uso de máscaras já está em vigor na capital fluminense

Decisão foi publicada em edição extra do Diário Oficial do estado

Thales Teixeira (Sob supervisão)

28/10/2021 • 15:50

Band

Flexibilização na capital fluminense já está valendo

Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

A regulamentação com os parâmetros necessários para que as prefeituras adotem a flexibilização do uso de máscaras no Rio de Janeiro, foi publicada em edição extra do Diário Oficial do estado nesta quinta-feira (28).

“O cenário epidemiológico da cidade do Rio de Janeiro é muito favorável. A gente já pode dizer que, aqui na cidade do Rio de Janeiro, nesse momento, a gente tem a pandemia de Covid-19 controlada. Um número de casos extremamente baixo, com a taxa de transmissão extremamente baixa, a menor desde o início da pandemia. Então a gente tem segurança para ir tomando essas medidas de flexibilização e ir tornando a nossa vida um pouco mais normal,

um pouco mais próxima do que a gente tinha anteriormente”, explicou o secretário de saúde do Município do Rio, Daniel Soranz.

Para que a flexibilização, de fato, aconteça em cada município do Estado, o percentual mínimo do público alvo da vacinação - pessoas com 12 anos ou mais- com a dose única ou as duas doses, deve ser de 75% ou 65% da sua população total. Os dados precisam ser a base do Sistema de Informação do Ministério da Saúde.

A decisão já vale para a capital fluminense, pois a cidade atingiu as condições previstas na medida e o decreto dispensando o uso do equipamento de proteção facial já havia sido publicado.

A medida diz que as cidades fluminenses tem autonomia para decidir pela liberação ou não do uso de máscara em ambientes abertos e sem aglomeração. Os cidadãos que não se sentirem seguros, nesse primeiro momento de flexibilização, poderão continuar fazendo o uso da proteção fácil.

O uso de máscaras em ambientes fechados e transportes públicos continua obrigatório.

Confira abaixo a decisão tomada por outros municípios do estado:

Capital Metropolitana

São Gonçalo

A Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil de São Gonçalo ainda não liberou a obrigatoriedade do uso de máscaras. O percentual de pessoas vacinadas na cidade é de 60%.

Baixada Fluminense

Duque de Caxias

A Prefeitura de Duque de Caxias, através da Procuradoria Geral do Município, informa que a cidade irá aderir a flexibilização do uso de máscaras previstas pelo governo estadual, mas ressalta que já recorreu da decisão judicial que sustou os efeitos do Decreto nº 8.009, de 05 de outubro de 2021, que determinou a liberação plena do uso de máscaras em território caxiense.

Nilópolis

Há 20 dias Nilópolis não registra casos de falecimentos e transferências. A informação é da Secretaria de Saúde, que notificou zero número de pacientes internados na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Juscelino Kubitschek, no Centro, transferidos para hospitais fora do município ou falecidos. O fato é atribuído ao alto percentual de vacinados com primeira e segunda dose na cidade. Há 139 mil 422 pessoas vacináveis no município.

Entre os imunizados com a primeira dose, são 78%. E há 54% de vacinados com a segunda dose ou com a dose única. Esses dados estão no Localiza SUS e já estão defasados porque há um atraso entre a anotação das vacinas e a inclusão no sistema do SUS.

De acordo com a Secretaria de Saúde, se até 18 de novembro a cidade chegar a 70% dos vacinados com a segunda dose, poderá haver a liberação do uso de máscaras em locais ao ar livre.

Magé

Em Magé, ainda não há decreto de flexibilização neste sentido. Como temos seguido todas as orientações e regras decretadas pelo Estado, então com a publicação estadual, a equipe técnica do município vai se reunir para elaborar o decreto municipal. Até mesmo porque atingimos nesta semana a bandeira verde.

São João de Meriti

A Prefeitura de São João de Meriti, por meio da Secretaria de Saúde, informa que, por enquanto, segue sem flexibilizar o uso de máscaras, sendo o equipamento de combate à covid-19 ainda obrigatório, tanto em locais abertos quanto fechados. Estamos analisando o cenário epidemiológico, tomando como base a cobertura vacinal na cidade e o percentual de internações no Hospital Municipal para possíveis mudanças quanto ao uso da máscara.

Região dos Lagos

Búzios

A Secretaria de Saúde está analisando a possibilidade de liberação da obrigatoriedade do uso de máscara ainda este ano.

Iguaba Grande

A prefeitura de Iguaba Grande informa que, de acordo com o Decreto 2009/2021, em vigência no município, o uso de máscaras é obrigatório. Sobre as medidas de flexibilização, a prefeitura aguarda a análise dos técnicos da secretaria de Saúde municipal.

Reforçamos ainda que o município segue fiscalizando e notificando estabelecimentos que não cumprem as determinações expostas no Decreto. Ao todo 68 comércios foram notificados e oito multas aplicadas em valores que vão de R\$500 a R\$1.000 reais.

São Pedro da Aldeia

A Prefeitura de São Pedro da Aldeia informa que aguarda decisão do Governo do Estado sobre a liberação do uso de máscaras.

Região Serrana

Nova Friburgo

A Prefeitura de Nova Friburgo informa que vai aguardar pelas orientações da Secretaria Estadual de Saúde e após, avaliar com a Vigilância local, que é o setor técnico do Município, as necessidades de adequações ao nosso cenário epidemiológico e particularidades regionais.

Teresópolis

Bom dia! De acordo com decreto municipal, publicado no Diário Oficial do município nesta segunda-feira (25), segue a obrigatoriedade do uso das máscaras em Teresópolis até o próximo dia 9 de novembro (data de validade do decreto).

Petrópolis

A Prefeitura de Petrópolis informa que ainda não haverá, neste primeiro momento, a liberação do uso de máscaras no município. O governo municipal trabalha para garantir que uma parcela ainda maior da população acima de 12 anos esteja vacinada para esta liberação, inclusive com a segunda dose, reduzindo os riscos de agravamento da covid-19. Neste momento, Petrópolis tem 91% do público vacinável (com mais de 12 anos) com ao menos uma dose da vacina. Quase 65% completaram o ciclo de imunização com as duas doses ou a dose única.

Região Sul

Resende

Apesar de estarmos com 78,5% da população acima de 18 anos vacinada com as duas doses da vacina contra a COVID-19, vamos aguardar a publicação da regulamentação da nova lei para decidir sobre a flexibilização do uso das máscaras.

De qualquer forma, pretendemos concluir o esquema vacinal com a aplicação da segunda dose em toda a população acima de 18 anos, e finalizar a aplicação da dose de reforço (terceira dose) em profissionais de saúde e nas pessoas com mais de 60 anos, para colocar em prática a flexibilização.

Volta Redonda

A Prefeitura de Volta Redonda informa que o uso de máscara de proteção contra a Covid-19 permanece obrigatório no município.

Barra Mansa

A prefeitura municipal de Barra Mansa alerta que é falsa a informação de que a partir da próxima segunda-feira, dia 01 de novembro, o uso de máscaras de proteção contra a Covid-19 seria facultativo em comércio, academias e órgãos públicos. O texto informava ainda que a decisão de antecipar a retirada da obrigatoriedade das máscaras se deu por conta da taxa de imunização.

A Secretaria de Saúde reitera que, apesar do avanço na vacinação, o uso correto da proteção deve ser mantido, mesmo para quem estiver com a imunização completa. Além do uso da máscara, a prefeitura orienta que a população continue seguindo as medidas de prevenção que incluem o distanciamento social, higiene das mãos e evitar tocar rosto e máscara.

Costa Verde

Mangaratiba

A Secretaria de Saúde de Mangaratiba informa que só irá flexibilizar o uso de máscaras quando o percentual da população imunizada ultrapassar 80%

Região Norte

Macaé

A Prefeitura informa que ainda não haverá, neste primeiro momento, a liberação do uso de máscaras no município. O governo municipal trabalha para garantir que uma parcela ainda maior da população acima de 12 anos esteja vacinada para esta liberação, inclusive com a segunda dose, reduzindo os riscos de agravamento da covid-19. Neste momento, Petrópolis tem 91% do público vacinável (com mais de 12 anos) com ao menos uma dose da vacina. Quase 65% completaram o ciclo de imunização com duas doses ou dose única.

“A equipe técnica da Secretaria de Saúde tem trabalhado continuamente, contribuindo para nossa tomada de decisões do governo municipal. Neste momento, ainda não faremos esta liberação. Vamos seguir trabalhando para ampliarmos ainda mais a cobertura vacinal”, diz o prefeito Hingo Hammes.

LAIS recomenda flexibilização do uso de máscara no RN; Sesap diz que 'ainda é cedo'

Recomendação é para liberação do uso de máscaras em ambientes abertos quando 70% da população adulta do Rio Grande do Norte estiver vacinada com as duas doses, em novembro.

Por Sérgio Henrique Santos, Inter TV Cabugi

31/10/2021 09h23 Atualizado há uma semana

G1

Lais deve recomendar flexibilização no uso de máscara em novembro

O Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde da UFRN vai recomendar à Secretaria de Estado da Saúde Pública que flexibilize o uso de máscaras em locais abertos quando 70% da população adulta do Rio Grande do Norte estiver vacinada com as duas doses, o que deve acontecer na primeira semana de novembro. O estado vive um período de aumento de casos de Covid e também no número de pessoas internadas com a doença. Por este motivo, a Sesap diz que ainda é cedo para pensar em flexibilização.

Essa proposta de flexibilização será levada à Sesap e ao Comitê Científico do estado. “Quando o estado do Rio Grande do Norte alcançar 70%, o uso de máscaras nesses ambientes abertos pode ser facultativo. Ser facultativo significa que as pessoas que não querem mais

usar máscara poderão em ambientes abertos. A Sesap e os municípios têm feito durante toda a pandemia uma condução responsável. Essa é uma orientação, que traz dados e evidências científicas, e que precisam ser analisadas para que o gestor, a autoridade sanitária, tome as decisões”, falou o professor Ricardo Valentim, diretor do LAIS/UFRN.

Ele reforça que o risco de contaminação em locais abertos é bem menor e acredita que a desobrigação do uso da máscara poderia estimular mais pessoas a completarem o esquema vacinal. O RN tem hoje 206 mil pessoas que ainda não tomaram a segunda dose. “Nós precisamos chamar atenção principalmente para a população que não está se imunizando ou que tomou só uma dose. Já ultrapassa a marca de 200 mil pessoas (sem a D2). É exatamente esse público que está se internando nesse momento, justamente onde a gente está vendo esse 'repico' em virtude da flexibilização”, lembrou o diretor do LAIS.

Governo alerta para novo aumento de casos de Covid e anuncia retomada do 'Pacto Pela Vida' no RN

Em nota, a Sesap informou que “ainda é cedo para pensar em flexibilização do uso da máscara, pois a proteção adequada é uma das medidas mais eficazes no combate à pandemia”. Na sexta-feira (29), o governo lançou um alerta sobre aumento da taxa de ocupação de leitos e de casos Covid no estado e anunciou a retomada do programa Pacto Pela Vida.

LAIS recomenda flexibilização do uso de máscara no RN; Sesap diz que 'ainda é cedo' — Foto: Freepik/Reprodução

O epidemiologista Ion de Andrade conta que o Rio Grande do Norte vive uma situação semelhante a 2020, com o aumento de casos a partir de outubro, com a diferença que este ano grande parte da população está vacinada e que o estado tem mais capacidade de hospitalização, o que permite o avanço nas etapas de flexibilização. “Provavelmente não vai haver o aumento de número de óbitos e internamentos”, aponta.

Quanto às máscaras, o especialista defende que se aguarde mais um pouco. “A flexibilização me parece que só deva vir a ocorrer após observar duas coisas: índices de vacinação que sejam equivalentes a 70% da população e o contexto real da progressão da pandemia em termos de casos, óbitos e internamentos”.

Flexibilização no uso de máscaras

Correio Braziliense

postado em 01/11/2021 06:00

(crédito: Ana Rayssa/CB/D.A Press)

Com o avanço da imunização no Brasil, onde mais de 53% da população está vacinada com as duas doses ou dose única, algumas regras de prevenção e proteção começam a ser flexibilizadas em alguns estados e municípios. Uma delas, que preocupa especialistas na área de saúde, diz respeito à liberação do uso de máscaras em espaços públicos. No Distrito Federal, o governador Ibaneis Rocha (MDB) desobrigou a utilização em locais abertos a partir da quarta-feira, dia 3, com base em 71% do ciclo vacinal completo. Em decreto publicado na última terça-feira, o governo estabeleceu que o item permanece necessário em outros tipos de ambientes, inclusive condomínios, comércios e no transporte público.

No Rio de Janeiro, a lei que flexibiliza o uso de máscaras no estado já está em vigor desde a última quinta-feira, aprovada pela Assembleia Legislativa (Alerj). Na edição extra do Diário Oficial, o governo recomenda aos municípios, para a liberação, a adoção de critérios como a presença ou não do distanciamento social, ambiente aberto e fechado, percentual de vacinação da população (pelo menos 65% de pessoas imunizadas) e a realização de eventos-teste, entre outros.

No mesmo dia, a Prefeitura do Rio também flexibilizou o uso de máscaras em lugares abertos. Na justificativa para a liberação, o prefeito Eduardo Paes (PSD) disse que a cidade alcançou 65% de toda a população devidamente imunizada e, caso haja piora no quadro epidemiológico, a decisão pode ser revista. Em Belo Horizonte e São Paulo, houve retirada de algumas restrições em função da pandemia, como horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais, bares e restaurantes, shows, mas a obrigatoriedade do uso de máscaras em locais abertos se mantém.

A argumentação de estados e municípios que estão flexibilizando o uso de máscaras em espaços abertos é baseada no avanço da imunização contra a covid-19 e na estabilidade no número de mortes e casos da doença. De fato, desde o começo da pandemia no Brasil, no início do ano passado, as estatísticas mostram queda nos óbitos (média inferior a 400 casos

por dia) e na transmissão do coronavírus, cuja taxa é a menor desde que começou a ser medida.

O Brasil registra quase 606 mil mortes pela doença em quase dois anos e cerca de 22 milhões de pessoas contaminadas pela covid-19. Mesmo que os números estejam em queda ou estabilizados em alguns estados, infectologistas se mostram preocupados com a flexibilização do uso de máscaras em espaços abertos diante do surgimento de novas variantes e na livre circulação entre estados e países que ainda registram altos índices de infecção.

Em Belo Horizonte, onde as medidas de proteção contra covid-19 ainda seguem mais rígidas, a velocidade de contágio segue avançando. Na quarta-feira (27/10), a taxa de transmissão (RT) registrada foi 1,02, ante o balanço anterior, ou seja, cada 100 pessoas espalham o vírus para outras 102. O patamar desejável é sempre menor do que um. Acima disso é o que os especialistas classificam como "nível de alerta" ou amarelo.

Esse balanço no aumento e queda no número de casos em vários estados e municípios brasileiros reforça o que vários especialistas falam sobre não baixar a guarda neste momento em que o vírus ainda continua circulando. Apesar de a situação se manter estável, diante do avanço da vacinação e com o reforço da terceira dose para públicos determinados, é importante manter o uso da máscara de proteção e evitar aglomerações.

Doria: São Paulo deve flexibilizar uso de máscaras até 1º de dezembro

Governador diz que medida será tomada quando o estado atingir 75% de vacinados com dose única ou duas doses

Raphael Coraccini, Ludmila Candalda, CNN

Em São Paulo

03/11/2021 às 16:50 | Atualizado 03/11/2021 às 17:24

O governador de São Paulo, João Doria confirmou à CNN, nesta quarta-feira (03), que o estado de São Paulo deve flexibilizar o uso de máscaras de proteção em locais abertos entre os dias 28 de novembro e 1º de dezembro. A informação havia sido divulgada pela comunicação do Palácio dos Bandeirantes no começo da tarde desta quarta-feira.

Segundo o governador, a liberação deve ocorrer quando o estado registrar 75% de vacinados com dose única ou duas doses. “Estaremos dentro da imunidade de massa entre 28 de novembro e 1º de dezembro. A liberação será apenas em espaço ao ar livre”, disse Doria.

O governador afirmou ainda que o estado tem hoje 69% de pessoas com o esquema vacinal completo e avalia que as medidas de flexibilização foram precipitadas em outros lugares do mundo, o que exigiu um recuo, mas preferiu não comentar a postura de estados e prefeituras do Brasil que liberaram as máscaras antes de atingida a imunidade coletiva.

“Sobre a Grã-Bretanha, deu um passo para trás porque se precipitou (na flexibilização do uso de máscaras) e se arrependeu”, destacou Doria.

A prefeitura de São Paulo já havia revelado que pretende flexibilizar o uso da proteção facial em local aberto quando concluir a imunização de adultos e adolescentes com mais de 12 anos. A data para concluir o ciclo vacinal em adultos é até o dia 15. Até o final deste mês, a cidade espera completar imunização dos menores de idade.

Prévias no PSDB

Sobre as prévias tumultuadas pelas quais o PSDB passa para escolha do seu nome à presidência da República em 2022, Doria disse que o partido estará unido depois de definido o candidato. “Saíremos bem das prévias, é um jogo de disputa e são três candidatos, mas é o único partido que faz prévias. Isso não enfraquece, ao contrário, dá dignidade, força. E quem for o vencedor saíra muito fortalecido. Todos estamos na mesma rota, pelo menos da minha parte. Mas tenho certeza que Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Eduardo Leite (PSDB-RS) também estarão”.

Flexibilização do uso de máscaras em áreas abertas em SC é estudada a partir de percentual de vacinação

Com 59% da cobertura vacinal completa, governador afirmou que liberação pode ocorrer com 65%. Item de proteção vai continuar obrigatório em locais fechados.

Por g1 SC e NSC TV

04/11/2021 20h52 Atualizado há um dia

Carlos Moisés anuncia liberação de máscaras após vacinação em 65% da população

O governador de Santa Catarina, Carlos Moisés (sem partido), disse em conversa nesta quinta-feira (4) com a imprensa que o estado estuda flexibilizar o uso de máscaras de proteção contra a Covid-19 em ambientes abertos.

“A gente está estudando lançar uma norma. A partir de um percentual de vacinação, talvez seja os 65%, a gente está estudando com a equipe técnica. Na medida em que a gente chegue a esse percentual, a flexibilização em áreas abertas e ventiladas. Em áreas fechadas, ainda manter a exigência do uso de máscaras”, declarou o governador.

Até esta quinta, 59% dos catarinenses estão vacinados com as duas doses ou dose única contra a Covid. A conversa de Moisés com a imprensa ocorreu em Guaramirim, no Norte catarinense, durante cumprimento de agenda na cidade.

Porém, o governador demonstrou preocupação com o número de pessoas que receberam a primeira dose da vacina contra a Covid, mas estão com a segunda dose atrasada.

“Nós temos, praticamente, 500 mil pessoas que não tomaram a segunda dose da vacina. Tomaram a primeira dose e não retornaram para tomar a segunda dose da vacina. Então a gente conchama a sociedade, lembrando que essa é uma doença da sociedade, não é uma doença do indivíduo. Então a importância de se vacinar, estar imunizado, para que a gente possa voltar à normalidade com o menor prazo de tempo possível”, afirmou Carlos Moisés.

Importância da segunda dose

O superintendente de Vigilância em Saúde de Santa Catarina, Eduardo Macário, destacou a importância de se completar o esquema vacinal.

“O atraso em receber a segunda dose é bastante preocupante, pois quem não retorna no tempo adequado não está protegido de forma adequada contra a Covid-19. Com o esquema completo é possível estimular o sistema imunológico a produzir um número maior de anticorpos”, afirmou.

Ter apenas a primeira dose não é suficiente, segundo ele. “As pessoas que atrasam a segunda dose correm o risco de, uma vez infectadas, apresentarem um quadro grave de coronavírus. Elas também contribuem para a disseminação de variantes de preocupação, além

de prejudicar a imunidade coletiva provocada pela vacinação, protegendo aqueles que ainda não puderam se vacinar, como as crianças”, disse.

Governo de Mato Grosso avalia liberar obrigatoriedade da máscara em dezembro

Quarta-feira, 10 de Novembro de 2021, 10h57

Dantielle Venturini - Gazeta Digital

redacao@gazetadigital.com.br

Governo de Mato Grosso avalia a flexibilização do uso da máscara facial em espaços abertos a partir do mês de dezembro. Secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo afirmou que o assunto é tratado pelo Comitê de Operações de Emergência (COE) da covid-19. Alguns estados já adotaram essa medida, a exemplo do Rio de Janeiro e o Distrito Federal, e outros também avaliam. Em São Paulo, a liberação está prevista para o dia 1º de dezembro.

Nos municípios gestores têm autonomia para decidir as regras, como já julgou o Supremo Tribunal Federal (STF), mas em Mato Grosso nenhuma cidade autorizou a flexibilização até o momento.

Em Várzea Grande, o secretário municipal de Saúde, Gonçalo de Barros, afirmou que a liberação pode ocorrer também a partir de dezembro.

Epidemiologista e pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Diego Xavier afirma que o momento permite o início de uma flexibilização do uso da máscara em espaços abertos, desde que não haja aglomeração.

Afirma que o risco que o ambiente aberto oferece é muito menor do que no fechado, desde que as pessoas mantenham o distanciamento social. Cita como exemplo um show que, mesmo ao ar livre, o uso do acessório continua sendo indispensável.

O epidemiologista reforça que esse período, quando se aproximam as festas de fim de ano, deve funcionar para se observar como a doença vai se comportar e que as pessoas

precisam ter consciência de que o vírus não deixou de circular e, se for necessário, retroceder nas decisões.

Se tivermos o mesmo comportamento do fim do ano passado, e do início deste ano, é bem provável que teremos de retroceder nestes avanços.

Ele defende que a liberação precisa acontecer de forma gradual, passo a passo, observando com cautela o comportamento da doença.

Diego Xavier afirma ainda que não entende a pressa da população para o descarte da máscara, uma vez que seu uso se mostrou efetivo e é também o menos restritivo de todas as medidas adotadas na pandemia. Na Ásia, o uso da máscara é cultural, as pessoas quando têm qualquer tipo de doença respiratória, não saem de casa sem ela.

Reforça que a vacina contra a covid-19 funciona, é importante no processo de vencer a pandemia, mas não se pode jogar apenas nela a responsabilidade que é de todos.

Maranhão flexibiliza uso de máscaras em locais abertos

Regras para ambientes fechados serão divulgadas nesta quinta-feira

Publicado em 10/11/2021 - 20:21 Por Heloisa Cristaldo – Repórter da Agência Brasil
- Brasília

O governador do Maranhão, Flávio Dino, anunciou nesta quarta-feira (10) que não será mais obrigatório o uso de máscaras em locais abertos. As regras sobre o uso em ambientes fechados serão divulgadas nesta quinta-feira (11), por meio de decreto.

“Assinei agora o decreto que torna facultativo o uso de máscaras em locais abertos no Maranhão. Valerá a vontade de cada pessoa. Em locais fechados, haverá regras que serão divulgadas amanhã. Friso a imprescindibilidade da vacinação para que sigamos avançando”, afirmou o governador, pelo Twitter.

<https://twitter.com/FlavioDino/status/1458555435397550082>

De acordo com o governo local, a flexibilização será possível após a redução no número de casos e de internações por covid-19.

Outras medidas já foram adotadas, como a ampliação do funcionamento de estabelecimentos e a abertura de cinemas e teatros, além do retorno das aulas presenciais na rede pública estadual.

Prefeitura discute regras para flexibilizar o uso de máscaras em Manaus

11/11/2021 16h23

Secretaria Municipal de Saúde de Manaus

Os critérios para flexibilizar medidas de segurança contra a Covid-19 em Manaus, incluindo a liberação do não uso de máscaras em locais abertos, foram discutidos por representantes da Prefeitura de Manaus e do governo do Amazonas, durante reunião técnica, na manhã desta quinta-feira, 11/11. O objetivo do encontro, de acordo com a titular da Secretaria Municipal de Saúde (Semsu), Shádía Fraxe, foi definir as regras para a liberação do equipamento de proteção em ambientes específicos dentro de condições de segurança para a população.

“Até o momento, o Ministério da Saúde não definiu critérios para flexibilização, e as decisões quanto a isso têm sido tomadas diretamente por Estados e municípios, por isso solicitamos à Secretaria de Estado da Saúde (SES) e à FVS (Fundação de Vigilância em Saúde) essa reunião de alinhamento, para discutirmos e oficializarmos as regras de relaxamento no que diz respeito ao uso da máscara em nossa cidade”, explicou Shádía.

Também participaram da reunião o subsecretário de gestão da Saúde da Semsu, Djalma Coelho, o secretário da SES, Anwar Samad, a secretária Adjunta de Políticas da Saúde, Nayara Maksoud, e a diretora-presidente da FVS, Tatiana Amorim.

De acordo com Shádía Fraxe, a normatização será elaborada em conjunto e vai levar em conta o percentual de imunização da população e outras variáveis, como indicadores de risco, internações e óbitos pela doença no cenário atual.

A secretária acrescentou que a oficialização dos critérios a serem adotados vai permitir que a Prefeitura de Manaus defina, inclusive, os detalhes da programação oficial das festas de fim de ano. “Precisamos resguardar nossa população e todos os fatores de impacto serão considerados na decisão”, apontou Shádía.

Anoar Samad destacou a proximidade do período chuvoso, quando as doenças respiratórias têm maior incidência, e defendeu que no Estado a exigência em relação ao percentual de imunizados seja maior que a observada pelos locais que já liberaram o uso de máscaras em lugares abertos. Ele informou que no âmbito do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), foram trabalhadas algumas propostas de encaminhamento para a flexibilização, mas que estados e municípios irão definir suas normas próprias considerando a realidade local.

Nota Técnica

A expectativa da secretária Shádia Fraxe é de que os critérios para Manaus sejam fechados nos próximos dias e que a decisão, depois de publicada em Nota Técnica conjunta, seja válida a partir de 30 de novembro.

Manaus está, atualmente, com 69%, ou seja, 1.236.869 pessoas da população vacinável (acima de 12 anos) com o esquema vacinal completo. Já com a primeira dose são 89,8%, o que corresponde a 1.604.045 pessoas vacinadas. Em relação à dose de reforço, o município aplicou mais de 104 mil doses em usuários pertencentes aos grupos contemplados atualmente: trabalhadores da saúde e pessoas acima de 50 anos que tomaram a segunda dose há cinco meses ou mais, e os imunossuprimidos com a segunda dose aplicada há, pelo menos, 28 dias.

No total, desde janeiro, quando a Prefeitura de Manaus deu início à campanha de vacinação contra a Covid, foram aplicadas, na capital, 2,9 milhões de doses.

Texto – Andréa Arruda / Semsu

Foto – Divulgação / Semsu

"Não é o momento", afirma infectologista do Hospital de Clínicas de Porto Alegre sobre liberação de máscaras ao ar livre

Rio de Janeiro, Distrito Federal e Maranhão já não exigem mais o uso da proteção em ambientes abertos. No RS, ainda há obrigatoriedade

11/11/2021 - 11h15min

Atualizada em 11/11/2021 - 11h17min

GZH

Alguns Estados brasileiros já começaram a flexibilizar o uso de máscaras ao ar livre, como é o caso do Rio de Janeiro, Distrito Federal e do Maranhão, que anunciou o fim dessa e de outras restrições na quarta-feira (10). Para o infectologista do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Luciano Goldani, a liberação da proteção, mesmo que em espaços abertos, deve ser vista com cautela.

— Temos que ter cautela, não é o momento para flexibilizar tanto sobre distanciamento e uso de máscara — afirmou Goldani ao Gaúcha Atualidade, da Rádio Gaúcha, nesta quinta-feira (11).

Para o infectologista, o avanço da vacinação e a queda no número de mortes pelo vírus são fatores positivos, porém, casos de infecção ainda seguem em alta, assim, o uso de máscaras em espaços abertos deveria seguir ocorrendo.

Sobre o carnaval, que ocorre daqui a três meses, Goldani afirmou estar preocupado, já que a população ainda não está totalmente protegida contra o vírus.

— No carnaval deve-se ter cautela, é muita aglomeração. Isso me preocupa muito. Ainda mais em uma população que não atingiu 80% da imunização (com as duas doses). Precisamos ainda de restrições, como uso de máscara e distanciamento. Não sei se é o momento certo — disse.

Alertando também para os casos de países que flexibilizaram o uso de máscara em espaços abertos, como em Nova York, nos Estados Unidos, o infectologista disse que não podemos seguir os mesmos passos.

— Ainda temos alguns meses para colocar esta pandemia no retrovisor — concluiu.

No Rio Grande do Sul, ainda não há uma perspectiva oficial para que haja flexibilização do uso de máscara. Recentemente, o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, defendeu publicamente a liberação em espaços abertos e já tratou do assunto com o governador Eduardo Leite. O Estado, no entanto, não fala em data.

Liberação de máscaras: estudo do Ministério da Saúde levará em conta porcentagem de vacinados e não vai determinar data para flexibilização

Pasta elabora uma nota técnica com novas orientações e pretende enviar aos Estados e municípios na semana que vem

11/11/2021 - 15h37min

Marina Pagno

GZH

Novas orientações sobre o uso de máscaras no Brasil devem ser divulgadas na próxima semana pelo Ministério da Saúde. As recomendações serão enviadas para Estados e municípios através de uma nota técnica, que está em fase de finalização pela pasta.

Para orientar a liberação do uso obrigatório da máscara em ambientes abertos ou fechados, serão levados em consideração alguns critérios, como população vacinada contra a covid-19, ocupação de leitos e o número de casos e óbitos da doença, além da taxa de transmissão de cada localidade. O estudo, porém, não trará uma data determinando a flexibilização do uso da proteção no Brasil, segundo fontes do Ministério da Saúde informaram a GZH. A nota técnica terá um caráter orientador, com itens a serem observados por governadores e prefeitos para tomarem decisões de acordo com a realidade de cada região.

Outra questão é que, no país, há uma lei federal, de julho de 2020, determinando o uso de máscaras para circulação em espaços públicos e privados, que precisaria ser alterada ou revogada – um ato de competência dos poderes Executivo ou Legislativo, e não do ministério.

Indefinição nas porcentagens

A tendência é de que seja recomendada a liberação da máscara em localidades onde 90% das pessoas estejam com a primeira dose e 70% com a segunda ou a dose única da vacina contra a covid-19. Esses números são defendidos por parte dos técnicos da pasta que possuem uma visão mais cautelosa em relação à medida.

Porém, também está sendo avaliada a quantidade de vacinados em países que já adotaram regras mais brandas com relação ao uso da máscara, o que pode resultar em números mais liberais.

Segundo os dados observados pelo Ministério da Saúde, Israel suspendeu o uso de máscaras, exceto em escolas infantis, quando 57% da população estava com o esquema vacinal completo. Na Itália, foi liberado o equipamento em ambientes abertos com 35% das pessoas com a segunda dose.

Essas porcentagens mais baixas de vacinação poderiam abranger um maior número de Estados e municípios neste momento, caso fossem adotadas no Brasil. O Rio Grande do Sul, por exemplo, tem 79% da população residente com ao menos uma dose da vacina covid-19 e 64,1% com o esquema vacinal completo.

A taxa de ocupação de leitos de UTI para pacientes com covid-19 é outro condicionante para a flexibilização das máscaras – certamente devendo ficar abaixo de níveis considerados críticos (acima de 80%). O cenário epidemiológico local, com número de casos e óbitos diários de coronavírus, também terá de ser observado.

O estudo foi encomendado pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, após pedido do presidente da República. Jair Bolsonaro é contrário ao uso do equipamento de proteção e solicitou uma análise de Queiroga para liberação do uso em locais abertos e fechados – raramente Bolsonaro é visto usando máscara, mesmo em eventos com aglomerações.

Nesta quarta-feira (10), Queiroga afirmou que busca o que ele chamou de "Natal sem máscara", citando o avanço da imunização contra a doença no País.

— A população brasileira é esclarecida. A população brasileira tem buscando a campanha de vacinação. Vamos trabalhar firmemente para ter um Natal sem máscara — disse o ministro durante em um evento em João Pessoa (PB).

Estado avalia flexibilização do uso de máscaras em crianças de até 11 anos, diz secretária de Saúde

Em entrevista ao Gaúcha Atualidade, Arita Bergmann afirmou que governo do RS pretende enviar documento sobre o assunto para o Ministério da Saúde

12/11/2021 - 17h23min

GZH

Após uma portaria do governo do Estado obrigar que crianças acima de três anos usem máscara nas escolas, a secretária de saúde Arita Bergmann afirmou que a Secretária Estadual de Saúde (SES) avalia a possibilidade de dispensar a obrigatoriedade para crianças de três a cinco anos.

— Nós adotamos o uso de máscara a partir de três anos de idade para cumprir uma lei federal [...] Estamos avaliando e elaborando um documento que deve ser encaminhado ao Ministério da Saúde com argumentos técnicos do não uso da máscara de três a cinco anos, que não seja obrigatório. Estamos com toda a base técnica para encaminhar ao Ministério da Saúde.

A lei a que a secretária se refere é a de número 13.979, de fevereiro de 2020, que dispensa o uso de máscaras somente para crianças com menos de três anos ou no caso de pessoas com transtorno do espectro autista, com deficiência intelectual, com deficiências sensoriais ou com quaisquer outras deficiências que as impeçam de fazer o uso adequado de máscara de proteção facial.

O documento que será enviado ao Ministério da Saúde foi orientado pelo Gabinete de Crise, na última quarta-feira (10). Segundo Arita, também se estuda a possibilidade de tornar opcional uso para crianças entre cinco e 11 anos, "considerando caso a caso, sempre avaliando a possibilidade de a criança ter condição ou não do uso de máscara", explica.

A portaria que determinou a mudança na regra de uso obrigatório de máscara nas escolas públicas e privadas do Rio Grande do Sul foi divulgada na segunda-feira (8), pelas Secretarias Estaduais da Saúde (SES) e da Educação (Seduc). A nova regra, que segue uma portaria federal, tornando obrigatório o uso a todos os alunos a partir dos três anos de idade nos espaços das instituições. No texto anterior, a medida era válida para pessoas acima de 12 anos.

Vacinação para crianças

Quanto à aplicação da vacina contra covid-19 para crianças de até 11 anos, Arita Bergmann afirmou que a SES depende das orientações técnicas do Ministério da Saúde, as quais, até o momento, não foram enviadas. A responsável pela pasta, porém, enfatizou que o Estado está preparado para fazer a distribuição, a orientação de gestores municipais e a capacitação das equipes.

Liberação do uso de máscaras

Adotada já em outras regiões do país, como o Estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal, a permissão de liberar o uso de máscaras ao ar livre no Rio Grande do Sul, para todas as faixas etárias, ainda não tem uma previsão exata. Conforme Arita, está marcada para a próxima quarta-feira (17) uma reunião do governo estadual que definirá novas regras de protocolo.

— Estamos avaliando para verificar quais os protocolos que continuam obrigatórios e quais os protocolos que vamos recomendar, que não terão o caráter de obrigação, para que sejam adotados, dependendo do ambiente, da situação, do momento, do tempo que as pessoas estão numa atividade, e principalmente a questão de quem está no ar livre, transitando, fazendo atividade física.

3) Análise da literatura científica

Existe uma vasta literatura científica a respeito do uso de máscaras pela população como forma preventiva de se evitar o Covid-19. Por meio de uma pesquisa no Scholar Google, foram encontrados 9.880 artigos publicados com as palavras “máscara” e “Covid-19”.

Artigos sobre a utilização da máscara feita de tecido ou cirúrgica como medida preventiva, sobre a qualidade do equipamento, entre outros, mas não são muitos que abordam a questão de flexibilizar o uso de máscaras e quais condições precisariam ser atingidas para adotar essa medida. Ou seja, não existe pesquisa até o momento dos parâmetros adequados para poder ser retirado o uso obrigatório de máscara em ambientes abertos.

4) Revisão da mídia e da opinião pública

A grande mídia tem noticiado sobre decisões e discussões a respeito da polêmica. Para esse trabalho, foram consideradas notícias veiculadas em sites jornalísticos de livre acesso. Ao todo, foram 32 notícias e releases analisados. São dos seguintes veículos: Jornal USP (1), BBC (1), O Tempo (1), R7 (1), Infomoney (1), Agência Brasil - EBC (3), Globo (5), Terra (1), Tribuna PR (1), Uol (1), Money Times (1), Exame (1), Gaucha Zero Hora (4), Nexo Jornal (1), A Tarde (1), Band (1), Correio Brasiliense (1), CNN Brasil (1), Gazeta Digital (1) e releases do Governo de Santa Catarina (1), Secretaria Municipal de Saúde de Manaus (1) e da Agência Brasília (1). Todas essas matérias podem ser lidas no item anterior.

Não existe um consenso dentro da grande mídia sobre se esse seria o momento adequado para flexibilizar o uso de máscaras, isso mostra o quanto esse tema é realmente controverso. A maioria flutua entre as polaridades possíveis, dando visibilidade a uma opinião sobre a outra.

Vários jornais procuram por especialistas no assunto como médicos infectologistas ou epidemiologistas para darem a opinião deles sobre o momento ser ou não adequado. Eles também procuram acrescentar a discussão tópicos importantes como a taxa de vacinação, imunidade de rebanho, taxa de contaminação, etc. Sempre colocando os dados disponíveis para dar mais embasamento para os discursos.

Embora uma maioria dos profissionais da área da saúde esteja se posicionando contra a flexibilização do uso de máscaras, devido a uma taxa de vacinação não tão alta quanto a desejada e os níveis de transmissão ainda estarem altos, alguns poucos acrescentam que, em ambientes abertos, com um distanciamento físico acima de 2 metros, a possibilidade de ser contaminado seria muito baixo.

Entre os políticos, também não existe consenso. No momento, apenas 3 governadores permitiram a flexibilização, de 27. Dos prefeitos, apenas um permitiu, o do Rio de Janeiro. A maioria espera por uma decisão vinda primeiro do governador para poder fazer essa mudança, acompanhando as taxas de suas cidades para pensar no momento adequado para acatar.

O Ministério da Saúde, pelo que se pode acompanhar, está elaborando um estudo para dar diretrizes para os Estados e Municípios de como deve ser essa flexibilização. O presidente Jair Bolsonaro, desde o início da pandemia, se mostrou contra a utilização da

máscara, aparecendo sempre polêmico nas suas declarações ao contrariar recomendações de organizações da saúde e de especialistas no assunto.

5) A árvore do desacordo

A árvore do desacordo representa os pontos em que os atores discordam entre si e estão reunidos no esquema abaixo.



Figura 3. Árvore do desacordo. Fonte: elaborado pela autora.

6) Escala da controvérsia

Como nenhuma controvérsia existe sozinha, mas ela está conectada a outras controvérsias e subcontrovérsias, no esquema abaixo é representado a controvérsia escolhida e suas ramificações.



Figura 4. Escala da controvérsia. Fonte: elaborado pela autora.

7) O diagrama ator-rede

O diagrama ator-rede engloba todos os atores e suas conexões entre eles mostrando todas as ligações existentes e quem se liga a quem. Nessa polêmica, foram registrados 138 atores envolvidos na flexibilização do uso de máscaras e 639 conexões. Ele pode ser conferido na figura a seguir:



Figura 6. Cronologia. Fonte: elaborado pela autora.

9) A tabela de cosmos

Para mostrar os cosmos envolvidos na controvérsia da Flexibilização do uso de máscaras, foi elaborado uma tabela com duas colunas, uma para atores a favor da flexibilização e a segunda para os que são contra a medida.

Tabela 1 - Tabela de cosmos

A favor	Contra
Jair Bolsonaro O presidente já apareceu em diversas ocasiões sem ele próprio usar a máscara, inclusive em aglomerações e viagens pelo Brasil, e já deu declarações questionando os benefícios do item.	Rede de Pesquisa Solidária Os autores da nota apontam que a maior parte dos Estados adotou medidas de incentivo ao uso de máscaras no mesmo momento em que flexibilizou as medidas de fechamento de comércio, de serviços e de restrição às aglomerações. Dessa forma, a falta de fiscalização, de programas e a massificação de ações, além da desinformação, rebaixaram a importância do uso de máscaras e reduziram a capacidade

	de proteção da população mais vulnerável.
Centro de Controle de Doenças (CDC) O Centro de Controle de Doenças (CDC) dos Estados Unidos anunciou em abril que pessoas com a vacinação completa podem deixar de usar máscaras na maioria dos lugares - com exceção por exemplo da rede de transportes, hospitais e prisões	Estevão Urbano, médico, diretor da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) "Os Estados Unidos e a Europa começaram a discutir isso com baixos níveis de contágio, mortes e variantes circulantes. É outra realidade, absolutamente incomparável com o Brasil".
Secretaria do Estado de Saúde de Minas Gerais Em nota, a pasta informou que, caso o cronograma de entrega de doses por parte do Ministério da Saúde se mantenha, a expectativa é que o Estado adquira a chamada "imunidade de rebanho" no fim do ano. Com isso, o não uso das máscaras pode se tornar facultativo em lugares abertos, arejados, como parques, praças e ruas, "conforme experiências observadas em alguns países".	Antônio Augusto Moura da Silva, epidemiologista, professor do Departamento de Saúde Pública da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) "Lá fora, a decisão foi tomada baseada na alta eficácia das vacinas, uma cobertura vacinal que já chegou a 50%, e a circulação viral baixa. Há um controle muito maior do que o nosso. No Brasil, a doença está solta", diz Silva, acrescentado que a medida anunciada pelo presidente "não faz sentido do ponto de vista técnico".
Prefeitura do Rio de Janeiro Na cidade do Rio de Janeiro, a prefeitura estuda liberar a população do uso de máscaras parcialmente em novembro, quando 75% da população estiver com esquema vacinal completo. O item seria obrigatório apenas em hospitais e transportes públicos.	Boletim Observatório Covid-19 Boletim Observatório Covid-19, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), publicado no dia 9, afirmou que a pandemia no Brasil "se configura como de alto risco", com ligeira queda no número de óbitos, mas manutenção da transmissão do vírus e taxa de ocupação de leitos muito elevada na maioria dos Estados e capitais: "Vinte estados e o Distrito Federal, bem como 17 capitais, encontram-se com taxas de ocupação iguais ou superiores a 80%".
Governo do Rio Grande do Norte No Rio Grande do Norte, a governadora Fátima Bezerra (PT), também avalia decretar o fim da obrigatoriedade para o uso	Leandro Curi, infectologista "Esse foi um termo muito utilizado no ano passado pelas autoridades, mas é uma falácia. Vimos que para a Covid, ele não

de máscara em determinadas situações a partir de dezembro.	funciona. Uma pessoa que já foi contaminada pode adoecer várias vezes, diferentemente de outras doenças, como a catapora. A Suécia tentou fazer essa experiência de se atingir imunidade rebanho e não deu certo, porque estamos falando de um vírus que se multiplica rapidamente e altamente infectante e letal. Não existe remédio ou outra solução que não seja a vacina aliada a máscara".
Daniel Soranz, secretário municipal de Saúde do Rio de Janeiro “A primeira variável que a gente coloca nesse cálculo é que 99% dos cariocas já tomaram a primeira dose da vacina, que traz para esse modelo de previsão um certo grau de proteção. Outra coisa é que 83% dos cariocas que mais circulam, que são os adultos, já tomaram as duas doses. E 65% da população total está completamente vacinada”. “O número de casos graves vem caindo gradativamente. A gente está há nove semanas com menos de 10% dos leitos da cidade ocupados com casos de Covid-19. Hoje, a gente chega há 2% dos casos de Covid ocupando leitos na rede do Rio de Janeiro. São 156 pacientes internados com a Covid-19”.	Adelino de Melo Freire, infectologista, do Hospital Felício Rocho “Não importa se tiver 70%, 80% ou 90% da população vacinada e continuar havendo transmissão. Temos variantes, como a delta, que escapa da proteção da vacina. A verdade é que não existe um número mágico. Só não teremos transmissão comunitária quando a taxa de transmissão não representar mais riscos”.
Jean Gorinchteyn, secretário estadual da Saúde de São Paulo Segundo o secretário estadual da Saúde de São Paulo, Jean Gorinchteyn, a taxa de ocupação de leitos de unidades de terapia intensiva (UTI) do estado de São Paulo está hoje em 28,5%, com 1.841 pessoas internadas em estado grave. “Para se ter uma ideia, este número significa 2,6 mil pessoas a menos do que no pico da primeira onda [entre junho e julho do ano passado] e 9,2 mil a menos do que no pico da segunda onda [entre março e abril deste ano]”, disse ele, reforçando que essa queda nas	Carlos Fortaleza, infectologista, professor da Faculdade de Medicina de Botucatu, da Unesp, coordenador do estudo da Fundação Osvaldo Cruz sobre os impactos da vacinação em massa em Botucatu “Neste momento, é um despropósito. Nós estamos conseguindo diminuir a Covid por uma combinação do uso de máscara com aplicação de vacinas. Mas ainda não temos a segunda dose para uma parte maciça da população, temos muitos idosos sem a terceira dose. No caso, tirar o uso de máscara é um risco de aumentar o número

internações é resultado do avanço da vacinação.	de casos e mortes desnecessariamente”.
Criciúma A decisão municipal consta no decreto nº 1532/21, publicado no Diário Oficial da cidade. Conforme o documento “o cidadão, que esteja com o esquema vacinal contra a Covid-19 completo, com mais de 14 dias da imunização com a segunda dose, ou dose única, fica desobrigado do uso de máscara de proteção individual em ambientes externos, tais como parques, praças e ruas”. A normativa está em vigor desde sexta.	Soraya Smaili, professora de farmacologia da Unifesp, reitora na gestão 2013-2021 e coordenadora do Centro SOU_Ciência “Eu considero que é precoce a decisão. Não atingimos ainda 50% da população com esquema vacinal completo. É necessário atingirmos entre 70% e 80% da vacinação. Além disso, temos a necessidade de continuar a primeira dose, para chegarmos a 100% da população”.
Ibaneis Rocha (MDB), governador do Distrito Federal “Nós sabemos que está avançando muito, os índices de transmissão estão caindo bastante. Isso já nos dá um horizonte no sentido de liberar o uso de máscara pelo menos em ambientes abertos”, afirmou o governador. “Mais adiante, quando a gente atingir em torno de 70%, 80% de pessoas vacinadas, a gente pensa - tudo isso com base técnica - na retirada de máscaras em ambientes fechados”.	Governo do estado de São Paulo João Gabbardo, coordenador executivo do Comitê Científico “A posição do comitê científico de São Paulo é que não é o momento de flexibilizarmos a utilização das máscaras, apesar dos números estarem muito positivos. Ainda não é o momento porque estamos passando por momento de transição no Plano São Paulo, com flexibilização importante como volta às aulas [presenciais], frequência obrigatória dos alunos, presença de público nos eventos esportivos culturais e esportivos como nos estádios, redução de distanciamento. Temos que acompanhar qual será o impacto dessas modificações nos indicadores”.
Eduardo Paes, prefeito do Rio de Janeiro A flexibilização do uso de máscaras tem sido discutida por Estados e Prefeituras. No Rio, o prefeito Eduardo Paes (PSD), afirmou que a cidade pode desobrigar totalmente o uso de máscara no meio de novembro, 75% da população total estiver com a vacinação completa. A tendência é que seja permitido não usá-la ao ar livre a	Lei Federal nº 14.019 A lei federal nº 14.019 regulamenta que é obrigatório o uso de máscara, cobrindo o nariz e a boca, para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos coletivos.

partir desta semana.	
Beto Preto, secretário de saúde do Paraná “No momento em que tivermos uma queda dos números mais abrupta, por algumas semanas, de maneira mais consolidada, fatalmente nós também vamos tomar medidas que visem liberar a população do uso das máscaras, principalmente em ambientes abertos”. “Claro que temos que levar tudo isso em conta. Aumentando o quantitativo de paranaenses com o esquema vacinal completo, consolidado, isso nos leva a crer que no Verão, início do ano, teremos a possibilidade de flexibilizar. Nossa função aqui é analisar diariamente os números. Paciência, cautela e colaboração”. “A vacina nos tirou daquele momento mais dramático, mas os cuidados precisam continuar”. “Nosso foco agora é fazer com que os paranaenses tomem a 2ª dose. Quem está no grupo pra terceira dose que realmente tome a dose de reforço. Isso tudo é o que temos a mão atualmente, além do uso das máscaras, distanciamento social e higienização das mãos / álcool gel”.	Decreto Estadual de Santa Catarina E o decreto estadual nº 1.027 também prevê o uso obrigatório em espaços públicos e privados.
Alexandre Chieppe, secretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro “Vamos flexibilizar vinculando parâmetros epidemiológicos e vacinais. Não vemos risco para a flexibilização para locais abertos. Vamos liberar essa flexibilização somente em cenários considerados baixos e moderados de risco de transmissão ou com 65% da população total ou alvo (acima de 12 anos) com cobertura vacinal”.	Leonardo Weissmann, infectologista, consultor da Sociedade Brasileira de Infectologia “Ainda é muito cedo, muito precoce para se pensar em excluir o uso de máscaras”, disse ele ao Estadão. “Embora a gente esteja observando uma tendência de queda no número de casos e de óbitos, não podemos afirmar que a pandemia está controlada. Temos o vírus circulando, as variantes circulando.”

Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou, nesta terça-feira, a flexibilização do uso da máscara no Estado, e a medida será encaminhada à Secretária Estadual de Saúde para definição dos parâmetros para o fim da obrigatoriedade de uso da proteção facial.	Jamal Suleiman, médico-infectologista, do hospital Emílio Ribas em São Paulo “O entorno também precisa ser semelhante. São Paulo recebe mineiros, goianos, tocantinenses. Se essas pessoas não estiverem vacinadas, você vai continuar circulando o vírus nesse lugar” “A marcha da vacinação precisa ser rápida em todos os lugares, assim você consegue desmascarar todo mundo numa velocidade maior.”
Chrystina Barros, pesquisadora em saúde pública da UFRJ “Pode se pensar sim, mas mesmo em locais abertos se juntar gente tem que usar máscara para se proteger”.	Luiz Paulo Corrêa da Rocha, deputado estadual do Rio de Janeiro “Estamos passando a péssima impressão de liberou geral. Liberar em locais abertos é um convite para não usarem máscara em locais fechados”.
Divino Valero, subsecretário de Vigilância Epidemiológica “Com a flexibilização vamos fazer uma avaliação técnica do comportamento do vírus na população. Vamos analisar como vai se comportar a taxa de transmissão e o índice de casos graves da infecção, que hoje estão em queda no DF”. “Com relação à covid não existe receita preestabelecida. A flexibilização está sendo feita com muita cautela, tanto que apenas em ambientes públicos ao ar livre que estamos liberando”	Waldeck Carneiro, deputado estadual do Rio de Janeiro Entre os opositores, está o deputado estadual Waldeck Carneiro, presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa. Ele avalia que ainda é cedo para flexibilizar o uso de máscaras.
Decreto nº 42.656 do Distrito Federal A partir desta quarta-feira (3), o uso de máscaras de proteção individual não será mais obrigatório em ambientes abertos no Distrito Federal. É o que diz o Decreto nº 42.656, do governador do Distrito Federal,	Alberto Chebabo, membro do Comitê Científico do Rio de Janeiro Já o infectologista Alberto Chebabo, membro do Comitê Científico de enfrentamento à Covid, que assessora a Prefeitura nas medidas de enfrentamento à

Ibaneis Rocha, publicado na última terça (26), em edição especial do Diário Oficial. No entanto, a proteção facial e respiratória continua sendo obrigatória em locais fechados, como transporte público coletivo, estabelecimentos comerciais, industriais, áreas comuns em condomínios, entre outros.	doença, avalia que a flexibilização é possível. Integrante do Comitê Científico da Prefeitura do Rio, o infectologista Alberto Chebabo, da UFRJ, explicou ao g1 que o órgão se baseou em dois critérios para chegar ao percentual de 65% da população adulta com esquema vacinal completo para abolir o uso de máscaras em locais abertos: • Que a capital estivesse com um cenário epidemiológico favorável — com menos casos graves, mortes e internações; • Estudos técnicos de outros países, como Inglaterra e Estados Unidos, que aboliram o uso do acessório até com um percentual menor. “Houve uma discussão interna para definir o parâmetro ideal. A Secretaria Municipal de Saúde tinha sugerido um percentual até menor, se não me engano de 60%, mas consideramos que o valor precisava ser mais rígido. Decidimos, então, por 65%”.
Marcelo Queiroga, ministro da Saúde “Quando cheguei, falei em ‘pátria de máscara’. Hoje, temos uma situação bem mais equilibrada e já podemos pensar, desde que o contexto vá a cada dia melhorando e que a campanha [de vacinação] vá ampliando, em flexibilizar o uso de máscara ao ar livre”.	Claudio Castro, governador do Rio de Janeiro “Mais de um ano e meio após o decreto de calamidade pública no Brasil em razão da pandemia, esta medida representa um importante salto para a vitória do estado e do povo fluminense sobre o vírus”.
Linsey Marr, engenheira, da Universidade da Virgínia, nos Estados Unidos As chances de transmissão ao inalar partículas virais ao passar rapidamente por uma pessoa na rua, mesmo que sem máscara, são mínimas. Se uma pessoa tossir ou espirrar em ambiente aberto, a probabilidade de se infectar com uma	Lorena de Castro Diniz, coordenadora do Departamento Científico de Imunização da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia “Aí somos vetores de transmissão, principalmente, para pessoas que não se vacinaram por alguma razão. Por isso, na opinião dos especialistas, ainda não é

quantidade suficiente de vírus expelido é também muito baixa, segundo a professora de engenharia Linsey Marr, da Universidade da Virgínia, nos Estados Unidos, que estuda a transmissão de vírus, em entrevista ao jornal The New York Times, em abril de 2021. Os relatos de transmissão ao ar livre geralmente envolvem longas conversas cara a cara ou gritos (quando uma quantidade maior de aerossóis é emitida).	momento de flexibilizações do uso de máscaras e de aglomerações”.
Vitor Mori, físico, integrante do Observatório Covid-19 BR Em entrevista ao jornal O Globo, em meados de outubro, o físico Vitor Mori, que integra a rede de pesquisadores Observatório Covid-19 BR e estuda o tema, ressaltou ser possível flexibilizar o uso da máscara em “local aberto em alguns contextos, principalmente quando não tem muita gente”. Ele defendeu que, ao mesmo tempo, haja uma maior “rigidez e a exigência de usar máscaras em espaços fechados”, além de fiscalização e distribuição de máscaras melhores. “Essa medida de flexibilização de um lado e restrição de outro é um incentivo e uma mensagem muito clara para as pessoas de que os riscos são diferentes”.	Alexandre Zavascki, infectologista, membro da Sociedade Rio-Grandense de Infectologia “Há um equilíbrio entre avanço de vacinação e de flexibilizações. Nessa subtração, tem um número zero: não vou nem para frente nem para trás. Ainda temos uma taxa de transmissão considerada alta”. “Em ambientes abertos, é preciso manter o distanciamento físico, principalmente, quando houver diálogo. Praticar atividades físicas ao ar livre ou ficar em praia cumprindo a distância mínima, teoricamente, têm segurança razoável. Agora, dentro do transporte coletivo, em shows ou estádios de futebol, onde há aglomeração, é importante manter o EPI”.
Claudilson Bastos, professor de infectologia, da Universidade Estadual da Bahia “A situação é mais segura quando chega a esse percentual [80%] e atinge a imunidade coletiva. Isso significa que o vírus circula menos, há menos risco de transmissão da doença e, consequentemente, de mutação e o surgimento de novas variantes”. “52,65% da população brasileira estava totalmente vacinada contra a covid até quarta-feira (27), segundo o consórcio de veículos da imprensa”.	Ana Helena Germoglio, infectologista “É uma medida não farmacológica comprovadamente eficaz, que permite a flexibilização de praticamente todas as atividades econômicas, de implementação de custo muito baixo e facilmente utilizada”. “Mesmo locais abertos podem ter aglomeração. Por exemplo, eu não posso comparar uma ida a um estádio de futebol lotado, onde a transmissão é considerada de alto risco, a um passeio no parque somente com a família”

Júlio Croda, infectologista, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz “A estratégia tem que ser feita por estado, no mínimo, porque existe muita variação entre as cidades e muito fluxo [entre elas]. Locais fechados, só quando 90% da população acima de 12 anos estiver vacinada e não tivermos nova variante e nem perda de efetividade da vacina ao longo do tempo”.	Alexandra Boing, professora de saúde coletiva, da Universidade Federal de Santa Catarina “Nesse contexto, o que pode ocorrer ao abolir o uso de máscaras é o aumento substancial de casos novos de infecção e o aumento de risco de casos graves. Isso foi o que se observou em países que aboliram o uso de máscaras precocemente”
Ricardo Valentim, professor na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, diretor do Laboratório de Inovação Tecnológica da Universidade “Quando o estado do Rio Grande do Norte alcançar 70%, o uso de máscaras nesses ambientes abertos pode ser facultativo. Ser facultativo significa que as pessoas que não querem mais usar máscara poderão em ambientes abertos. A Sesap e os municípios têm feito durante toda a pandemia uma condução responsável. Essa é uma orientação, que traz dados e evidências científicas, e que precisam ser analisadas para que o gestor, a autoridade sanitária, tome as decisões”.	André Motta Ribeiro, secretário de saúde do Estado de Santa Catarina “Compreendemos que estamos em um novo momento de enfrentamento à pandemia. O uso de máscaras mostrou sua eficácia. Com o avanço da vacinação e com nossa população cada vez mais protegida, porém, percebemos que a flexibilização seja possível”.
Flávio Dino, governador do Maranhão “Assinei agora o decreto que torna facultativo o uso de máscaras em locais abertos no Maranhão. Valerá a vontade de cada pessoa. Em locais fechados, haverá regras que serão divulgadas amanhã. Friso a imprescindibilidade da vacinação para que sigamos avançando”.	Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte “ainda é cedo para pensar em flexibilização do uso da máscara, pois a proteção adequada é uma das medidas mais eficazes no combate à pandemia”.
Shádia Fraxe, secretária municipal de saúde de Manaus “Até o momento, o Ministério da Saúde não definiu critérios para flexibilização, e as decisões quanto a isso têm sido tomadas	Ion de Andrade, epidemiologista “A flexibilização me parece que só deva vir a ocorrer após observar duas coisas: índices de vacinação que sejam equivalentes a 70% da população e o contexto real da

diretamente por Estados e municípios, por isso solicitamos à Secretaria de Estado da Saúde (SES) e à FVS (Fundação de Vigilância em Saúde) essa reunião de alinhamento, para discutirmos e oficializarmos as regras de relaxamento no que diz respeito ao uso da máscara em nossa cidade”.	progressão da pandemia em termos de casos, óbitos e internamentos”.
	João Dória, governador de São Paulo “Estaremos dentro da imunidade de massa [75% vacinados com duas doses ou dose única] entre 28 de novembro e 1º de dezembro. A liberação será apenas em espaço ao ar livre”
	Carlos Moisés, governador de Santa Catarina “A gente está estudando lançar uma norma. A partir de um percentual de vacinação, talvez seja os 65%, a gente está estudando com a equipe técnica. Na medida em que a gente chegue a esse percentual, a flexibilização em áreas abertas e ventiladas. Em áreas fechadas, ainda manter a exigência do uso de máscaras”. “Nós temos, praticamente, 500 mil pessoas que não tomaram a segunda dose da vacina. Tomaram a primeira dose e não retornaram para tomar a segunda dose da vacina. Então a gente conclama a sociedade, lembrando que essa é uma doença da sociedade, não é uma doença do indivíduo. Então a importância de se vacinar, estar imunizado, para que a gente possa voltar à normalidade com o menor prazo de tempo possível”.
	Eduardo Macário, superintendente de Vigilância em Saúde de Santa Catarina “Nós temos discutido isso internamente. Outros estados também têm discutido, o momento em que a gente possa dar o próximo passo que seria desobrigar o uso de

	máscaras para aqueles locais que apresentam menor risco. [...] Aquele momento que nós tenhamos uma cobertura vacinal adequada e que possamos fazer uma comunicação correta entre todos os municípios e cidadãos sobre quais momentos ele deve usar a máscara, para segurança própria e a dos outros”. “O atraso em receber a segunda dose é bastante preocupante, pois quem não retorna no tempo adequado não está protegido de forma adequada contra a Covid-19. Com o esquema completo é possível estimular o sistema imunológico a produzir um número maior de anticorpos”.
	Luciano Goldani, infectologista do Hospital de Clínicas de Porto Alegre “Temos que ter cautela, não é o momento para flexibilizar tanto sobre distanciamento e uso de máscara”. “No carnaval deve-se ter cautela, é muita aglomeração. Isso me preocupa muito. Ainda mais em uma população que não atingiu 80% da imunização (com as duas doses). Precisamos ainda de restrições, como uso de máscara e distanciamento. Não sei se é o momento certo”.

3.4. Discussão e relação com Relações Públicas

A atividade de relações públicas é essencial para organizações, pois elas criam e desenvolvem os relacionamentos com seus públicos. Esse profissional é o responsável por fazer a gestão desses relacionamentos, como coloca James Grunig, relações públicas são “[...] o gerenciamento do comportamento da comunicação de uma organização com seus públicos” (GRUNIG; 2011; p. 34).

Como uma atividade de gestão, ela envolve processos de análise, planejamento, pesquisa, avaliação, negociação, e a própria comunicação. O objetivo é criar relacionamentos

entre organização e públicos que sejam equilibrados, no qual os interesses da organização e dos públicos sejam considerados.

Para Margarida Kunsch, a atividade de relações públicas lida com a organização e seus públicos, promovendo e administrando relacionamentos entre eles ao gerenciar a comunicação (KUNSCH; 2003; p. 89-90). A pesquisadora enumera que esses profissionais:

- Identificam os públicos, suas reações, percepções e pensam em estratégias comunicacionais de relacionamento de acordo com as demandas sociais e o ambiente organizacional.
- Supervisionam e coordenam programas de comunicação com públicos - grupos de pessoas que se auto-organizam quando uma organização os afeta ou vice-versa.
- Prevêm e gerenciam conflitos e crises que porventura passam as organizações e podem despontar dentro de muitas categorias: empregados, consumidores, governos, sindicatos, grupos de pressão etc. (KUNSCH; 2003, p. 95)

Como gerentes, os relações públicas avaliam se determinadas estratégias e decisões tomadas pela organização vão afetar os públicos, prejudicando-os ou os beneficiando, levando os pontos observados à administração da organização. Eles são como os defensores dos grupos que a companhia se envolve, pois trazem problemas e reivindicações desses até a alta gestão. Como coloca Grunig, “relações públicas propiciam as organizações uma forma de dar voz e poder para os públicos no processo decisório das organizações” (GRUNIG; 2011; p. 32).

Dentro da área de relações públicas, público é um grupo que se auto organiza com um interesse específico nas atividades e comportamentos das organizações, segundo Grunig (2011). O objetivo dessa formação seria a de obter respostas ou acordos com a organização. Ou seja, ele precisaria estar em um relacionamento com uma organização, empresa ou instituição para que possam juntos ter essa troca.

Essa é, resumidamente, a forma como as relações públicas são vistas dentro do mercado, dentro da comunicação organizacional e empresarial. Entretanto, quando se analisa que o social não é mais organizado por meio de estruturas pré-definidas e determinadas, essa conjuntura toma outra forma. O social seria na verdade, a rede formada pelas diversas ações de atores envolvidos em um dado assunto. As associações são o elemento importante, o que está a criar o social.

Então, o que deveria ser visto são empresas, organizações, pessoas, redes sociais, robôs, agentes biológicos ou químicos, meio ambiente, clima, etc., ou seja, humanos e não humanos como os próprios atores agindo na rede. E assim sendo, nesse contexto de rede, os

actantes estão se relacionando uns com os outros, fazendo outros fazerem determinadas coisas por meio de suas ações.

Portanto, a comunicação não é apenas aquela que é feita entre uma organização e seus públicos, porque todos os atores estão em comunicação uns com os outros. A comunicação, especialmente nesse mundo hiperconectado, não é uni ou bidirecional; mas ela está ocorrendo em vários e diferentes sentidos e direções. Já não é mais a época do tradicional emissor, canal e receptor amplamente difundido no meio.

Pensar a forma rede significa assumir uma importante transformação epistêmica que marca a passagem de uma lógica de complexidade estrutural-sistêmica para uma lógica reticular, hologramática (E. Morin) e conectiva.

É nesta perspectiva que a dimensão relacional e comunicativa assume a dimensão da “forma formantis”, isto é, a dimensão que explicita o poder criador da conexão que contrariamente à dimensão estrutural funcionalista, própria da tradição sociologia norte-americana (T. Parsons), descreve o imprevisível processo de construção das agregações reticulares. O social deixa assim, de ser para tornar-se evento, acontecimento comunicativo, único e a-sistêmico. A esfera comunicativa, nesta perspectiva, não pode ser mais pensada apenas como mídia, isto é, como o conjunto de meio e instrumentos de repasse de fluxos de informações. A comunicação deixa também de ser o elo de junção entre os atores para se tornar forma constituidora. (DI FELICE; 2013, p. 14-15)

A comunicação, possibilitada pelas tecnologias da informação, transforma a perspectiva tradicional que é tanto estudada nas universidades e faculdades de comunicação. A de existir um emissor que quer transmitir uma mensagem, que escolhe o canal mais adequado e que se destina a um público específico. Pois nessas redes, todo mundo passa a ser o emissor e o receptor de uma mensagem; a interação já não é a mesma.

O profissional de RP, profissional da área da comunicação, precisa compreender que sua atividade já não é mais a do repasse de informações de um lado para o outro. A comunicação deve ser vista e estudada como envolta nessas associações entre atores e ações, imerso na rede em que é desenvolvida. Sua atuação, seja em qual setor for, está interconectada com outros actantes na rede. Ele próprio, sua organização ou empresa é um ator agindo na rede.

Ou seja, se o RP quiser atuar nesse campo, ele necessita ser capaz de rastrear as associações de todos os atores e suas ações que estão ao redor de um assunto ou polêmica,

que se agregam e desagregam. Precisa perceber a comunicação numa perspectiva mais dialógica, em que exista a discussão e a troca de ideias. E esse cartografar possibilitaria a ele ser capaz de resgatar, ou rastrear, como essa discussão é desenvolvida e as ideias são transformadas.

É aqui que se insere a capacidade de ver por entre a TAR e utilizar da Cartografia das Controvérsias para o seu trabalho. A CC oferece ao profissional o meio para se rastrear as associações, os atores, as ações, a rede e mapear o social formado. Seria como uma nova função para as relações públicas desenvolver o seu papel: uma nova fonte de dados e informações.

Neste trabalho, o que se discute é pensar como a Teoria Ator-Rede e as Cartografias das Controvérsias podem auxiliar na atuação do Relações Públicas. Longe de querer dar um caminho definitivo, o que se busca é trazer para a discussão a possibilidade de que ambas podem contribuir para área ao dar ferramentas de visualizar o social se formando e se desfazendo, de acompanhar os discursos, as ações feitas, de seguir os rastros dos atores, etc. Enfim, ter mais um leque de informações e dados para as suas atividades.

Considerações Finais

A Teoria Ator-Rede muda a maneira como o social é visto e estudado. O social é, então, visto como no movimento entre as associações de diversos atores que agem sobre aquele determinado assunto ou polêmica. Para conseguir compreender o social é necessário rastrear todas essas conexões e ordená-las dentro da profusão de associações que foram feitas. Assim, é possível ver os atores, suas ações e remontar a rede sobre a controvérsia que está sendo estudada.

Para a TAR, os atores que estão envolvidos podem ser tanto humanos quanto não humanos. E não deve existir entre eles uma hierarquia, cada qual tem a sua importância e a sua agência própria. É necessário entender que essa diferenciação não importa, mas que as ações desses que devem ser levadas em consideração. A rede que é formada é feita pelas associações de atores entre si, dos seus movimentos.

Com a Cartografia das Controvérsias foi possível, então, colocar em prática os conceitos de TAR. Sabendo como deve ser feita a análise, como rastrear, quais ferramentas devem ser utilizadas, é possível construir o mapeamento em torno da controvérsia. E é por meio dela que o último capítulo se debruça. Com o uso do que foi aprendido da CC é que foi possível observar e descrever a controvérsia da “flexibilização do uso de máscaras”. Como a escala da controvérsia mostrou, ela está envolvida com outras subcontrovérsias que a compõem. E até que os atores concordem em um consenso, cada vez mais atores irão surgir ou ressurgir e alimentar a controvérsia, formando novas associações entre eles.

A árvore do desacordo consegue rastrear as discordâncias dos atores entre si e criar uma representação do que está em debate. No caso, ver as disputas entre as diferentes instâncias para aprovar os decretos de lei ou a taxa de vacinação mais adequada para orientar a flexibilização ou ainda, em quais espaços as pessoas podem permanecer e transitar sem usar uma máscara.

Ordenar as ações em uma ordem cronológica também mostrou que antes do Rio de Janeiro, Distrito Federal ou Maranhão terem flexibilizado o uso de máscaras, já havia conversas a esse respeito. Quando outros países fizeram essa determinação e alguns voltaram atrás como os Estados Unidos, depois que a variante Delta apareceu e uma nova onda aconteceu.

Concentrar os cosmos em uma tabela foi importante para se visualizar todos os atores envolvidos e ver os cosmos em que estavam, resumindo em partes a controvérsia estudada e estabelecendo os cosmos a favor e os contra dentro da polêmica.

E ao final do trabalho, foi possível estabelecer uma linha de relação entre a Teoria Ator-Rede, a Cartografia das Controvérsias e o profissional de Relações Públicas, como uma nova função para o profissional, o de ver o social como agregações e redes e de cartografar mapas que representem os actantes, suas ações, associações e conexões entre eles.

REFERÊNCIAS

"Não é o momento", afirma infectologista do Hospital de Clínicas de Porto Alegre sobre liberação de máscaras ao ar livre. **Gaúcha Zero Hora**, Porto Alegre, 11 Nov. 2021. Disponível em:

<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2021/11/nao-e-o-momento-afirma-infectologista-do-hospital-de-clinicas-de-porto-alegre-sobre-liberacao-de-mascaras-ao-ar-livre-ckvuzkpuz002f019m1p8ly3ti.html>>. Acesso em: 13 Nov. 2021.

AFFONSO, Julia. Governador do DF prevê desobrigar uso de máscara em ambientes abertos em novembro. **Terra**, São Paulo, 25 Out. 2021. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/governador-do-df-preve-desobrigar-uso-de-mascara-em-ambientes-abertos-em-novembro,12d96424fe3a18c1c9bc2c71382790c49qqwon5o.html>>. Acesso em: 08 Nov. 2021.

Alerj aprova flexibilização do uso da máscara no Rio de Janeiro. **Exame**, São Paulo, 26 Out. 2021. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/alerj-aprova-flexibilizacao-do-uso-da-mascara/>>. Acesso em: 08 Nov. 2021.

ALVIM, Mariana. Por que Brasil ainda não pode relaxar uso de máscaras como os EUA fizeram. **BBC**, São Paulo, 10 Jun. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57437334>>. Acesso em: 08 Nov. 2021.

ARRUDA, Andréa. Prefeitura discute regras para flexibilizar o uso de máscaras em Manaus. **Secretaria Municipal de Saúde de Manaus**, Manaus, 11 Nov. 2021. Disponível em: <<https://semsa.manaus.am.gov.br/noticia/prefeitura-discute-regras-para-flexibilizar-o-uso-de-mascaras-em-manaus/>>. Acesso em: 13 Nov. 2021.

Assembleia do RJ aprova flexibilização do uso da máscara. **Money Times**, São Paulo, 26 Out. 2021. Disponível em: <<https://www.moneytimes.com.br/assembleia-do-rj-aprova-flexibilizacao-do-uso-da-mascara/>>. Acesso em: 08 Nov. 2021.

BERTONI, Estêvão. As flexibilizações no uso de máscaras em espaços abertos no país. **Nexo Jornal**, São Paulo, 27 Out. 2021. Disponível em:

<<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/10/27/As-flexibiliza%C3%A7%C3%B5es-no-uso-de-m%C3%A1scaras-em-esp%C3%A7os-abertos-no-pa%C3%ADs>>. Acesso em: 08 Nov. 2021.

BOECKEL, Cristina; ALVES, Raoni. Flexibilização da máscara no Rio considera total de vacinados, taxa de transmissão e análise de outros países, explica Soranz; entenda. **Globo**, Rio de Janeiro, 28 Out. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/10/28/flexibilizacao-da-mascara-no-rio-considera-total-de-vacinados-taxa-de-transmissao-e-analise-de-outros-paises-explica-soranz-e-entenda.ghml>>. Acesso em: 08 Nov. 2021.

CANTERAS, Carla. 'É um despropósito', diz médico sobre flexibilizar uso de máscara. **R7**, São Paulo, 06 Out. 2021. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/saude/e-um-desproposito-diz-medico-sobre-flexibilizar-uso-de-mascara-06102021>>. Acesso em: 08 Nov. 2021.

COLETO, Leonardo. Uso de máscaras no Paraná pode ser flexibilizado no Verão, avalia Beto Preto. **Tribuna Paraná**, Curitiba, 25 Out. 2021. Disponível em: <<https://tribunapr.uol.com.br/noticias/curitiba-regiao/uso-de-mascaras-no-parana-pode-ser-flexibilizado-no-verao-avalia-beto-preto/>>. Acesso em: 08 Nov. 2021.

CORACCINI, Raphael; CANDALDA, Ludmila. Doria: São Paulo deve flexibilizar uso de máscaras até 1º de dezembro. **CNN Brasil**, São Paulo, 03 Nov. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/sao-paulo-deve-flexibilizar-uso-de-mascaras-ate-1o-de-dezembro-diz-doria/>>. Acesso em: 08 Nov. 2021.

CRISTALDO, Heloisa. Maranhão flexibiliza uso de máscaras em locais abertos. **Agência Brasil**, Brasília, 10 Nov. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-11/maranhao-flexibiliza-uso-de-mascaras-em-locais-abertos>>. Acesso em: 13 Nov. 2021.

CRUZ, Elaine Patricia. Após avaliação, comitê científico de SP mantém uso de máscaras. **Agência Brasil**, Brasília, 20 Out. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-10/comite-cientifico-de-sp-propoe-uso-obrigatorio-de-mascaras>>. Acesso em: 08 Nov. 2021.

D'ÁVILA, Marina Zonta. Governo de SP mantém uso obrigatório de máscara e acompanha indicadores para possível flexibilização. **Infomoney**, São Paulo, 20 Out. 2021. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/economia/governo-de-sp-mantem-uso-obrigatorio-de-mascara-e-acompanha-indicadores-para-possivel-flexibilizacao/>>. Acesso em: 08 Nov. 2021.

DI FELICE, Massimo. Do social para as redes. In: LEMOS, Andre. **A comunicação das coisas: Teoria ator-rede e cibercultura**. São Paulo: Annablume, 2013, p. 11-17.

Estado avalia flexibilização do uso de máscaras em crianças de até 11 anos, diz secretária de Saúde. **Gaúcha Zero Hora**, Porto Alegre, 12 Nov. 2021. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2021/11/estado-avalia-flexibilizacao-do-uso-d-e-mascaras-em-criancas-de-ate-11-anos-diz-secretaria-de-saude-ckvwtqcyz009x019mh7408usy.html>>. Acesso em: 13 Nov. 2021.

Flexibilização do uso de máscaras contra a Covid em SC é discutida pela Secretaria de Saúde. **Globo**, Florianópolis, 25 Out. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/10/25/flexibilizacao-do-uso-de-mascaras-contr-a-covid-19-em-sc-e-discutida-pela-secretaria-de-saude.ghtml>>. Acesso em: 08 Nov. 2021.

Flexibilização do uso de máscaras em áreas abertas em SC é estudada a partir de percentual de vacinação. **Globo**, São Paulo, 04 Nov. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/11/04/flexibilizacao-do-uso-de-mascaras-em-areas-abertas-e-estudada-em-sc-a-partir-de-percentual-de-vacinacao.ghtml>>. Acesso em: 08 Nov. 2021.

Flexibilização no uso de máscaras. **Correio Braziliense**, Brasília, 01 Nov. 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2021/11/4959596-flexibilizacao-no-uso-de-mascaras.html>>. Acesso em: 08 Nov. 2021.

FONTES, Leticia. Minas planeja flexibilizar o uso de máscaras; especialistas discordam. **O Tempo**, Contagem, 02 Out. 2021. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/minas-planeja-flexibilizar-o-uso-de-mascaras-especialistas-discordam-1.2550156>>. Acesso em: 08 Nov. 2021.

GRUNIG, J. E.; FERRARI, M. A.; FRANÇA, F.. **Relações Públicas: Teoria, Contexto e Relacionamentos**. São Caetano do Sul: Difusão, 2011.

Governador sanciona e publicará na quinta-feira lei que flexibiliza uso de máscaras no RJ. **Globo**, Rio de Janeiro, 27 Out. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/10/27/sancao-lei-mascaras-rj.ghml>>. Acesso em: 08 Nov. 2021.

Governo de Santa Catarina estuda flexibilização do uso de máscaras. **Governo de Santa Catarina**, Florianópolis, 28 Out. 2021. Disponível em: <<https://www.sc.gov.br/noticias/temas/coronavirus/governo-de-santa-catarina-estuda-flexibilizacao-do-uso-de-mascaras>>. Acesso em: 08 Nov. 2021.

Governo minimiza uso de máscaras e Estados aproveitam para flexibilizar isolamento. **Jornal USP**, São Paulo, 25 Ago. 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/governo-minimiza-uso-de-mascaras-e-estados-aproveitam-para-flexibilizar-isolamento/>>. Acesso em: 08 Nov. 2021.

INSTITUTO BUTANTAN. A velocidade com que foi criada a vacina da Covid-19 é motivo de preocupação? Especialista do Butantan responde. **Instituto Butantan**, São Paulo, 10 Nov. 2021. Disponível em: <<https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/a-velocidade-com-que-foi-criada-a-vacina-da-covid-19-e-motivo-de-preocupacao-especialista-do-butantan-responde>>. Acesso em: 14 Nov. 2021.

KOSACHENCO, Camila. Ainda é cedo para flexibilizar o uso de máscaras, opinam especialistas. **Gaúcha Zero Hora**, Porto Alegre, 27 Out. 2021. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2021/10/ainda-e-cedo-para-flexibilizar-o-uso-de-mascaras-opinam-especialistas-ckv9wv9g5003p019mh1ouqjq.html>>. Acesso em: 08 Nov. 2021.

KUNSCH, M. M. K.. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

MARIZ, Fabiana; GAMA, Guilherme. É hora de escolher qual vacina contra a covid-19 devemos tomar?. **Jornal USP**. Disponível em:

<<https://jornal.usp.br/ciencias/e-hora-de-escolher-qual-vacina-contr-a-covid-19-devemos-to-mar/>>. Acesso em: 14 Nov. 2021.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador (BA), Bauru (SP): EDUFBA, EDUSC, 2012.

LEMONS, Andre. **A comunicação das coisas: Teoria ator-rede e cibercultura**. São Paulo: Annablume, 2013.

LIMA, Catarina. Uso de máscaras é flexibilizado ao ar livre a partir desta quarta. **Agência Brasília**, Brasília, 26 Out. 2021. Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2021/10/26/uso-de-mascaras-e-flexibilizado-em-ambientes-abertos/>>. Acesso em: 08 Nov. 2021.

LUZ, Solimar. Rio de Janeiro decide hoje sobre flexibilização do uso de máscaras. **Agência Brasil**, Brasília, 26 Out. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/saude/audio/2021-10/rio-de-janeiro-decide-hoje-sobre-flexibilizacao-do-uso-de-mascaras>>. Acesso em: 08 Nov. 2021.

PAGNO, Marina. Liberação de máscaras: estudo do Ministério da Saúde levará em conta porcentagem de vacinados e não vai determinar data para flexibilização. **Gaúcha Zero Hora**, Porto Alegre, 13 Nov. 2021. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2021/11/liberacao-de-mascaras-estudo-do-ministerio-da-saude-levara-em-conta-porcentagem-de-vacinados-e-nao-vai-determinar-data-para-flexibilizacao-ckvva96jj0071017fi9xaq163.html>>. Acesso em: 13 Nov. 2021.

RJ vota projeto que autoriza a flexibilização do uso de máscaras nesta terça (26). **Cultura Uol**, São Paulo, 26 Out. 2021. Disponível em: <https://cultura.uol.com.br/noticias/43389_rj-vota-projeto-que-autoriza-a-flexibilizacao-do-uso-de-mascaras-nesta-terca-26.html>. Acesso em: 08 Nov. 2021.

SANTOS, Sérgio Henrique. LAIS recomenda flexibilização do uso de máscara no RN; Sesap diz que 'ainda é cedo'. **Globo**, São Paulo, 31 Out. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2021/10/31/lais-recomenda-flexibilizacao-do-uso-de-mascara-no-rn-sesap-diz-que-ainda-e-cedo.ghtml>>. Acesso em: 08 Nov. 2021.

TEIXEIRA, Thales. Flexibilização do uso de máscaras já está em vigor na capital fluminense. **Band**, São Paulo, 28 Out. 2021. Disponível em:

<<https://www.band.uol.com.br/rio-de-janeiro/noticias/flexibilizacao-do-uso-de-mascaras-ja-e-sta-em-vigor-na-capital-fluminense-16457217>>. Acesso em: 08 Nov. 2021.

Três capitais brasileiras estudam flexibilizar o uso de máscaras. **A Tarde**, Salvador, 28 Out. 2021. Disponível em: <<https://atarde.uol.com.br/coronavirus/noticias/2199065-tres-capitais-brasileiras-estudam-fle-xibilizar-o-uso-de-mascaras>>. Acesso em: 08 Nov. 2021.

VENTURINI, Dantielle. Governo de Mato Grosso avalia liberar obrigatoriedade da máscara em dezembro. **Gazeta Digital**, Cuiabá, 10 Nov. 2021. Disponível em: <<https://www.gazetadigital.com.br/editorias/coronavirus/governo-de-mato-grosso-avalia-liber-ar-obrigatoriedade-da-mscara-em-dezembro/673188>>. Acesso em: 13 Nov. 2021.

VENTURINI, Tommaso. **Diving in magma: How to explore controversies with actor-network theory**. In: Public understanding of science, v. 19, n. 3, p. 258-273, 2010

VENTURINI, T. (2012) **Building on faults: how to represent controversies with digital methods**, 796-812. In: Public Understanding of Science